

DEU A LOUCA BOLIVARIANA NO MUNDO...: Bolsas pra todo gosto, regulação da mídia, apoio aos vulneráveis.

Coletanea - Paulo Timm Org. – Para uso em sala de aula

Apresentação – Raízes Políticas da América Latina

Índice

Introdução – O que é o bolivarianismo ou bolivarianismo?

Parte I – O bolivarianismo assistencialista na Europa Ocidental e Obama nos Estados Unidos

Parte II – A regulação da mídia pelo mundo

Parte III – Nepotismo e privilégios

Parte IV – A questão da dívida

Parte V – O petróleo

Parte VI – A crise do bolivarianismo

Parte VII – O significado do bolivarianismo 24 anos depois -

Parte VIII – Bolivarianismo x Doutrina Monroe

Parte IX – A inserção social no mundo.Casos.

Parte X – O Bolsa Família na Europa

*

Apresentação

RAÍZES DA AMERICA LATINA

Paulo Timm – Publicado

WWW.sul21.com.br

A morte do Presidente Hugo Chavez, faltando cinco minutos para as seis de tarde do dia 05 de março de 2013 impõe uma reflexão além do caráter de seu Governo e da própria Venezuela, mas das divisões políticas na América Latina.

América Latina era- e continua sendo- uma vaga expressão, sem definição legal ou estatutária, quase um estado de espírito.

A expressão América Latina foi utilizado pela primeira vez em 1856 pelo filósofo chileno Francisco Bilbao^[10] e, no mesmo ano, pelo escritor colombiano José María Torres Caicedo,^[11] e aproveitada pelo imperador francês Napoleão III durante sua invasão francesa no México como forma de incluir a França — e excluir os anglo-saxões — entre os países com influência na América, citando também a Indochina como área de expansão da França na segunda metade do século XIX.^[12] Deve-se também observar que na mesma época foi criado o conceito de Europa Latina, que englobaria as regiões de domínio de línguas românicas.^[13] Pesquisas sobre a expressão conduzem a Michel Chevalier, que mencionou o termo América Latina em 1836, durante missão diplomática feita aos Estados Unidos e ao México.^[14]

Ao final da Segunda Guerra Mundial, a criação da CEPAL, órgão das NAÇÕES UNIDAS para a América Latina, consolidou o uso da expressão como sinônimo dos países menos desenvolvidos dos continentes americanos, e tem, em consequência, um significado mais próximo da economia e dos assuntos sociais.^[15]

Éramos , e somos, pois, um só continente, vagamente identificado como América Latina, mas no qual pululam, até nossos dias, situações geográficas, históricas e culturais muito distintas.

II

A primeira grande diferença vem da era pré-colombiana.

Há uma América Latina herdeira das grandes civilizações maia, asteca e inca, tidas como dentre as mais significativas na História da Humanidade, que se estendia ao longo da Cordilheira dos Andes até a Meseta Mexicana, enraizada em grandes contingentes indígenas. Eles foram conquistadas pela Espanha, que lhes impôs um jugo brutal, mas jamais desapareceram em vestígios. Eram

mais de dez milhões de pessoas contra um punhado de administradores. Perderam a batalha da conquista, mas mantiveram a tensão do encontro entre civilizações.

E há América Latina implantada pelas potências coloniais, Portugal e Espanha, sobre áreas menos povoadas e mais pobres, as quais também se diferenciariam muito, tanto pela matriz das instituições coloniais de cada um destes países , como pelo processo de ocupação.

A portuguesa, no Brasil, operou numa vastidão territorial sobre a qual sobrepujou a presença indígena pelo tráfico negreiro. Um terço, aproximadamente, da população do Brasil na época da Independência, quando éramos pouco mais de 3 milhões de almas, se constituíam de escravos negros e índios:

O número de índios (os que foram contados) e africanos eram muito próximos, cerca de um milhão. Índios eram nativos da terra, estavam mais misturados aos portugueses depois de três séculos, produziam alimentos e eram vaqueiros. Africanos eram estrangeiros, mais restritos às culturas de exportação e às zonas de exploração de ouro e diamantes. O pardo português tinha tríplice origem: o índio, o negro e o árabe.

Ceci Juruá – Economista, RJ - Observação pessoal

A hispânica , não tão vasta, ocorreu sobre as extremidades- platina e andina- do Reino Inca, vindo a formar o Chile, a Argentina e o Uruguai. E tal é a diferença entre as áreas hispânicas com forte ou mais fraca presença indígena anterior à Colombo que Evo Morales, Presidente da Bolívia, orgulha-se de sua ascendência indígena, enquanto Pepe Mujica, Presidente do Uruguai, disse em recente entrevista: “Estou farto de ser gaúcho, quero ser uruguaio...”

De qualquer forma, a América Hispânica, malgrado suas diferenças, é essencialmente diferente de América Lusitana. E não por causa do idioma, que até as une, mas pela evolução que cada uma viria a ter a partir do descobrimento. A primeira, objeto de conquista militar; a segunda, mera ocupação. A hispânica literalmente saqueada em suas riquezas minerais; o Brasil, objeto de montagem de um empreendimento colonial. Quando se quebra o Pacto Colonial, nas Guerras Napoleônicas, que levariam suas tropas

à ocupação das metrópoles da América Latina na Península Ibérica, deixando-as à deriva, instaura-se um processo também muito diferente entre as colônias espanholas e portuguesas. A hispânica passará por um processo de independência mais tortuoso do que o do Brasil, onde houve uma simples transferência de Poder, negociada no interior da própria casa de Bragança. Mas os *hermanos* a viveram e a sonharam com mais intensidade, sob a forma republicana, embora com grandes conflitos internos, nos quais desponta, de um lado a figura de Simón Bolívar, como o Libertador, sonhador de uma só pátria latinoamericana e seus pares, como San Martín, Ponce e mais tarde Sarmiento, francamente afiliados à idéia da europeização do continente.

“ Bolívar fue el primero en liberar los esclavos de su familia, aun antes de prometérselo a Petión Líder de la República de Haití que costeara parte de los gastos del ejército de Bolívar., sino en el sentido de que al tiempo que Bolívar iba destruyendo el orden virreynal, iba creando las condiciones para la liberación de las potencialidades de esa burguesía que reclamaba su lugar en la historia. Los Libertadores no solo se enfrentaron a los absolutistas, sino que también enfrentaron a esa pequeña burguesía liberal librecambista (a la cual pertenecían, en el caso de nuestro país, los próceres de Ponce: los Rivadavia, los Mitre, los Sarmiento) que estaban comprometidos con el librecomercio inglés, en desmedro del incipiente capitalismo americano y que fieles a él hasta las últimas consecuencias, le dieron la espalda al Congreso Anfictiónico de 1826, sumieron a la América toda, en la guerra civil, desmembraron la unidad político-cultural que constituía la “América antes española”, en una multitud de pequeños estados, que fueron pasto fácil del imperialismo anglosajón, primero y del estadounidense después.”

A verdade é que nossas elites continuavam formando-se intelectualmente na Europa, mas pouco sensíveis às questões lá suscitadas pela industrialização nascente. Sua grande bandeira de luta comum era contra o absolutismo, (sequer quanto à forma republicana ou monárquica, que viesse a assumir, desde que Constitucional) e sua grande divisão era quanto aos caminhos da soberania e do progresso. Uns, mais ousados, já procuravam um caminho autóctone para seus países; outros viam na Europa o modelo a ser seguido. Ambos, contudo, eram desconfiadas frente à experiência norte-americana, que nunca disse muito respeito à História da América Latina. Um autor contemporâneo, Richard Morse, no seu livro “O Espelho de Próspero”, insiste, inclusive, na tese sobre a origem cultural deste desencontro histórico: os norte-americanos sempre vêem o sul do Rio Grande como um caso frustrado de desenvolvimento, enquanto os latinoamericanos vêem os Estados Unidos

como um caso frustrado de realização humana. Diferenças de origem na percepção das questões fundamentais da humanidade, que até hoje, dificultam o diálogo Norte-Sul no Continente.

Foi precisamente este desencontro entre a aspiração nacional e formas de construí-la, que foi aprofundando, cada vez mais, o confronto ideológico no Continente, que nunca foi, rigorosamente, o mesmo que o da Europa. O que não quer dizer que não se tenha nutrido -metodologicamente- dele, ao longo do século XX. Lá, o conflito capital/trabalho, aguçado pela industrialização, instigado pelo marxismo, apontava para a disjuntiva capitalismo x socialismo. Aqui, o continente dilacerado pela Conquista, pela colonização e pelo "mercantilismo" inglês, debatia-se para se erigir soberanamente, salientando o conflito nação x imperialismo, este alimentado pelo liberalismo. Não por acaso, portanto, quase sempre os nacionalistas acabassem em luta fratricida contra os liberais.

. QUE SOMOS, BOLIVARIANOS O SANMARTINIANOS?

Mariano

Grondona

O ensaísta argentino Mariano Grondona traça interessante paralelo entre a visão de Simón Bolívar - modelo político personalista, da chamada "presidência perpétua" substituindo o mando de uma pessoa (o rei espanhol) por um caudilho latinoamericano - e a visão do libertador argentino José de San Martín - modelo político institucionalista, não à reeleições sucessivas.

Estará a América Latina vivendo hoje um novo confronto entre os projetos "bolivarianos" e os "sanmartinianos"? Uma pergunta que pode provocar respostas diferenciadas mas que estimulará, sem dúvida, uma importante >discussão.

¿Qué somos, bolivarianos o sanmartinianos? Mariano Grondona Cuando Simón Bolívar y José de San Martín se reunieron en Guayaquil en 1822, no se sentaron frente a frente sólo dos generales victoriosos unidos por el mismo ideal de la independencia americana, sino también los portadores de dos concepciones opuestas del poder.

Bolívar y San Martín fueron dos personalidades tan extraordinarias que Plutarco (46-119) no habría vacilado en incluirlos en sus famosas Vidas paralelas. Cuando América se emancipó, el nuevo continente tuvo que llenar el vacío de poder que le dejaba el tumultuoso alejamiento de sus tutores

Europeos. Para remediar esta carencia, surgieron dos modelos políticos. Uno personalista, el de Bolívar. Otro institucional, el de San Martín.

Mas se não tivemos Plutarco, tivemos Jorge Luis Borges, quem, para gáudio dos tradicionalistas riograndenses, que se gabam das proezas de gaudérios ancestrais, percebeu a grandeza épica do gaúcho retratado em Martin Fierro, como expressão das raízes latinoamericanas, colocando-o ao lado da Odisséia...

A partir, pois, das divergências originais entre Bolívar e seus pares, dois “ícones” acabariam assentando as bases do pensamento e ação para o que viria a ser o século XX: José Martí, inflamado publicista cubano, que viria a morrer em consequência de ferimentos em combates sofridos no México, e Domingo Sarmiento, vigoroso intelectual argentino que viria a ser respeitável político conservador na Presidência daquele país.

Martí (1853 - 1895) entende a salvação da América Latina, afirmando sua geografia, sua gente, seus valores. *“Crear es la palabra de base de esta generación”*, proclama em artigo publicado no “El Liberal”, em 27 de setembro de 1889. É um rebelde. Mais que isto, um apólogo da rebeldia: *“El primer criollo que le nasce al español, el hijo de la machinche, fué em rebelde”*, conforme discurso pronunciado na Sociedade Hispanoamericana, em 19 de dezembro de 1889, na homenagem aos delegados à Conferência Internacional Americana de Washington.

Para Martí, “conocer es resolver”:

“Conocer el país es gobernarlo conforme al movimiento, el único modo de librarlo de tiranías, mas mata su hijo en America del Sur quién le da mera educación universitaria”.

Diversas gerações de intelectuais latino-americanos tomariam os conselhos de Martí ao pé da letra, recusando-se a frequentar os bancos universitários, certos

de que homens naturais venceriam letrados artificiais. Com efeito, para Martí, o bom governante na América não seria o que sabe como se governa, assim como o alemão ou o francês, mas o que sabe com que elementos está feito seu país e como pode ir trabalhando em conjunto para chegar, por métodos e instituições nascidas do próprio país, àquele estado desejável, onde cada homem se conhece e cresce, onde desfrutam todos da abundância que a Natureza pôs à disposição de todos, na terra que fecundam com seu trabalho e defendem com suas vidas.

Já Sarmiento (1811 - 1888) é o oposto. É o homem ilustrado, com formação jesuíta, positivista, com olhos vidrados no modelo “civilizado”. O título de seu principal livro é ilustrativo: *“Barbarie o Civilización em La República Argentina”*, publicado em Madri no final do século, resultado de um conjunto de artigos publicados no diário “El Progreso”, em 1845. Para ele, o atraso estava na ignorância das massas *“creollas”*, e o progresso ficava condicionado à possibilidade de educá-las de forma a reconhecer a importância dos valores e instituições da Europa. Sarmiento ataca a ditadura de Rosas, que se sustenta pela brutalidade do *“el que no está conmigo, es mi enemigo”*. E onde denuncia uma educação doméstica *“señorial”* (pag. 294 - Facundo - Ed. Cidade). Sarmiento não suporta o uso da violência do campo como meio para domar a cidade. Prefere a autonomia civilizadora da própria cidade. O americanismo (latino) tão caro a Martí, era um estorvo para Sarmiento.

“Todo lo que de bárbaro tenemos, todo lo que nos separa de la Europa alta, se muestra desde que la República Argentina a organizado un sistema y disputa a parte de los pueblos de procedencia europea”.

Ele pretende, então, “salvar” a Argentina, tirando-a da barbárie do campo e dotando a cidade de instituições civilizadas. Sarmiento quer “branquear” seu país e toma os Estados Unidos como um exemplo de pureza racional e institucional a ser seguido. Já Presidente da Argentina, transformou essas idéias em realidade, com um extraordinário projeto educativo a partir da Escola Normal do Paraná, ao qual agregou o impulso à imigração italiana que ir-se-ia concentrar em Buenos Aires. Como afirma em *“El Proyecto de Sarmiento y sua vigência”*, in Cadernos Americanos, nº 13, México 1989:

“Había que realizar una mera emancipación, la emancipación mental, lo qual implica anular la justaposición impuesta, anulando sus componentes: anular el español, el indígena, el africano, los hábitos y costumbres heredados de la

conquista, pero igualmente lavar la sangre de etnias que haviam mostrado su incapacidad para la civilización”.

Marti e Sarmiento são dois grandes personagens do seu tempo. Eles lançam luzes para o entendimento dos rumos atuais da política na América Latina .

Marti, cubano, antecipa um revolucionário Fidel Castro, com roupagens marxistas, como “paladino do populismo”, como o classifica Florestan Fernandes, na crítica feroz à submissão aos modelos ocidentais. E justifica Hugo Chavez.

Sarmiento, argentino, antecipa o conservadorismo esclarecido de Fernando Henrique Cardoso, hábil condutor, em seu Governo de um alinhamento incondicional à globalização. E explica Vargas Llosa.

Duas linhagens ideológicas, portanto, vão se desenhando no Continente, desde Bolivar x San Martin, passando por Marti x Sarmiento, chegando até o Século XX, quando se enriquece com novas fontes de inspiração e novas realidades geopolíticas.

III

A linhagem da rebeldia vai sempre ao encontro do grande povo em busca da recuperação de sua ancestralidade. Nutre-se de versos e recorrências heróicas reais, como Tupac Amaru, ou ficcionais, como Martín Fierro, ambas mitificadas. Publicado no fim do século 19, Martín Fierro é um poema épico em que o José Hernández protesta contra as tendência europeizantes do mencionado Domingo Sarmiento, então. Em duas partes, a obra evoca a colaboração dos” gaúchos” na luta pela independência do país – **(Antonio Gonçalves Filho – O Estado de São Paulo- 6 de julho 2008 – transcrito em - <http://blogdofavre.ig.com.br/tag/facundo/>)**

Os primeiro versos do Martín Fierro

1

*Aquí me pongo a cantar
Al compás de la vigüela,*

*Que el hombre que lo desvela
Una pena extraordinaria
Como la ave solitaria
Con el cantar se consuela.*

2

*Pido a los Santos del Cielo
Que ayuden mi pensamiento;
Les pido en este momento
Que voy a cantar mi historia
Me refresquen la memoria
Y aclaren mi entendimiento.*

3

*Vengan Santos milagrosos,
Vengan todos en mi ayuda,
Que la lengua se me añuda
Y se me turba la vista;
Pido a Dios que me asista
En una ocasión tan ruda.*

4

*Yo he visto muchos cantores,
Con famas bien obtenidas,
Y que después de adquiridas
No las quieren sustentar:
Parece que sin largar
Se cansaron en partidas.*

5

*Mas ande otro criollo pasa
Martín fierro ha de pasar,
Nada la hace recular
Ni las fantasmas lo espantan;
Y dende que todos cantan
Yo también quiero cantar.*

Em contraparte, a linhagem liberal-conservadora tinha – e segue tendo - um projeto de reeditar na América Latina os ideais e realizações da Europa, centro do mundo civilizado. Prefere a razão instrumental à poesia e se debate com o a dificuldade para romper com a ortodoxia de suas imagens idealizadas. Como não possui nutrientes emotivos internos que a legitimem em suas aspirações de liderança, fracassa em realizá-la sob os auspícios da liberdade, que tanto proclama. Teve êxito essa proposta quando a política no continente se concentrava nas mãos de uma pequena fração da população proprietária e letrada , num tipo de democracia de notáveis, cujos exemplos marcantes são o II Império e República Velha, no Brasil, e os anos ditos San Martinianos do período áureo argentino.

“La Argentina del impar crecimiento económico de fines del siglo XIX y de principios del siglo XX, en suma, no fue bolivariana sino sanmartiniana”.

(Mariano Grondona in “Que somos, bolivarianos o sanmartinianos”)

Mas quando o processo eleitoral se estende para o conjunto da população, nas últimas décadas do século XX , e a incorpora à vida política de cada país, o conservadorismo, estranhamente liberal, sucumbe. É sistematicamente derrotado nas urnas e se vê na tentação de dar todo o suporte aos regimes ditatoriais mais sangrentos do continente, em conluio com interesses internacionais: ditaduras recentes do Cone Sul, cujos germens já estavam em Fulgencio Batista , Somoza e Stroessner,

Curiosamente, mesmo com estes pecados, este conservador-liberalismo proclama uma vantagem sobre a vertente *creolla*: Diz-se Republicano, no que isso tem de valorização da coisa pública e suas instituições, enquanto *los de abajo*, no poder, atropelam-nas na esteira do projeto de Presidência perpétua, defendido por Bolívar, com os recursos supostamente condenáveis da manipulação das massas, a que denominam “populismo”.

Aqui, uma inevitável digressão.

O curso do século XX, com acelerada incorporação de mercados fornecedores à indústria dos países centrais não altera substancialmente o tronco fundamental da divisão político-ideológica da América Latina – nação x imperialismo - , mas lhe entrega novos ingredientes. A população cresce enormemente e é empurrada para as cidades, onde se inicia um lento processo de substituição de importações pela fabricação local. A velha estrutura oligárquica não suporta o peso desta mudança e o continente inteiro reverbera a necessidade de grandes mudanças capazes de atender necessidades básicas de reprodução destes contingentes. É o século, também, da afirmação do marxismo na Europa, com a importante tomada do poder pelos bolcheviques na Rússia , daí surgindo um verdadeiro tsunami ideológico que contamina os movimentos populares do mundo inteiro, América Latina incluso. Mas o comunismo que professam é uma Filosofia, de forte caráter militante mas pequena penetração numa cultura mágica, marcadamente religiosa, vazada de soberania pátria pelos longos anos de hegemonia conservadora-liberal e distante do manancial libertário secular. Excede-se em argumentos. Perde-se em retórica. Carece de carisma para se comunicar às massas pelo coração. Poucos líderes comunistas – J.C. Mariátegui, fundador do PC no Peru, talvez seja uma exceção- , se deram conta do que estava realmente ocorrendo no continente. Mais das vezes, ou ficaram a reboque dos acontecimentos – como em Cuba -, senão contra a maré da história, ou deixaram de cumprir um importante papel sinérgico neste processo.

O México, pela precocidade de sua Revolução Agrária, logo no início do sec. XX, ficou literalmente à margem deste encontro do radicalismo libertário continental com o radicalismo europeu expresso pelo marxismo importado. A maioria dos Partidos Comunistas na América Latina é posterior à década de 20. No Brasil, data de 1922. No começo, aliás, há um inevitável estranhamento de linguagens, métodos e horizontes. Relembre-se que há um famoso verbete escrito por Marx sobre Bolívar, condenando-o. De outra parte, já a partir da década de 30 o Movimento Comunista Internacional filia-se ao princípio do internacionalismo proletário que significava a defesa intransigente da União Soviética, acima de qualquer proclamação nacional. Tudo isto contribui para o difícil aproximação.

O exemplo mais claro desta divergência ocorre no Brasil.

Luiz Carlos Prestes, grande líder tenentista, no bojo das aspirações de modernização do país contra uma República Oligárquica que se mostrava incapaz de abrir horizontes políticos e econômicos para uma população em rápido crescimento nas cidade, adere ao comunismo no exílio, no final da década de 20 e se mantém afastado dos acontecimentos que desembocarão na Revolução de 30. – “*Esta não é a minha Revolução*”, teria ele respondido a Getúlio Vargas, quando este lhe oferece um lugar destacado no movimento. Não só não apóia a Revolução de 30 como move, de longe, uma forte oposição ao regime que se lhe segue, culminando na tentativa fracassada do putsch de 1935, de triste memória. E mesmo tendo sido Prestes um dos mais destacados defensores do “Queremismo” ao sair da cadeia, em 1945, defendendo a manutenção de Vargas no comando da convocação da Constituinte, não lhe deu o apoio, mais tarde, quando este mais o necessitava: no fatídico agosto de 54. Ou seja, Prestes, malgrado sua respeitável dignidade, e os comunistas, erraram feio no Brasil, isolando-se de um movimento de grande profundidade que se desenrolava naquele momento e isolando-o de um importante segmento da corrente revolucionária mundial. Não compreenderam o que, mais tarde, Caio Prado Jr. em *A Revolução Brasileira*, consagraria como entendimento da Revolução, não a tomada do poder, mas o processo que lhe subjaz:

“Revolução” em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais. O ritmo da História não é uniforme. Nele se alternam períodos ou fases de relativa estabilidade e aparente imobilidade, com momentos de ativação da vida político-social e bruscas mudanças em que se alteram profunda e aceleradamente as relações sociais. Ou mais precisamente, em que as instituições políticas, econômicas e sociais se remodelam a fim de melhor se ajustarem e melhor atenderem a necessidades generalizadas que antes não encontravam devida satisfação. São esses momentos históricos de brusca transição de uma situação econômica, social e política para outra, e as transformações que então se verificam, que constituem o que propriamente se há de entender por “revolução”

Não foi muito diferente na Argentina. O advento do peronismo, como fenômeno de massas ultrapassou de longe a capacidade dos comunistas de se situaram

na vanguarda da História. O dia 17 de outubro, lá venerado, vem a calhar como *momentum* de reflexão e referência.

“Haciendo

memoria....

*Por aquellos años, el presidente, general Edelmiro Farrell nombró al coronel **Juan Domingo Perón** secretario de Trabajo y Previsión, ministro de Guerra y Vicepresidente de la Nación, cargos en los que desempeñó una intensa actividad.*

***Perón** como secretario de Trabajo y Previsión se ganó la lealtad de los obreros, a través de importantes medidas, como numerosos aumentos de salarios, y proyectos que poco después se concretarían, como la Justicia de Trabajo o el pago de las vacaciones y el aguinaldo. Lo cual explicaba movilizaciones populares que se produjeron el 17 de octubre de 1945.*

*Según algunos historiadores, el sindicalismo argentino, hasta entonces desanimado por las propuestas de lucha de comunistas y socialistas, se aproximó a las soluciones reales y concretas que les ofrecía **Perón**. Pero el 8 de octubre de 1945, el general **Avalos** pidió a **Farrell** que destituyese a **Perón**, quien fue detenido y llevado a la isla Martín García, y luego al Hospital Militar. Disconformes con la medida amplios sectores populares marcharon a Plaza de Mayo y reclamaron la libertad de su líderes. Desde las primeras horas de la mañana del 17, comenzaron a llegar columnas de manifestantes con banderas y pancartas a la Plaza de Mayo que venían desde Avellaneda, Lanús, Banfield, Quilmes, San Martín. Los manifestante se convertirían en todo un símbolo de un movimiento nacional popular, para algunos estudiosos el mas importante de Argentina: El Peronismo.*

*Dada la magnitud de la manifestación y el reclamo de la gente por su líder, los militares se vieron obligados a buscar a **Perón** para que calmara al pueblo. Esa noche, **Perón** salió al balcón a tranquilizar al pueblo que lo aclamaba. Y entre cánticos y gritos, agradecido por el apoyo, Perón emitió su discurso. “Muchas veces he asistido a reuniones de trabajadores, y siempre he sentido una enorme satisfacción, pero hoy siento un verdadero orgullo de argentino porque interpreto este movimiento colectivo como el renacimiento de la conciencia de los trabajadores”, señaló.*

De esta manera, con el 17 de octubre se escribió otra página en la historia de Argentina y se convirtió en día significativo en especial para los partidarios de Juan Domingo Perón que cada año recuerdan la fecha con emotivos actos en todo el país. (Fuente del sitio Saltoenred)”

Vargas e Peron estão já distantes no tempo, mas muito próximos na História. Carregam em suas biografias duas críticas que se reeditam em uníssono por todo o continente, sempre que um líder popular se insinua como alternativa concreta de poder: Carisma e Populismo. Ambas, paradoxalmente, *aggiornadas* em meios marxistas.

Uma das mais respeitáveis economistas do país, Eliana Cardoso, por exemplo aventurou-se, outro dia, em artigo no Estadão a desmontar a imagem pública de Gandhi, líder da Independência da Índia, trazendo à tona seus supostos preconceitos sociais, falhas humanas e erros políticos. (“A herança do Carisma”- <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,a-heranca--do-carisma-,943418,0.htm>) Tudo para mostrar o risco dos mitos na Política, decorrentes, evidentemente, do carisma de seus inspiradores. Com que objetivo? Com o claro propósito de mostrar que as fórmulas latinoamericanas de gosto popular, avessas ao modelo europeu de racionalização da vida pública e política, são perigosas, não só à democracia, como ao progresso em geral do continente. Fracassa. Confunde carisma com mito. E esquece de mostrar que o carisma, além de um traço de distinção humana, como o talento ou a inteligência, é um precioso fator de oxigenação nas estruturas burocratizadas das organizações, assim como o empresário no mundo empresarial.

Mais uma sanmartiana...

A crítica ao populismo é mais contundente e metodologicamente mais sofisticada. Nem há necessidade de referenciá-la, tão universalizada se tornou: “manipulação das massas”. Nasceu no bom berço na Faculdade de Sociologia de São Paulo como um veredicto condenatório aos Governos Vargas e Goulart, que não teriam sido capazes de oferecer uma perspectiva “conseqüente” às classes trabalhadoras. Vários autores e livros já se dedicaram à verificação da origem primeira do uso da expressão “populismo” no Brasil, mas a versão que importa registrar é a que se consagrou nos livros de Otavio Ianni, Francisco Weffort e vários outros. E que falta de perspectiva seria essa apontada pelos teóricos críticos do “populismo”? A Revolução. Ou seja, uma visão marxista ortodoxa da ação política conseqüente com o indefectível salto ao socialismo. Eis, aqui, de novo, a incapacidade de compreender em profundidade o que significa Revolução na América Latina.

Encerro a digressão sobre carisma e populismo, chamando a atenção de que não se trata de defender acriticamente todas as experiências tidas como de condução carismática e populista na América Latina, mas de situá-las como

válvulas de realização política quando os canais de organização e representação popular estão obstruídos, seja pela marginalização de grande parte da sociedade das instituições legais, como Escolas, Partidos e Sindicatos, seja porque elas se encontram aparelhadas por organizações políticas “fechadas”.

CONCLUSÃO

O desenrolar do século XX, principalmente depois da década de 80, trouxe um cenário tão completamente novo no panorama internacional, com reflexos na América Latina, que se fala crescentemente em Nova Era: A Guerra Fria descongelou-se a favor dos Estados Unidos como potência hegemônica, mas desembocou numa Crise Econômica sem precedentes; o planeta chegou ao seu limite de aproveitamento dos recursos naturais, com quase 7 bilhões de corpos desejan-tes; o marxismo desencantou-se, no duplo sentido de perder sua matriz soviética e também de sua franca preponderância sobre a consciência crítica mundial, abrindo caminho para novas demandas ligadas ao meio ambiente e aos direitos humanos; a ciência ultrapassou os limites do imaginável e nos interconectou *on line* em escala global colocando o futuro à nossa porta. Tudo isso exige, naturalmente, reflexões sobre os rumos do desenvolvimento econômico e político da América Latina. Talvez não devamos reproduzir mecanicamente as fórmulas do passado. Até porque elas desembocaram em impasses insuperáveis ou retrocessos. Trata-se, mais bem, de combinar a matriz da grande energia mobilizadora do Continente, sua alma ardente, com demandas civilizatórias que não representem mera transposição cultural. Vida e morte de Chavez não foram em vão. Elas apontam para a necessidade de uma reflexão mais profunda das raízes do radicalismo latino-americano e de como ele se constitui na chave para a mobilização de mudanças no Continente. No cerne destas questões a revisão do conceito de populismo, tão arraigado na nossa cultura política.

Introdução

1.1. - Você sabe o que é o bolivarianismo?

Marsilea Gombata – Carta Maior

<http://www.contextolivre.com.br/2014/11/voce-sabe-o-que-e-o-bolivarianismo.html>



A palavra da moda no Brasil é usada por muita gente que não faz ideia de seu significado. Entenda o que é bolivarianismo e por que ele nada tem a ver com "ditadura comunista"



Em encontro de maio de 2013, Dilma recebe quadro do ex-presidente

Hugo Chávez do atual presidente venezuelano, Nicolás Maduro

Após ser apropriado pelo ex-presidente venezuelano Hugo Chávez, o termo originado do sobrenome do libertador Simón Bolívar aterrissou no debate político brasileiro. São frequentes as acusações de políticos de oposição e da mídia contra o governo federal petista. Lula e Dilma estariam "transformando o Brasil em uma Venezuela". Mas o que é o tal bolivarianismo de que tanto falam? É um palavrão? O Brasil é uma Venezuela? Bolivarismo é sinônimo de ditadura comunista? Antes de sair por aí repetindo definições equivocadas, leia as respostas abaixo:

O que é bolivarianismo?

O termo provém do nome do general venezuelano do século 19 Simón Bolívar, que liderou os movimentos de independência da Venezuela, da Colômbia, do Equador, do Peru e da Bolívia. Convencionou-se, no entanto, chamar de bolivarianos os governos de esquerda na América Latina que questionam o neoliberalismo e o Consenso de Washington (doutrina macroeconômica ditada por economistas do FMI e do Banco Mundial).

Bolivarianismo e ditadura comunista são a mesma coisa?

Não. Mesmo considerando a interpretação que Chávez deu ao termo, o que convencionou-se chamar bolivarianismo está muito longe de ser uma ditadura comunista. As realidades de países que se dizem bolivarianos, como Venezuela, Bolívia e Equador, são bem diferentes da Rússia sob o comando de Stalin ou mesmo da Romênia sob o regime de Nicolau Ceausescu. Neles, os meios de produção estavam nas mãos do Estado, não havia liberdade política ou pluralidade partidária e era inaceitável pensar diferentemente da ideologia dominante do governo. Aqueles que o faziam eram punidos ou exilados, como os que eram enviados para o gulag soviético, campo de trabalho forçado símbolo da repressão ditatorial da Rússia. Na Venezuela, por exemplo, nada disso acontece. A oposição tem figuras conhecidas como Henrique Capriles, Leopoldo López e Maria Corina Machado. Cenário semelhante ocorre na Bolívia, no Equador e também no Brasil, onde há total liberdade de expressão, de imprensa e de oposição ao governo.

Foi Chávez quem inventou o bolivarianismo?

Não. O que o então presidente venezuelano Hugo Chávez fez foi declarar seu país uma "república bolivariana". A mesma retórica foi utilizada pelos presidentes Rafael Correa (Equador) e Evo Morales (Bolívia). A associação entre bolivarianismo e socialismo, no entanto, é questionável segundo a própria biógrafa de Bolívar, a jornalista peruana Marie Arana, editora literária do jornal

americano *The Washington Post*. De acordo com ela, esse “bolivarianismo” instituído por Chávez na Venezuela foi inspirado nos ideais de Bolívar, tais como o combate a injustiças e a defesa do esclarecimento popular e da liberdade. Mas, segundo a biógrafa, a apropriação de seu nome por Chávez e outros mandatários latinos é inapropriada e errada historicamente: “Ele não era socialista de forma alguma. Em certos momentos, foi um ditador de direita”.

O que se tornou o bolivarianismo na Venezuela?

Quando assumiu a Presidência da República em 1999, Chávez declarou-se seguidor das ideias de Bolívar. Em seu governo uma assembleia alterou a Constituição da Venezuela de 1961 para a chamada Constituição Bolivariana de 1999. O nome do país também mudou: era Estado Venezuelano e tornou-se República Bolivariana da Venezuela. Foram criadas ainda instituições de ensino com o adjetivo, como as escolas bolivarianas e a Universidade Bolivariana da Venezuela.

Mas esse regime que Chávez chamava de bolivarianismo era comunista?

Não, apesar de o ex-presidente venezuelano ter usado o termo "Revolução Bolivariana" para referir-se ao seu governo. A ideia era promover mudanças políticas, econômicas e sociais como a universalização à educação e à saúde, além de medidas de caráter econômico, como a nacionalização de indústrias ou serviços. Chávez falava em "socialismo do século XXI", mas o governo venezuelano continua permitindo a entrada de capital estrangeiro no País, assim como a parceria com empresas privadas nacionais e estrangeiras. Empreiteiras brasileiras, chinesas e bielorrussas, por exemplo, constroem moradias para o maior programa habitacional do país, o Gran Misión Vivienda Venezuela, inspirado no brasileiro Minha Casa Minha Vida.

O Brasil "virou uma Venezuela"?

Esta afirmação não faz sentido. O Brasil é parceiro econômico e estratégico da Venezuela, mas as diretrizes do governo Dilma e do governo de Nicolás Maduro são bastante distintas, tanto na retórica quanto na prática.

Os conselhos populares são bolivarianos?

Não, e aqui o engano vai além do uso equivocado do adjetivo. Parte da Política Nacional de Participação Social, os conselhos populares seriam a base de um complexo sistema de participação social, com a finalidade de aprofundar o debate sobre políticas públicas com representantes da sociedade civil. Ao contrário do alegado por opositores, os conselhos de participação popular não são uma afronta à democracia representativa. Conforme observou o ex-ministro e fundador do PSDB Luiz Carlos Bresser-Pereira, os conselhos estabeleceriam “um mecanismo mais formal por meio do qual o governo poderá ouvir melhor as demandas e propostas [da população]”.

Marsílea Gombata
No *Carta Maior*

1.2 – Las vías del socialismo latinoamericano

-DOSSIER : ¿PODEMOS CAMBIAR EL MUNDO ?

[HTTP://WWW.MEDELU.ORG/LAS-VIAS-DEL-SOCIALISMO](http://www.meделu.org/las-vias-del-socialismo)

Las vías del socialismo latinoamericano

[William I. Robinson](#) | 3 janvier 2012 → ¶

Profesor de sociología y de estudios internacionales en la Universidad de California (Santa Bárbara). Autor de *America and Global Capitalism : A critical Globalization Perspective*, Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2010.

→ ses articles

Transformar el orden establecido es infinitamente más difícil que perpetuarlo. La izquierda, históricamente constituida en torno a un proyecto de transformación social, está dividida en lo referente a las estrategias para alcanzarla. ¿Reforma o revolución ? El debate sindical de 1914 en Estados Unidos (véase pp. 10 y 11) resuena actualmente en Latinoamérica, azotada por una “oleada rosa-roja” (véase pp. 6 y 7). En Europa, parece que la tímida regulación de la economía de mercado sea el único tema en el orden del día, dado que las cortapisas neoliberales orientan la iniciativa política. Las comunidades utópicas (véase pp. 10 y 11) o las formas de participación propias de Italia (véase pp. 8 y 9) tratan de ofrecer respuestas al estancamiento actual. Pero, ¿bastarán para aportar una perspectiva a las izquierdas europeas ?

¿Y ahora Perú ? Constituida en laboratorio del neoliberalismo a partir de mediados de los años 70, América Latina ha cambiado de cara en los últimos tiempos. Desde hace unos diez años, una gran parte de la región “se ha pasado a la izquierda”, un fenómeno a menudo descrito como una oleada (ver cronología en p. 7). Ahora bien, sucede que la ola arrastra consigo un nuevo bastión de la derecha. La tarde de la elección presidencial peruana de junio de 2011, el candidato triunfante –Ollanta Humala, un hombre de izquierda– proclamaba : “Nunca más el gobierno servirá a los intereses de la elite que vende las riquezas mineras del Perú a las multinacionales. Todo esto debe cambiar”. ¿Ruptura ? En el mismo discurso, Humala prometía, con la misma firmeza, no cambiar nada en el modelo económico peruano.

La ola progresista que se ha producido en América Latina, suele ser calificada de “rosa” [“marea rosa”], debido a las diferentes corrientes que la atraviesan. Hasta el punto que algunos gobiernos de la región, que habían logrado la mayoría electoral movilizando a las clases populares, ahora se ven confrontados a una doble amenaza :

por una parte, el resurgimiento de la derecha (a través de las urnas, como en Chile en 2010, o por la fuerza, como en Honduras en 2009) ; por la otra, movimientos de protesta alimentados por los ánimos frustrados de una parte de la población. Dos factores que, combinados, revelan ciertos límites internos y externos de los procesos políticos en América Latina.

La mañana del 30 de septiembre de 2010, tratando de negociar con agentes de policía que ocupaban los locales administrativos en el centro de Quito para protestar contra una ley que preveía la reducción de sus beneficios salariales, el presidente de Ecuador, Rafael Correa, fue atacado, secuestrado y luego retenido en un hospital militar antes de ser finalmente socorrido por medio de una operación de armas pesadas llevada a cabo por un comando de fuerzas especiales (1). Descartando la eventualidad de un golpe de Estado, algunos observadores analizaron entonces el acontecimiento como un “movimiento social”, desencadenado por el enojo de una parte de las fuerzas policiales. La acción, sin embargo, había estado coordinada : en todo el país, otras unidades de la policía y del ejército bloquearon tanto las autopistas como los aeropuertos internacionales de Quito y de Guayaquil, ocuparon el Parlamento y tomaron por asalto los locales de la televisión nacional, TV Ecuador. Entonces, ¿arranque de ira o golpe abortado en razón del débil apoyo del ejército... ?

Que la derecha ecuatoriana y los halcones de Washington hubieran querido ver a Correa apartado del poder no sorprende : al cerrar la base aérea estadounidense de Manta, en el territorio de su país, en octubre de 2007, el presidente había declarado que “la presencia de semejante base sólo sería considerable el día en que Estados Unidos permitiera la instalación de una base ecuatoriana en Miami”. Además, desde su ascenso al poder, consiguió reducir en 3.200 millones de dólares el peso de la deuda extranjera, al demostrar que ésta se contrajo ilegalmente. En fin, no contento con prometer la construcción del “socialismo del siglo XXI”, Correa hizo ingresar a

Ecuador en la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América-Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP), una iniciativa de integración regional impulsada por Venezuela y Cuba.

Pero esta Administración no incomoda únicamente a las elites. Desde su elección, el presidente ecuatoriano poco a poco se distanció de las organizaciones indígenas, los sindicatos y las asociaciones populares que lo llevaron al poder, y que constituyen todavía la base de su electorado. Al mismo tiempo que dirigía públicamente la tentativa del golpe de Estado del 30 de septiembre de 2010 (y señalando con el dedo a “las fuerzas imperialistas” y los movimientos de derechas que lo habrían fomentado), la poderosa Confederación de Nacionalidades Indígenas de Ecuador (CONAIE), la tarde del acontecimiento, declaraba en un comunicado : “Un proceso de cambio, por tímido que sea, corre siempre el riesgo de ser contrarrestado, e incluso recuperado por la derecha, si el Gobierno no establece o no refuerza progresivamente la alianza con las organizaciones constituidas y la sociedad civil”. Agregaba que la política de Correa, demasiado complaciente respecto “de los sectores más reaccionarios y de los intereses financieros emergentes”, los había dejado lo suficientemente poderosos como para tratar de derrocarlo. Por su parte, Cléver Jimenez –miembro de Pachakutik, el brazo político de la CONAIE– ordenaba “al movimiento indígena y a los movimientos sociales constituir un solo frente nacional para exigir la partida del presidente Correa (2)”. A riesgo de quedar asociado, de hecho, a la tentativa de golpe.

En Venezuela, la oposición registró un avance espectacular en el momento de las elecciones legislativas de 2010, al juntar cerca del 50% de los sufragios (3). Aunque el partido del presidente Hugo Chávez, el Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV) consiguió mantenerse, no logró conservar la mayoría de los dos tercios en la Asamblea Nacional. Este éxito de la derecha no es totalmente ajeno a la incesante campaña de desestabilización que lleva adelante

Estados Unidos a través de todo el país : el periodista Jeremy Bigwood reveló recientemente que entre 2007 y 2009, el Departamento de Estado estadounidense había pagado varios millones de dólares a periodistas latinoamericanos, especialmente en Venezuela (4). Pero el resultado del escrutinio de 2010 refleja también la desmovilización de una parte de los partidarios de la “revolución bolivariana”. Las razones son múltiples : dificultades económicas (debidas en particular al descenso de los ingresos del petróleo), inseguridad (5), corrupción endémica, oportunismo dentro de las elites “revolucionarias”, lentitud del proceso de transformación de la sociedad, etc. En ese contexto, el anuncio oficial según el cual el presidente Chávez sufría de cáncer, el 30 de junio de 2011, puso de manifiesto otra de las debilidades del proceso venezolano : la concentración de poder en torno a la figura del jefe de Estado, que hunde a la izquierda en la duda respecto de los potenciales sucesores del dirigente actual.

En Bolivia, el presidente Evo Morales está enfrentado desde principios del año 2010 a una ola casi ininterrumpida de huelgas y de movimientos de movilización conducidos por sindicatos, comunidades indígenas y diversas organizaciones populares. Las más recientes, que denuncian la construcción de una carretera en medio de un parque nacional protegido en territorio indígena, fueron severamente reprimidas por las fuerzas del orden en el mes de septiembre de 2011 y condujeron a varios miembros del gobierno a presentar sus renuncias. Las reivindicaciones tienen que ver principalmente con los salarios, las medidas de austeridad y la falta de escucha por parte del gobierno respecto de los concejales y de la población, especialmente en el tema de la explotación de los recursos naturales. “¿Qué es lo que ha cambiado en el curso de estos últimos años ?”, se preguntaba recientemente, en tono de burla, el célebre intelectual neoliberal boliviano Roberto Laserna. “Mucho, si observamos el proceso en términos de discurso y de símbolos en una perspectiva a corto plazo. Pero muy poco, desde el

punto de vista estructural o de las tendencias económicas y sociales, en una perspectiva a largo plazo (6)". ¿Se trataba únicamente de una provocación ?

Se podrían citar muchos otros ejemplos. Uno por uno, los gobiernos progresistas de la región tropiezan contra la única opción que parece haber sido la suya : la redistribución en el marco del capitalismo (la cual, desde el estallido de la crisis financiera de 2008, se revela más delicada aún).

Sin embargo, reprocharles una eventual "traición" implica reconocer que hay países que podrían emanciparse más. Pero, ¿existen realmente ? Para sustraerse a la economía de mercado —a través de la nacionalización total de la economía que algunos exigen—, hay que poder contar tanto con las tecnologías que las casas matrices extranjeras permiten aprovechar a sus filiales en América Latina, como con los cuadros capaces de reemplazar a los CEO (director ejecutivo) despedidos (7) : los movimientos o partidos actualmente en el poder carecen de ellos y les resulta difícil formarlos. Además, la historia latinoamericana ilustra los peligros sufridos por los proyectos considerados demasiado "radicales" en Washington. Algunas semanas después de la elección de Salvador Allende, en Chile, el consejero en seguridad nacional, Henry Kissinger declaraba : "No veo por qué tendríamos que dejar que un país se vuelva marxista simplemente porque su población es irresponsable" (8).

¿Consecuencias ? Si bien muchas naciones de América Latina celebraron en el 2010 el bicentenario de su independencia, permanecen sin embargo profundamente insertas en el sistema económico planetario : después de todo, este sistema ha presidido su desarrollo económico y político desde la conquista, en 1492, hasta la era de la globalización liberal. Producción industrial, agroalimentaria, banca, turismo, comercio minorista : a principios del siglo xxi, la fuente de beneficios ya no se limita a la exportación

mineral, pero los lazos con el “centro” del sistema-mundo no dejaron sin embargo de crecer. Un ejemplo : las cadenas de hipermercados internacionales controlan hoy el 70% del comercio de la región, contra el 10 o el 20% en los años 1990 (9).

En América Latina, quizá todavía más que en cualquier otra parte, esta evolución ha dejado su huella. Entre 1980 y 2004, la cantidad de personas que vivía bajo la línea de la pobreza se duplicó, y pasó de cerca de 120 millones a más de 210 millones. La suerte de las clases más acomodadas resultaba menos dolorosa en este continente que permanece como el más desigual del mundo. Estas transformaciones participaron tanto en la emergencia de importantes movimientos de protesta, como en la llegada al poder de gobiernos que prometieron el fin de las políticas de ajuste estructural.

Y las cosas cambian. Mientras que entre 1988 y 2003, 90.000 millones de dólares de bienes públicos fueron liquidados por los estados de América Latina (10), la “marea rosa” interrumpe las privatizaciones. Los gastos públicos aumentan –su monto por habitante, se triplica en Venezuela, en 1999 y 2008– y se crean programas sociales ambiciosos, o que se benefician con más recursos : “Plan de urgencia social” en Uruguay, “Bolsa Familia” en Brasil (11), “Asignación universal por hijo” en Argentina (12), etc. Por todas partes, los derechos de los trabajadores son mejor defendidos, el salario mínimo aumenta, y los presupuestos dedicados a la vivienda y a la educación se incrementan : el analfabetismo retrocede en toda la región. Mientras que Francia, a pesar de las manifestaciones masivas, imponía a la población un retraso de la edad de jubilación, Bolivia la hacía pasar de 65 a 58 años. Otro ejemplo : en Brasil, la parte de los salarios en el valor añadido aumentó un 3,6% entre 1999 y 2009, hasta alcanzar el 43,6% (13). En el mismo periodo, retrocedió en la mayoría de los otros

países del planeta. Los progresos son pues, incontestables (ver tabla “Menos pobres”).

Políticas como estas explican sin duda la popularidad que continúan teniendo en su conjunto los gobiernos provenientes de la izquierda latinoamericana. Pero, antes incluso de volverse más frágiles por la crisis y la reacción de las derechas, ¿bastaban, realmente, estas políticas para responder a las expectativas de las clases populares ?

Es cierto que los gobiernos progresistas redirigieron hacia la población más desfavorecida una parte de las ganancias generadas por la exportación de materias primas. “No se observa un cambio estructural, sino la reconversión de una vieja forma de acumulación, en la cual el Estado vierte una parte más importante de los beneficios generados por la extracción minera y petrolera, ejerce cierto control sobre las actividades de las multinacionales, y una parte más amplia de los ingresos de las exportaciones es redistribuida bajo la forma de programas sociales” (14), estima el economista boliviano Alberto Acosta, ex ministro de minas y de medio ambiente. “¿Cómo hacer de otra manera, para construir las carreteras, los centros de salud, las escuelas que nos faltan y para satisfacer las demandas de nuestra sociedad ?, responde Álvaro García Linera, vicepresidente del país (15).

No deja de ser cierto que a pesar de lo que se diga, cuando las reformas fiscales son tímidas, los cambios significativos del desigual sistema de redistribución de las riquezas, suelen ser más raros. En América Latina, la carga fiscal promedio sigue siendo débil : 22,9% del PIB (Producto Interior Bruto) frente al 36,2% para los países de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE). En Brasil, entre 2006 y 2007, “el número de individuos que poseen más de un millón de dólares de activos financieros se incrementó en un 19, 1%”, observa el economista Pierre Salama (16). El historiador Perry Anderson estima : “Lejos de ser una

amenaza para los propietarios, el Gobierno [de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010)] los ha favorecido mucho”. Según él, “el capitalismo no tuvo jamás tanta prosperidad como bajo Lula. Los círculos financieros y los industriales brasileños se cuentan dentro de los sostenedores del gobierno de Lula. La bolsa brasileña superó a todas las demás plazas del mundo. Las subvenciones vertidas en el marco del programa “Bolsa Familia” no representan sino el 0,5% del PIB, mientras que los intereses de la deuda pública se incrementaron del 6% al 7%, y los impuestos se estancaron o disminuyeron” (17). Como otros países ubicados a la izquierda, Brasil no ha realizado verdaderamente una transformación estructural susceptible de erradicar las causas de la pobreza y las desigualdades : el mejoramiento de las condiciones de vida sigue siendo frágil, puesto que se basa en programas gubernamentales que podrían ser suspendidos –incluso suprimidos–, como consecuencia de un cambio de gobierno o de un plan de austeridad “impuesto” por una recesión económica... Por otra parte, la palabra “privatización”, prohibida por la Administración de Lula, reaparece en el discurso de su sucesora, Dilma Rousseff.

Las reformas han sido más profundas en Venezuela, donde se insertan en un proyecto ambicioso de transformación del Estado, de cuestionamiento de la noción de propiedad privada y de refuerzo de la participación popular dentro del sistema democrático. Al mismo tiempo que comprometía a su país en la vía de lo que llamó “el socialismo del siglo xxi”, a partir de 2005, Chávez trataba de constituir un bloque antiliberal aliándose con Cuba, y uniendo a su doctrina a algunos países vecinos, en especial la Bolivia, de Evo Morales y el Ecuador, de Correa. En los tres Estados, asambleas constituyentes designadas por referéndum se reunieron para reformar la constitución en beneficio de las clases populares, invertir las políticas neoliberales más emblemáticas, renacionalizar el sector de la energía y los recursos naturales con el fin de invertir en programas sociales.

Aunque en 2010 el sector privado seguía siendo responsable del 70% de la producción de la riqueza nacional, la Administración de Chávez, desde su llegada al poder, nacionalizó gran cantidad de sociedades en el sector de la energía, de las telecomunicaciones, de la extracción minera, de la alimentación, de la construcción o del sector bancario. Alentó también la creación de miles de pequeñas empresas agrupadas en cooperativas, y redistribuyó varios millones de hectáreas de tierra en beneficio de los agricultores (una etapa que todavía no han atravesado ni Bolivia ni Ecuador).

Estos gobiernos –denunciados como “radicales” por los observadores moderados y liberales– conquistaron el poder a partir de elecciones que los ubicaron al frente de Estados corruptos, clientelistas, burocráticos y oligárquicos. Una ruptura parece haberse producido tras cada votación : la amenaza más grande que pesa sobre estos países quizás proviene menos de la derecha, que del “interior” del bloque en el poder. Prebendas, nepotismo, baronías locales : cuando los cuadros competentes faltan, los “empresarios de la revolución” se hacen cargo. Ellos se muestran menos inclinados a transformar la situación que los promueve al rango de nueva clase privilegiada. Y luego, a medida que su nivel de vida progresa, una parte de la población afronta de manera diferente la urgencia de la transformación social...

Armados de banderas sobre las que se podía leer “Ni capital ni burócratas. Más socialismo y más revolución”, miles de sindicalistas, miembros de los partidos de izquierda y de representantes de los círculos asociados, desfilaron en las calles de las grandes ciudades de Venezuela a finales de 2010 y a principios de 2011 para pedir el refuerzo del código de trabajo, la prosecución del proceso de nacionalización de las industrias estratégicas, el refuerzo del poder de los obreros en el marco de las corporaciones sindicales, en particular sobre los sitios recientemente nacionalizados. Pero el capitalismo internacional no se deja

apabullar fácilmente... Algunos parecen quedar satisfechos tomando nota (por lo menos por ahora). ¿Pero es así, realmente ?

Con la esperanza de compensar el desgaste causado por la crisis de 2008 y de generar ingresos atrayendo capitales internacionales, el presidente ecuatoriano firmó en 2009 una ley sobre las extracciones mineras que autoriza la explotación de los recursos mineros por multinacionales sin consulta previa con las comunidades, que podrían verse afectadas : una violación de las convenciones de la Organización Internacional del Trabajo (OIT). Una nueva ley acuerda también a las industrias mineras, petroleras y agroalimentarias un acceso preferencial al agua : resulta sospechosa de preparar la privatización de las redes de distribución. Las protestas entre las comunidades autóctonas provocadas por esta orientación, fueron a veces reprimidas por la policía y el ejército. Defender el medio ambiente, sus bases indígenas y el mejoramiento de las condiciones de vida del conjunto de la población no siempre es fácil. El proyecto ecuatoriano Yasuní ITT es revelador ; apunta a recurrir a la “comunidad internacional” para evitar que se exploten los recursos naturales en el corazón de un espacio especialmente importante para la biodiversidad. Ahora bien, los fondos prometidos no llegan. La cuestión es ¿Puede defender Quito a la “madre Tierra” en solitario ? Algunos movimientos sociales, sobre todo indígenas, lo exigen.

El escritor Benjamin Dangl compara la dinámica de los países de la “marea rosa” a “un dúo entre movimientos sociales y Estados” (18) que se reforzaría a medida que se intensifica la crisis mundial. Para los representantes de organizaciones provenientes de la sociedad civil, comprometidos con el poder público, ante la perspectiva de “cambiar el mundo”, el camino entre colaboración y cooptación es escarpado. Si por casualidad olvidan que su misión es representar los intereses de las bases, se llega mecánicamente a una

desmovilización y una disminución de su capacidad de orientar las decisiones políticas nacionales.

A pesar de las contradicciones, un índice sugiere sin embargo, que América Latina cambia : Estados Unidos y la derecha latinoamericana continúan su contraofensiva para tratar de invertir una tendencia que les disgusta. Así, los gobiernos progresistas de América Latina soportan la ira de las elites de la región : en Honduras, por ejemplo, en 2009, el gobierno progresista de Manuel Zelaya fue depuesto por el ejército durante un golpe de Estado fomentado por el apoyo tácito de Washington. Estados Unidos extendió, además, su presencia militar sobre todo el continente, instalando incluso nuevas bases.

(1) Véase Maurice Lemoine, “Etat d’exception en Equateur”, La valise diplomatique, 1 de octubre de 2010.

(2) Citado por Maurice Lemoine, op. cit.

(3) Véase Renaud Lambert, “Législatives au Venezuela, une défaite à l’envers”, La valise diplomatique, 1 de octubre de 2010.

(4) Jeremy Bigwood, “Buying Venezuela’s press with U. S. tax dollars”, Report on the Americas, Nueva York, septiembre / octubre de 2010.

(5) Véase Maurice Lemoine, “¿Arde Caracas ?”, Le Monde diplomatique en español, agosto de 2010.

(6) Roberto Laserna, “El cambio que no cambia”, Pulso, La Paz, 8 de agosto de 2010.

(7) Véase Álvaro García Linera, “Las cuatro contradicciones de nuestra revolución”, *Le monde diplomatique en español*, octubre de 2011.

(8) Citado por Grace Livingstone en *America’s backyard : The United States and Latin America from the Monroe doctrine to the war on terror*, Zed Books, Nueva York, 2009.

(9) Thomas Reardon y Julio A. Berdegú, “The Rapid Rise of Supermarkets in Latin America ; Challenges and Oportunities for Development”, *Development policy review*, nº 20 volume 4, Blackwell publishers, Malden, 2002.

(10) Carlos Aguiar de Medeiros, “Asset-stripping the state”, *New Left Review*, Londres, enero-febrero de 2009.

(11) Leer Geisa Maria Rocha, “¿Cuál es el balance social de Lula ?”, *Le Monde diplomatique*, en español, septiembre de 2010.

(12) Leer Cécile Raimbbeau, “En Argentina, los “piqueteros” se impacientan”, *Le Monde diplomatique en español*, noviembre de 2011.

(13) Comunicado nº 47 del Institut de recherche économique appliquée (IPEA), mayo de 2010.

(14) Carmelo Ruiz Marrero, “The New Latin American ‘Progressismo’ and the Extractivism of the 21st Century”, *Americas program*, 17 de febrero de 2011.

(15) García Linera, op. cit.

(16) “Lula a-t-il vraiment fait reculer la pauvreté ?”, *Alternatives internationales*, hors-série nº 7, París, diciembre de 2009.

(17) Perry Anderson, “Lula’s Brazil”, *London Review of Books*, vol 33, nº 7, 31 de marzo de 2011.

(18) Benjamin Dangl, Dancing with Dynamite : Social Movements and States in Latin America, AK Press, Baltimore, 2010

Parte I - O bolivarismo assistencialista na Europa Ocidental e Obama nos Estados Unidos

Populista, graças a Deus

<http://www.ionline.pt/iopiniao/populista-gracas-deus/pag/-1>

Nuno Ramos de Almeida - publicado em 30 Set 2014 - 05:00



E se, em vez do veneno e a queda no abismo que nos apregoam os comentadores avalisados, o populismo fosse a solução necessária para sair desta crise?

Há uma acusação que circula no combate político: quando alguém quer desqualificar o adversário apoda-o de "populista".
Aparentemente, o grande perigo que as nossas sociedade correm não é estarem em crise; não é a política ser monopólio dos

poderosos; não é a economia estar fora da área de decisão dos cidadãos; não é a corrupção ser um mecanismo normal de funcionamento do sistema; não é a destruição do Estado social, que foi conquistado pela luta gerações; não é as pessoas serem enviadas para a pobreza sem retorno; não é os jovens serem obrigados a emigrar e os velhos empurrados para a morte - o que é verdadeiramente grave para os habituais comentadores é a subida do "populismo" na Europa.

É importante esclarecer o seguinte: nós precisamos do populismo como de pão para a boca. Dito de outra forma, a nossa situação de crise social, política e económica deriva da existência de um regime que serve unicamente uma pequena elite. A crise é o nome de uma máquina de guerra, de alguns, que transformou uma sociedade injusta numa ainda mais desigual, a pretexto dessa mesma crise.

A razão por que 99% da população está muito mais pobre e 1% mais rica, e desta 0,01% riquíssima, é que o poder na sociedade está nas mãos dessa imensa minoria.

Mais que medidas pontuais, o que é necessário é reverter este processo: o poder numa sociedade não pode estar nas mão de uma minoria para satisfazer os interesses de uma casta política e económica que vive dos lucros de negócios garantidos suportados pelos contribuintes. Para isso é necessária uma ruptura populista que inverta a lógica do poder. Precisamos de uma democracia que seja exercida pela maioria da população e sirva os seus interesses, e não de um regime que tem como única preocupação a salvação dos credores e dos especuladores.

No seu livro "A Razão Populista" (2005), o pensador Ernesto Laclau escarpeliza as premissas elitistas que estão por trás da associação, antidemocrática, que identifica o "povo" com as baixas paixões que podem ser convocadas pelos demagogos e defende que a ameaça à democracia contemporânea não está neste sobressalto plebeu, mas no estreitamento oligárquico da democracia por minorias que escapam ao controlo popular.

Neste momento de crise há a possibilidade de convocar uma ruptura populista que não tenha nada que ver com os populismos xenófobos que identificam o inimigo com o emigrante do lado ou os elos mais fracos da sociedade, mas que articule identidades populares para se constituírem em oposição aos verdadeiros e poderosos inimigos desta democracia: um regime de casta que

serve sempre os mesmos e se disfarça por uma mera alternância eleitoral.

Como defende Marco d'Eramo no seu artigo "O populismo e a nova oligarquia", na "New Left Review" n.o 82, citado pelo politólogo Iñigo Errejón, a Europa atravessa um momento significativo em que a ofensiva oligárquica avança com a sua estratégia de empobrecimento e é preciso reivindicar uma verdadeira política que dê voz à maioria da sociedade para a construção do bem comum.

Editor-executivo



Andre Levy em Sydney

20 RAZÕES PARA QUEM QUISER FUGIR DO "BOLIVARIANISMO" NO BRASIL#NÃO VIR PARA A AUSTRÁLIA

1. Para tudo há conselhos de movimentos sociais (peak bodies), e os governos os consultam e prestam-lhes satisfação regularmente (bit.ly/1san6Qa).
2. O governo paga até R\$1562 de Bolsa Família (Parenting Payment,bit.ly/1pgKakt), sem qualquer exigência como frequência escolar ou vacinação (no Brasil os beneficiários recebem em média R\$5 por dia para a família toda).
3. Não se pode fazer reforma em casa sem submeter seu projeto à consulta pública, através da prefeitura, exigindo que se pendure um aviso na porta da tua casa por duas semanas ou mais para quem

quiser consultá-lo e apresentar objeções. Se os teus vizinhos não gostarem da ideia, a prefeitura não aprova (bit.ly/10jbDX2).

4. Há piscinas públicas nas praias e churrasqueiras nos parques de uso gratuito, pagas com o bolso do contribuinte.

5. As cláusulas dos contratos de aluguel residencial são ditadas pelo governo do estado (bit.ly/1phlBE4).

6. Não se pode trabalhar de barman sem licença específica para servir álcool (RSA, onlinersa.com.au).

7. Não se pode vender álcool em mercados e supermercados; só em lojas licenciadas pelo Estado (bottle shops, bit.ly/1DWVymW).

8. Não é permitido trabalhar de eletricista, encanador ou pedreiro sem licença do Estado (professional license, bit.ly/1e43SWa).

9. Não é permitido abrir um cabeleireiro sem licença específica do Estado (business license, bit.ly/1pgLuEb).

10. Tem ciclovias para todo lado e é proibido andar de bicicleta sem capacete ou na calçada. A multa por não usar capacete é R\$115 em Sydney (bit.ly/1uounCc), R\$332 em Adelaide (bit.ly/1go9laK) e R\$400 em Melbourne (bit.ly/1x2Ojsb).

11. Todos os filmes exibidos em cinemas, festivais e instituições de ensino precisam passar pela censura (Classifications Board, classification.gov.au).

12. Não é permitido o marketing de cigarros e produtos de tabaco, nem mesmo na própria embalagem (bit.ly/1mbSZlv).

13. O salário mínimo é R\$5395 a.m. (bit.ly/1mKLtkZ, alguém pode por favor avisar o Armínio Fraga?)

14. Em Melbourne o governo subsidia 88% do transporte público (bit.ly/1wZ4AgK). A Prefeitura de São Paulo subsidia 20%.

15. Os nativos que moram em áreas remotas recebem uma Bolsa Aborígine de R\$76 a.m. (bit.ly/1zrGz6q).

16. Paga-se em média R\$3600 a.m. de impostos diretos e indiretos (no Brasil são R\$830).

17. Tem 1 funcionário público para cada 13 pessoas (no Brasil tem 1 para cada 17).

18. Paga-se ao governo do estado R\$235 a.m. para ter 1 vaga de carro na área central de Melbourne para desestimular as pessoas a irem de carro para a cidade (congestion levy, bit.ly/1A3Vipo).

19. Os governos estaduais recomendam livros LGBT para pré-adolescentes (bit.ly/1tVjsxO).

20. O voto é obrigatório e a multa é R\$43 (no Brasil é R\$3,51). Se não justificar ou pagar a multa, irá para a justiça. Se o eleitor for considerado "culpado", a multa sobe para R\$370 mais os custos do tribunal e o "culpado" pode ficar fichado na polícia (bit.ly/1ySOAyc). No Brasil não há criminalização e quaisquer sanções são suspensas assim que quitada a multa de R\$3,51 no cartório eleitoral.



Ivan Pregolato em Nottingham

Li uma sátira sobre o 'bolivarianismo' na Austrália (goo.gl/J0LW8p) e resolvi fazer a minha versão sobre as minhas experiências e observações no Reino Unido.

O Bolivarianismo Britânico*

*país que possui uma monarquia hereditária, uma aristocracia milenar (0,6% da população é dona de 69% das terras) e um governo CONSERVADOR desde as eleições de 2010. Mas extremamente bolivariano! A ver:

1 – Desde o escândalo do jornal News of the World em 2011 (o jornal ilegalmente acessava voicemails de pessoas a fim de obter ‘furos’ de reportagens), o governo britânico estabeleceu uma serie de marcos regulatórios para a mídia a fim de não permitir abuso por parte dos veículos de comunicação. Entre eles estabeleceu-se o Independent Press Standards Organisation (Ips0) que regula a atividade da imprensa e aplica pesadas multas àqueles veículos que fujam de padrões éticos do jornalismo. Uma verdadeira afronta bolivariana à liberdade de expressão no país de titia Beth! (<http://goo.gl/xR4JEF>) (<http://goo.gl/TkXNxH>).

2 – A principal emissora no Reino Unido é a estatal British Broadcasting Corporation (BBC). Um clássico caso de propaganda e lavagem cerebral centralizador típica de governos totalitários como o britânico (<http://goo.gl/xFz4oA>).

3 – A BBC é principalmente mantida pela taxa da TV Licence, obrigatória a todos aqueles que possuem TV em casa. A taxa custa £145,50 anuais (R\$594,85) por domicílio. Uma vergonha! Onde já se viu cobrar pela TV aberta? Chávez certamente apoiaria tal politica! (<http://goo.gl/RfaeZD>).

4 – Somente durante o governo atual (CONSERVADOR em coalizão com os liberais-democratas) foram levados a cabo três plebiscitos sobre três questões distintas: devolução parcial de poder ao País de Gales, mudança ou não das regras do processo eleitoral britânico e se a Escócia iria ou não se separar do Reino Unido. Um uso flagrante de plebiscitos como armas populistas e perigosamente populares! (<http://goo.gl/FI31U0>).

5 – Há uma taxa DIÁRIA de £11,50 (R\$47,02) para aqueles que queiram dirigir seus carros no centro de Londres de segunda a sexta ate as 18:00 horas (‘congestion charge’). A multa para aqueles que não tenham pago é de £130 (ou £65 se paga em 14 dias do dia da multa) – R\$531,48 e R\$265,74, respectivamente. Uma verdadeira atitude bolivariana e afronta ao direito divino de ir e vir do cidadão londrino. O logo da ‘congestion charge’ é um grande C em um fundo VERMELHO! Coincidência? Eu acho que não!!! (<http://goo.gl/C4x55G>) (<http://goo.gl/0cw5aJ>).

6 – Os parlamentares britânicos normalmente possuem um dia da semana ('surgeries') em que membros de suas respectivas constituintes podem consultá-los e propor questões para serem levadas adiante a seus respectivos partidos políticos. Uma clara deturpação bolivariana da democracia representativa (<http://goo.gl/BUCmq1>).

7 – Aqueles que possuem uma renda de mais de £150.000,00 anuais (R\$613.249,09) (o valor mais alto da tabela tributária) pagam 45% de impostos ao governo britânico. Antes mesmo de terem o dinheiro depositado em suas contas. Um verdadeiro caso de estelionato econômico por parte do governo. Praticamente um golpe bolivariano/neocomunista/confiscador mensal (<http://goo.gl/9MQCBf>).

8 – Aqueles que recebem £10.000,00 anuais (R\$40.883,27) ou menos (o valor mais baixo da tabela tributária), não pagam impostos sobre seus salários. Introduzido pelo atual governo CONSERVADOR (o teto anterior era mais baixo), essa medida claramente possui um indiscutível viés bolivariano populista em que os empregadores arcam com os tributos do país em nome da vagabundagem coletiva da massa mal-cheirosa (<http://goo.gl/9MQCBf>).

9 – É comum que a classe trabalhadora britânica vá a Europa continental (Espanha e Grécia são destinações populares) em suas despedidas de solteiro(a) por meio de passagens de avião bastante baratas. A falta de glamour em se viajar por vias aéreas na Europa ao lado desta massa mal-cheirosa em seu torpor alcoólico mostra claramente as nefastas consequências de um país dominado pelo bolivarianismo populista tributário acima descrito.

10 – Os desempregados britânicos recebem a quantia de, no máximo, £72,00 (R\$295,99) por semana. Um absurdo! O bolivarianismo britânico deveria se espelhar em repúblicas que recentemente também adotaram o bolivarianismo na América Latina (como o Brasil) que pagam em média somente R\$150,00 por mês (<http://goo.gl/dPiYIx>) (<http://goo.gl/t2WNqe>).

11 – O governo britânico gasta 15% de seu PIB em bem-estar social ('welfare') anualmente. Um sangramento das contas públicas que compra o voto dos vagabundos! Novamente, o Brasil deveria servir de inspiração para a diminuição de tais gastos, pois gasta

somente 2,86% de seu PIB com a sua massa mal-cheirosa. E faz muito bem! (<http://goo.gl/MSJWy>) (<http://goo.gl/PxgmkN>).

12 – O sistema estatal de saúde britânico (National Health Service – NHS) é gratuito e de grande porte. Emprega diretamente 1.7 milhões de pessoas (um número absurdo de funcionários públicos!!!) e possui um orçamento colossal de £108,9 bilhões (R\$445,22 bilhões). Um verdadeiro desperdício de verba pública em nome da perversidade ideológica do bolivarianismo! (<http://goo.gl/cdVM8F>).

13 – O paciente do NHS, se receitado medicamento, paga apenas £8,05 (R\$32,91) pela receita em troca do remédio, independente de qual: de loção para espinhas a medicamentos para tratamento de cancer (por exemplo). Uma verdadeira fogueira com os impostos do empresariado britânico! (<http://goo.gl/EUJNw2>).

14 – Os desempregados que recebem seguro-desemprego do governo, os idosos com mais de 60 anos, os menores de 16 anos, aqueles de 16 a 18 anos que estudam integralmente, grávidas e mais tantos outros nem pagam pela receita. Ganham medicamentos de graça! Certamente tal bolivarianismo populista nos levará todos ao abismo!! Não pode dar o peixe, tem que ensinar a pescar! (<http://goo.gl/EUJNw2>).

15 – Há ciclovias por todos os lados no Reino Unido. O prefeito de Londres, CONSERVADOR bolivariano que é, não satisfeito com o número de ciclistas em sua cidade, ainda introduziu bicicletas para alugar (em conjunção com o banco Barclays, uma instituição extremamente esquerdista) por £2,00 por dia (R\$8,18) pela cidade inteira. A moda pegou e vários centros urbanos adotaram essa mesma medida babaca bolivariana (<http://goo.gl/2Ld58w>) (<http://goo.gl/pKs4HE>).

16 – O casamento entre pessoas do mesmo sexo entrou em vigor na Inglaterra e no País de Gales a partir de março/2014 e entrará em vigor a partir de dezembro/2014 na Escócia. Se isso não mostra o quanto estamos vivendo sob uma ditadura gayzista e feminazi bolivariana na ilha de titia Beth eu não sei o que mostra! (<http://goo.gl/K7U2EY>).

Parece que na Suécia a coisa tá preta

tb: [fb.com/agrias/posts/10152816189927140](https://www.facebook.com/agrias/posts/10152816189927140)

Claudia Varejão Wallin

Patrocinado -

O Ombudsman sueco da Imprensa levanta uma sobrancelha, como se acabasse de ouvir um impropério ou um desvairado insulto pessoal. A pergunta é se o sistema de regulação da mídia na Suécia pode ser interpretado como algum tipo de censura ou cerceamento da liberdade de imprensa. "Absolutamente não", diz um quase raivoso Ola Sigvardsson. "Trata-se, aqui, de proteger a ética".

#umpaissemexcelenciasemordomias#



Como a mídia é regulada na Suécia

O artigo abaixo é de Claudia Wallin, jornalista brasileira radicada na Suécia e autora do livro Um país sem excelências e mordomias. DE ESTOCOLMO O Ombudsman sueco da Imprensa levanta uma sobrancelha, como se acabasse...

DIARIODOCENTRODOMUNDO.COM.BR

E na Alemanha!

[fb.com/alex.alves.tolkmitt/posts/10203121385781585](https://www.facebook.com/alex.alves.tolkmitt/posts/10203121385781585)

Alemanha, uma fábrica de vagabundos – Segundo a lógica de certos brasileiros

Por **Duda Renovatio** - nov 6, 2014

<http://pensadoranonimo.com.br/alemanha-uma-fabrica-de-vagabundos-segundo-a-logica-de-certos-brasileiros/>



Como o “Bolsa Família” só cria “acomodados” e “vagabundos” que não querem trabalhar e “afundam o país”, vai aqui uma PARTE da lista dos “bolsa alguma coisa” deste país de “vagabundos”, “acomodados” que não levam o país a lugar algum: a ALEMANHA! (Provavelmente “Comunista” para os olhos de alguns, pelo que parece, o QUARTO país mais rico e capitalista do planeta – mas isto deve ser também uma “conspiração”...).

Aqui porque os alemães são “vagabundos”:

“bolsa pobre” (Hartz IV antigo sozialhilfe) prá todo mundo que é “pobre”= R\$1227,19

– se vai ser mãe, 17% a mais
– se é pai/mãe solteiro, até 60% a mais: 12% por criança;
– com uma deficiência qualquer, 35% a mais (fora outros auxílios!)
– etc

TODAS as pessoas tem direito a habitar num espaço de 45 m² para uma pessoa, 60 m² para duas e 15m² suplementares para cada integrante da família e o GOVERNO paga a diferença de aluguel se isto não for possível com as condições financeiras das pessoas.

Por lei, todas as casas/apartamentos alugados tem que ter água, luz e aquecimento e TODAS as pessoas tem o direito a isto, com intervenção e ajuda do governo se não houver.

“bolsa desemprego” – durante 150 dias o GOVERNO paga seu último salário para você até o limite de R\$16. 119, 39. Depois disto você passa para o “bolsa pobre”.

“bolsa criança” (kindergeld), não só para pobres mas para muitos que pertencem à classe média baixa = R\$575,92 por criança, depois do terceiro aumenta...

“bolsa pais” (elterngeld), para pais que se ocupam de suas crianças = R\$938,99 a mais sobre os outros benefícios.

“bolsa universidade” (Bafög) = o Governo paga a universidade e, somente se você se empregar depois e passar a ganhar acima de um certo salário, ele cobra parcelas pequenas sem juros deste montante!

“bolsa creche” (Kindesunterhalt) = o Governo paga um montante relativo aos ganhos da família para a criança ir para a creche ou, se ficar em casa, a família ganha este montante. É relativo ao salário da família.

LEIA TAMBÉM: “É um crime o currículo Lattes”, diz Marilena Chauí

“bolsa casa” (Wohngeld) = o governo ajuda a pagar seu aluguel, calculado em função das leis de condições mínimas, dos salários da família ou adicionado ao “bolsa pobreza”.

“bolsa falência” (Insolvenzgeld) = se você for a falência e não tiver dinheiro para pagar seus funcionários mesmo depois de tudo vendido, o governo garante estes salários.

E há muito mais e, em termos de “regulamentação”, tenho a impressão que a Alemanha é dos países que mais as tem e são tantas que eu teria que escrever um livro sobre como o Governo regulamenta qualquer coisa, desde filmes e imprensa até a largura de escadas em escolas, sejam públicas ou privadas (que quase não há pois é lei todas as crianças irem para a escola – com pena até de prisão para os pais que negarem! – e é dever do governo proporcionar esta oportunidade!).

Mas acho que já deu para ter uma ideia dos motivos que fazem os Alemães serem tão “vagabundos”, “não querem trabalhar”, “não produzem nada que preste” e são “voto cabresto”. É um povo muito burro, acomodado e subdesenvolvido...

Aqui o link para quem quiser mais informações:<http://www.sozialleistungen.info/>

Alex Alves Tolkmitt

Link Relacionado: Quer estudar na Alemanha? Agora é de graça!

Acabo de ser notificado que perdemos Grã Bretanha:
[fb.com/ipregnolato/posts/10154743649295004](https://www.facebook.com/ipregnolato/posts/10154743649295004)

Aprovado na França imposto de 75% sobre grandes fortunas

<http://www.portugues.rfi.fr/franca/20121019-aprovado-na-franca-imposto-de-75-sobre-grandes-fortunas>



As grandes fortunas na França vão pagar imposto de 75% sobre rendimentos.

AFP PHOTO/PHILIPPE HUGUEN

Os deputados franceses aprovaram nesta sexta-feira um imposto especial de 75% sobre os altos rendimentos, proposto por François Hollande durante sua campanha presidencial. O tributo vai ser aplicado durante dois anos para os rendimentos superiores a um milhão de euros por ano e por contribuinte.

A nova taxa deve atingir cerca de 1,5 mil pessoas, que pagarão uma média de 140 mil euros, o que deve gerar um total de 210 milhões de euros por ano. O ministro francês do Orçamento, Jérôme Cahuzac, assegura que trata-se de uma contribuição “legítima”, e não “confiscatória”. Segundo ele, cada francês deve contribuir de acordo com os seus meios. A respeito do tempo determinado de dois anos, Cahuzac diz que é o período de recuperação da economia.

As críticas contra a nova tributação foram imediatas. O ex-ministro Benoist Apparu, de direita, declarou que “todo mundo sabe que isso não vai dar em nada e que só vai provocar a fuga das pessoas que ganham esse montante”. Para o ex-ministro do Orçamento de Nicolas Sarkozy, Eric Woerth, “75% é uma taxa punitiva” e um “paradoxo muito forte, pois vai tributar em excesso uma categoria muito pequena, vai arrecadar pouco e com certeza afugentar alguns”.

Desde a chegada dos socialistas ao poder na França, após a eleição de François Hollande em maio, muitas vozes vindas da direita e do patronato vêm alertando para o risco de exílio fiscal das grandes fortunas. Em junho, o premiê britânico, David Cameron, chegou a dizer que o Reino Unido estava pronto para acolher esses exilados. Cameron também lembrou que o seu governo inclusive abaixou os impostos das grandes fortunas britânicas.

Em 2013, os franceses serão submetidos a políticas econômicas de rigor históricas a fim de reduzir o déficit público para 3% do PIB.

Suíça votará projeto de Bolsa Família no valor de quase R\$ 6.000 por pessoa –

InfoMoney

Veja mais em: <http://www.infomoney.com.br/mercados/noticia/3011949/suica-votara-projeto-bolsa-familia-valor-quase-000-por-pessoa>

Obama quer taxar mais os ricos para reduzir impostos à classe média

RITA SIZA

18/01/2015 - <http://www.publico.pt/mundo/noticia/obama-quer-taxar-os-mais-ricos-para-reduzir-impostos-a-classe-media-1682620>

Presidente dos Estados Unidos apresenta o seu plano de reforma do código fiscal no discurso sobre o estado da união, esta terça-feira no Congresso.



Barack Obama vai desafiar a maioria republicana com o seu plano de reforma fiscal REUTERS/LARRY

TÓPICOS

1. Barack Obama
2. EUA
3. América do Norte

O Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, quer “simplificar” o código fiscal norte-americano e rever as normas que beneficiam as grandes fortunas e as maiores empresas do sector financeiro , em prol de uma redução das contribuições das famílias de classe média.

Segundo a Casa Branca, o Presidente prepara-se para apresentar um pacote de medidas com o objectivo de “simplificar o complexo código fiscal e torná-lo mais justo através da eliminação de algumas isenções” que beneficiam o grupo de 1% dos contribuintes mais ricos. Os montantes arrecadados serão depois “canalisados responsabilmente, para apoiar as famílias de classe média e investir no crescimento da economia”, disse a Administração, em comunicado.

Os traços gerais da proposta foram avançados nas vésperas do discurso do Presidente no Congresso sobre o estado da união – segundo a imprensa norte-americana, Barack Obama vai aproveitar a oportunidade para pressionar politicamente a bancada

republicana, que agora constitui a maioria nas duas câmaras, e que já deu conta da sua oposição a qualquer plano que implique uma subida dos impostos.

Uma das alterações propostas é um aumento da taxa que incide sobre os lucros com dividendos dos actuais 23,8% para 28% para os contribuintes que declaram rendimentos anuais superiores a meio milhão de dólares. Outra passa pela aplicação de uma taxa para penalizar o sobre-endividamento das empresas financeiras com activos superiores a 50 mil milhões de dólares. O Presidente também diz que chegou o momento de começar a taxar as heranças, que estão isentas do pagamento de impostos sobre juros ou dividendos.

A Administração estima que o aumento da tributação dos mais ricos permita arrecadar mais 320 mil milhões de dólares durante a próxima década. Esse dinheiro permitiria reduzir as contribuições das famílias, que poderiam beneficiar de créditos fiscais como forma de incentivo à natalidade e à educação dos filhos ou à poupança para a reforma, por exemplo, uma despesa que pelas mesmas contas ascende a 175 mil milhões de dólares no mesmo prazo de dez anos.

O Partido Republicano está a favor da revisão do código fiscal, mas veementemente contra qualquer subida de impostos para os mais ricos ou para o sector financeiro, que na sua opinião já é regulado em demasia. *Ospeaker* do Congresso, John Boehner, classificou as receitas de Obama como “burocráticas” e “antiquadas”, enquanto o novo líder da maioria republicana no Senado, Mitch McConnell disse que o objectivo dos conservadores era baixar as taxas cobradas às grandes empresas.

Mas a reforma fiscal não é a única carta que o Presidente pretende jogar para ajudar a classe média norte-americana. No seu discurso, Obama também fará referência às suas propostas para o pagamento de dias de férias ou de subsídios de doença aos trabalhadores, e para o financiamento das propinas das universidades locais (os chamados “*community colleges*”, que oferecem cursos técnicos ou programas de aperfeiçoamento profissional), apresentadas nas últimas semanas.

A actual conjuntura económica dos EUA é radicalmente diferente daquela a que Obama se referiu no seu primeiro discurso sobre o estado da união, em 2008: nessa altura, o recém-empossado

Presidente usou a palavra crise onze vezes, mas prometeu “reconstruir e recuperar” o país, oficialmente em recessão. Passados seis anos, os EUA apresentam um crescimento anual de 2,6%, a capitalização bolsista encontra-se na casa dos 5% e o desemprego caiu para os 5,8% (o ano de 2014 foi o melhor para a criação de novos postos de trabalho desde a década de 90).

Parte II – A regulação da mídia pelo mundo

**“A massa mantém a marca, a
marca mantém a mídia e a
mídia controla a massa”**

– George Orwell



USA A Regulação da MÍDIA NO MUNDO

A lei anti-truste vigorou até o começo dos anos 90, quando caiu depois de longa batalha da turma do Reagan e Bush. Melhor ainda, vale ver esta história com uma aventura de capa e espada de disputa de grandes oligopólios e grupos políticos. O rádio e a tv surgiram lá como um fervilhamento de possíveis canais, e depois foram enquadrados pela concessão do espectro e por explícitas disputas e monopolizações -como o que deu a AT&T o seu poderio. Em todos os países da Europa o marco regulatório das

comunicações foi refeito recentemente, com a digitalização. Já aqui, onde o quase-monopólio de comunicação foi estabelecido no regime militar, a discussão não prospera. Mas não se preocupe, um eventual governo Dilma vai manter tudo como está.

A comunicação pública e o direito à informação

Paulo Machado – Jornalista

O sociólogo Darcy Ribeiro disse que nas sociedades indígenas originais, antes do contato com o homem branco, numa aldeia todos eram iguais. Um dos princípios desse igualitarismo estava baseado no fato de que a informação necessária para que o índio sobrevivesse era aberta a todos, ninguém se apropriava da informação para transformá-la em poder político ou econômico. A não-apropriação da informação era um dos fundamentos daquelas sociedades igualitárias.

Se todos nós temos como meta chegar a uma sociedade menos desigual, todos temos de lutar contra todas as formas de apropriação da informação. Para isso precisamos responder a duas perguntas fundamentais: A quem pertence a informação? Quem se apropria dela como se fosse uma mercadoria?

Para responder a essas e outras perguntas precisamos entender um pouco como o Estado se inseriu no processo de globalização, mas para entender isso precisamos conhecer como isso aconteceu, e para conhecer precisamos de informação. No controle do acesso à informação, está o ponto de partida e de chegada da era da informação em que vivemos.

Os Estados nacionais têm atuado no sentido de favorecer esse controle por parte de alguns grupos privilegiados em detrimento da maioria da população.

Isso se dá porque os Estados perderam efetividade ao ficarem superados no exercício de parte de suas atribuições – dentre elas há que se destacar a sua responsabilidade em promover o bem-estar social e a redução dos desequilíbrios sociais, políticos e econômicos. A ineficiência do Estado no contexto da globalização demonstra claramente que o Estado, como sujeito soberano, está em crise.

O Estado é grande demais para a maior parte de suas funções administrativas e pequeno demais no que se refere às funções de governo, de tutela do processo de internacionalização da economia e de interdependência que condicionam de forma irreversível a vida de todos os povos do mundo.

Os Estados sempre tiveram dificuldade em acompanhar o ritmo das mudanças promovidas pelos atores privados do capitalismo. Sua função de regular, de fiscalizar e de controlar essas mudanças sempre esteve muito aquém da necessidade real de sua intervenção em favor dos interesses nacionais e dos interesses da cidadania.

Da associação atual entre Estado e capitalismo, este último levou a melhor. O capitalismo atual é mundial, transnacional e inclusive supranacional.

Da mesma forma que não conseguimos separar mais onde termina o Estado e começa o capitalismo, também não conseguimos mais separar o Estado da globalização, a tal ponto que podemos afirmar que esta última não existiria sem que o Estado lhe propiciasse os meios para a sua existência.

Isso levou à mudança da autoridade do Estado para a autoridade do mercado, devido, em grande parte, às próprias políticas estatais. Não que as megacorporações tenham precisado roubar ou furtar do Estado o poder – ele foi dado de bandeja a elas, sob a alegação de “razões de Estado”.

Não se trata de uma questão nova, e sim de um problema que vem se agravando pelas transformações recentes.

É evidente que sem a adoção de políticas públicas compatíveis com o funcionamento de uma economia global, a combinação entre tecnologia e organização corporativa não haveria tido os efeitos hoje conhecidos em matéria de globalização.

Essas políticas públicas foram formuladas, desenhadas e aplicadas no contexto de programas de estabilização e de ajustes ou de reformas estruturais de caráter liberalizante, com vistas à busca de maior eficiência, flexibilidade, competitividade externa e capacidade produtiva das economias nacionais.

O conjunto dessas políticas, conhecido como “consenso de Washington”, engloba a desregulamentação financeira, a liberalização comercial, as privatizações e as reformas tributária, sindical, trabalhista e previdenciária, entre outras medidas.

Com relação à revolução tecnológica podemos afirmar que os Estados sempre tiveram um papel decisivo na criação de condições que permitiram o progresso da ciência e da técnica. Esse progresso trouxe consigo uma nova era: a era da informação.

Todos sabemos que no mundo hoje, mais do que nunca, informação é poder.

Em tempos feudais, a Igreja católica, soberana absoluta, tentou de toda maneira manter para si o monopólio da impressora de Gutenberg, pois ela sabia que ali estava o meio necessário para a democratização do conhecimento. Controlar a impressão de livros era controlar o acesso à informação e esse controle era vital para a manutenção de seu poder absoluto.

Felizmente a igreja perdeu essa disputa, os livros foram impressos, primeiro aos milhares, depois aos milhões. O conhecimento e a informação se propagaram e o poder hegemônico da Igreja ruiu, em grande parte, devido a isso.

Hoje, a manutenção do poder do mercado passa pela disputa do controle ao acesso à rede mundial de computadores. Quem controlar esse acesso controlará a informação e isso é vital para que o mercado mantenha seu poder absoluto sobre os Estados nacionais, os governos e os povos de todas as nações do mundo. Essa disputa está colocada na ordem do dia no mundo e particularmente aqui no Brasil, neste momento.

Em função disso o mercado se apressou em controlar as telecomunicações em nosso país. Durante a década de 90 assistimos aos escândalos conhecidos como a privatização das teles, em que o Estado brasileiro financiou, com dinheiro público, operações suspeitas e mantidas sob sigilo da maioria do povo brasileiro, para a aquisição de nossa infra-estrutura de telecomunicações por parte de grupos privados nacionais e transnacionais. Essas operações até hoje não foram devidamente esclarecidas.

O sistema financeiro internacional sabe usar o poder da informação como ninguém. Ele depende disso para garantir sua sobrevivência. Os financistas acumularam nos últimos anos o montante de 20 trilhões de dólares graças a esse controle da informação.

Graças à velocidade com que as informações sobre a economia trafegam pela rede mundial de computadores, 8 trilhões de dólares – dinheiro equivalente a um PIB norte-americano, ou seja, toda a riqueza produzida pela nação mais rica do mundo durante um ano – circulam pelo globo a cada dia à procura de melhores rendimentos.

São informações privilegiadas sobre governos, sobre empresas e sobre a produção a que algumas pessoas têm acesso para acumular riquezas.

Mas o cidadão não tem acesso sequer a informações básicas sobre seus direitos. O cidadão não sabe que o Estado transferiu parte de seu poder para o mercado.

Avanços tecnológicos foram apropriados por alguns poucos “*players*” do mercado, que os colocaram a serviço do sistema financeiro. Eles permitem a mobilidade dos capitais e a liberalização do câmbio, combinando-se para reduzir consideravelmente os meios de intervenção do Estado sobre o valor da moeda, que passou a ser determinado pelo mercado financeiro mundial.

De fato o poder crescente dos especuladores reforça a certeza de que estamos vivenciando hoje um capitalismo de cassino. O sistema financeiro parece mais um grande salão de jogos onde a sorte das nações é jogada numa grande roleta. Alguns poucos sempre ganham nesse jogo, a maioria da humanidade sempre perde.

Nesse jogo, um ataque especulativo a uma moeda pode reduzir à metade o valor da safra de um país, pode fazer um exportador sair de seu negócio antes que tenha chance de vender sua mercadoria.

A instabilidade financeira internacional decorre do surgimento dessa nova forma de moeda, reduzida à pura informação eletrônica, transmitida de maneira instantânea e simultânea por redes privadas de computadores através do espaço cibernético.

Esse dinheiro eletrônico é essencialmente apátrida, circula em escala global na busca constante de melhores rendimentos.

O surgimento deste “dinheiro virtual” só foi possível graças à revolução tecnológica que propiciou a mobilidade das informações e ao fato de que na globalização as finanças estão cada vez menos relacionadas à produção.

Esse dinheiro é mais virtual do que real, já que ele não está sendo criado por meio de atividades econômicas, tais como investimento, produção ou comércio de bens e serviços mas pela simples compra e venda de papéis.

Ele cruza as fronteiras mediante fluxos financeiros que têm total independência da base econômica, têm total autonomia em relação ao desempenho real das economias nacionais e completa insubordinação aos governos e aos Estados nacionais.

E é exatamente por não ter nenhuma função econômica que esse dinheiro virtual possui mobilidade tão grande – bilhões desse dinheiro podem ser transferidos de uma moeda para outra por um “trader” apertando alguns botões em um teclado.

Assim, esses operadores do mercado financeiro fazem da antiga soberania das nações uma retórica vazia, tendo em vista que controlam e manipulam a política econômica dos estados nacionais.

Uma parte desse dinheiro virtual financia as dívidas interna e externa das nações e das empresas e com isso as mantém reféns de seu capital.

Assim, uma parcela de lucro do mercado financeiro é assegurada pelos Estados, institucionalmente, através de taxas de juros elevadas, do controle acirrado da inflação e da manutenção do superávit primário estabelecidos por força de lei e fielmente cumpridos nos orçamentos anuais.

Nas nações submetidas às regras do mercado financeiro os seus governos são avaliados segundo um conjunto de normas chamado risco país. Se a nota é boa significa que o capital virtual naquele país está garantido pelo governo e pelo Estado, que se comprometem a pagar em dia suas obrigações, fazendo o dever de casa, garantido a remuneração do capital com juros elevados, controle da inflação – para que o capital virtual não se desvalorize enquanto passa pelas fronteiras da nação –, e garantem também uma crescente oferta de mercadorias para os especuladores negociarem no mercado internacional.

Essa riqueza é virtual, mas está baseada em um poder real – o poder da informação e da contra-informação.

Informação e contra-informação produzida em grande parte pelos veículos de comunicação e que trafega digitalmente pelos meios controlados pelas empresas de telecomunicações.

Para manter o controle das regras do jogo e do próprio jogo, o mercado financeiro sabe que precisa manter o controle da informação e para isso precisa manter o controle dos veículos de comunicação e das empresas de telecomunicações.

Por isso, hoje, todos os grandes conglomerados de comunicação e de telecomunicações têm como acionistas estratégicos empresas do setor financeiro. Inclusive aqui no Brasil.

O controle da informação passa pelo controle do que vai ao ar pelas TVs, pelas rádios, pelos jornais e pelas agências de notícias.

O mercado precisa manter os dogmas e renovar a cada dia a fé nesses dogmas. Uma fé que é apregoada diariamente nos templos da mídia. Ela se renova por meio da veiculação de pequenas e aparentemente inofensivas notas divulgadas pela imprensa – é a cotação da dólar, é o risco país, é a balança comercial, são números fragmentados, quase imperceptíveis, mas que, somados, formam a imagem do governo para o mercado financeiro internacional.

Não é por acaso que essas informações aparecem todos os dias, várias vezes ao dia, em quase todos os telejornais e nos principais veículos da mídia.

Informações que sempre vêm acompanhadas de adjetivos sutis como estabilidade, segurança, calmo ou nervoso, tranquilo ou agitado, ligeira alta, leve baixa, favorável – utilizados para induzir o cidadão a confiar ou não na política econômica do governo. Elas mostram que o governo tem a função precípua de não irritar o mercado financeiro, de não contradizê-lo, de não questionar seus objetivos.

Esse tipo de informação faz o cidadão acreditar que o mercado financeiro é quem sabe o que é bom ou ruim para ele. O cidadão passa a atribuir ao mercado financeiro o poder de avaliar seu próprio governo. O cidadão adota para si os critérios de avaliação do mercado financeiro para saber se a política econômica é boa ou ruim.

Esse é o poder do dogma, esse é o poder da fé cega que faz o cidadão desistir de discutir a política econômica de seu país, de avaliar se ela está agindo contra ou favor de seus interesses pessoais e coletivos.

Dogmas e fé são ingredientes indispensáveis para manter uma crença. A crença em algo que não existe – o dinheiro virtual criado pelo mercado financeiro. Essa riqueza etérea que pode evaporar de uma hora para outra.

Insisti nesse tema até agora para deixar claro para os senhores e senhoras que todo esse dinheiro que abunda no mercado financeiro é o mesmo que falta para que o Estado e o governo cumpram parte de suas funções para com o cidadão.

Nesse quadro, os veículos de comunicação são fundamentais como canais pelos quais trafegam informações. Informações que não podem ser omitidas da cidadania. Informações sobre os direitos que estão na Constituição. Informações sobre o funcionamento de nossas instituições, de nossos governos, de nosso Estado nacional e de como estamos inseridos no processo de globalização.

Felizmente temos uma democracia suficiente para que a sociedade civil se organize, para que ocorra esse debate, para que se

veiculem informações essenciais à tomada de consciência dos direitos e deveres do cidadão.

É crescente relação entre informação e conhecimento, e do papel-chave que este último desempenha como fator de poder nas sociedades contemporâneas. Tanto isso é verdade que o controle da informação, sua disponibilidade e seu acesso constituem hoje questões estratégicas tanto para empresas quanto para nações, mas principalmente para o cidadão, embora ele ainda pouco se tenha dado conta.

Por outro lado, é também sabido o poder de longo prazo que a informação e os veículos de comunicação têm na construção da realidade pela representação que fazem dos diferentes aspectos da vida humana.

A maioria das sociedades contemporâneas podem ser consideradas como centradas no poder da informação, vale dizer, sociedades que dependem desse poder – mais do que da família, da escola, das igrejas, dos sindicatos, dos partidos políticos e de suas instituições – para a construção do conhecimento público que possibilita, a cada um de seus membros, a tomada cotidiana de decisões.

É por isso que não se pode reduzir a importância da informação e das comunicações apenas ao entretenimento e à diversão, como muitas vezes se faz. Elas não são canais neutros. Ao contrário, são construtoras de significação. E é também por isso que a concentração da propriedade e do controle das comunicações é uma questão que ultrapassa muito a dimensão econômica.

Aqui no Brasil, nos próximos meses vencem as concessões de 28 emissoras de TV e 153 emissoras de rádio.

Para renovar as licenças de funcionamento, cada concessão é avaliada pela Comissão de Constituição do Congresso, que pode interromper a licença em caso de má qualidade técnica, desrespeito às leis trabalhistas e aos direitos previdenciários, entre outros.

Mas esses critérios de avaliação são insuficientes. O governo também precisa avaliar a qualidade do produto oferecido pelas emissoras – ou seja, a sua programação e o conteúdo veiculado. Em prol de um maior faturamento, as empresas estão deixando de lado os critérios de maior qualidade e investindo em produtos de baixa qualidade.

As televisões têm suas concessões avaliadas a cada 15 anos e as rádios, de dez em dez anos.

As normas para a concessão de outorgas para emissoras de rádio e TV precisam ser revistas para resultar em um sistema mais transparente e que leve em conta o interesse da população.

Estudiosos da comunicação ao lado de organizações da sociedade civil estão defendendo a necessidade de mudanças nas normas que regem as outorgas de rádio e televisão.

A providência mais urgente a ser tomada é que o Congresso Nacional leve em conta, ao votar as concessões e as renovações de outorga, se as emissoras estão respeitando a finalidade constitucional de educar, promover a cultura nacional e respeitar os valores éticos, estabelecidas no artigo 221 da Constituição.

Especialistas defendem o monitoramento pela sociedade da programação das emissoras para que elas sejam obrigadas a cumprir sua função social.

A concessão e a renovação de outorga de canais de rádio e TV no Congresso também precisam de mudanças na legislação para tornar os procedimentos mais transparentes.

Um processo de renovação das concessões chega a demorar de nove a dez anos tramitando no Ministério das Comunicações, dois anos tramitando na Casa Civil da Presidência da República e um ano na Câmara dos Deputados. Ao todo esse processo pode demorar até 13 anos.

Além disso, já é de conhecimento da sociedade que boa parte dos congressistas brasileiros são proprietários de empresas de comunicação, em franco desrespeito à legislação vigente. Esses senhores legislam em causa própria ao concederem a si mesmo outorgas de rádio e televisão.

No cenário da globalização contemporânea, a consequência mais evidente da convergência tecnológica no setor de comunicações é a enorme e sem precedentes concentração da propriedade, provocando a consolidação e a emergência de um reduzido número de megaempresas mundiais. Ademais, a onda internacional liberalizante de privatizações e desregulamentação, acelerada nos últimos anos, vem provocando uma avalanche de aquisições, fusões e *joint ventures* envolvendo Estados nacionais, bancos, grandes empreiteiras e empresas transnacionais privadas, estatais e mistas.

O padrão universal de concentração da propriedade e presença das megaempresas internacionais encontra no Brasil um ambiente historicamente acolhedor. Os nossos homens de comunicação se

estabeleceram oligopolisticamente. O rádio e a televisão constituem um sistema organizado em torno de algumas poucas redes controladas por algumas poucas famílias em associação com alguns grandes bancos nacionais e estrangeiros.

A propriedade e o controle das nossas telecomunicações, até recentemente monopólio do Estado, foram transferidos para oligopólios privados e a indústria de informática, depois de uma frustrada tentativa de reserva de mercado para as indústrias nacionais, consolida-se pela presença no mercado das megaempresas mundiais da área.

Como resultado desse processo de concentração da propriedade dos veículos de comunicação no Brasil encontramos a **concentração horizontal** com a monopolização ou oligopolização dentro de uma mesma área do setor, a **concentração vertical**, na qual ocorre a integração das diferentes etapas da cadeia de produção e distribuição, a **propriedade cruzada**, em que um mesmo grupo controla diferentes mídias do setor de comunicações. Por exemplo: TV aberta, TV por assinatura, rádio, revistas, jornais e, mais recentemente, telefonia, provedores de Internet e transmissão de dados e ainda o **monopólio em cruz** com a reprodução, em nível local e regional, dos oligopólios da "propriedade cruzada".

Digo isso porque esse quadro de concentração dos meios de comunicação pode se tornar uma ameaça à liberdade de expressão, vital para o funcionamento da democracia.

Estamos caminhando a passos largos para um momento histórico da era da informação. Graças aos avanços tecnológicos, as diferentes mídias estão podendo convergir facilitando ainda mais o

acesso à comunicação e à informação. A digitalização das comunicações é uma realidade que bate à nossa porta.

Dependendo da maneira como a nação brasileira conduzir esse processo poderemos viver um novo século de luzes ou de escuridão.

Cabe à cidadania se posicionar pelo cumprimento dos princípios constitucionais do direito à informação.

Os senhores e as senhoras assistirão no decorrer dos próximos meses a uma ferrenha batalha por esses direitos no Congresso Nacional por ocasião da votação da lei que criará o sistema público de comunicações.

Será um momento histórico em que o Estado brasileiro tentará tomar para si tarefas que ele adiou por muito tempo com a criação de uma alternativa pública e consistente para o cidadão se informar, se educar, ter acesso ao conhecimento e reafirmar sua identidade cultural.

É o principio de uma revolução na qual o cidadão retoma poderes inalienáveis no processo de construção da democracia.

Outro momento que quero assinalar ocorrerá daqui a poucos meses.

Imagine-se sentado no sofá de sua casa. Você segura nas mãos o seu controle remoto. À sua frente, o aparelho de televisão.

Você assiste a um programa de entretenimento, mas sabe que dentro de instantes terá início, dois canais adiante, um importante telejornal.

Você pega o controle remoto, aponta-o para a sua TV e aperta os botões que trarão o jornal ao seu sofá.

Na televisão, nada de notícias. Apenas uma tela preta com um texto em branco:

A SUA TELEVISÃO NÃO POSSUI OS REQUISITOS RECOMENDADOS PARA EXIBIR ESSE PROGRAMA.

Nesse exato momento, você descobre que não pode assistir ao telejornal porque o seu aparelho de TV é incompatível com a emissora proprietária do telejornal, porque ela mantém acordo com outro fabricante. Parece ficção? Não é.

Isso seria difícil de ocorrer no mundo analógico da comunicação, mas é mais comum do que você imagina no mundo digital.

Estamos vivendo um paradoxo contemporâneo, bem ao sabor desta era em que promover a liberdade e fazer a guerra não são tarefas antagônicas. Era esta que permite ao mesmo tempo a um conglomerado de comunicação defender a liberdade de expressão e utilizar uma plataforma tecnológica excludente.

A liberdade é o tecido sobre o qual cosemos a informação e o conhecimento em uma sociedade democrática. Qualquer tentativa de restringir, cercear ou censurar o livre fluxo de produção e transmissão de informações é atentar contra o direito que todo o cidadão tem de informar e ser informado: o direito que todos temos à comunicação.

Esse raciocínio pode soar abstrato, mas quando pensamos no exemplo citado, ele se revela bem concreto.

Como Inglaterra começou a democratizar a mídia

– 6 DE JANEIRO DE 2015



No momento em que oligopólio brasileiro procura bloquear mudanças nas Comunicações, vale conhecer exemplo britânico — que inibe tanto concentração econômica quanto posturas antiéticas

Por **Luis Nassif**, no **GGN**

Os grupos de mídia têm que decidir: ou o modelo é a Venezuela, ou o modelo é a Inglaterra. O que seu internacionalismo militante sugere? Se for a Inglaterra e os chamados países desenvolvidos, a regulação democrática da mídia é inevitável.

Por democrática, entenda-se, submeter a mídia a formas de controle da sociedade, visando coibir não apenas os abusos econômicos como os de conteúdo. Ou seja, criação de mecanismos que acabem com o poder absoluto dos grupos de mídia de assassinar reputações, deturpar fatos, inventar mentiras sem responder por seus atos e sequer permitir o direito de resposta, escudados em uma visão defeituosa do princípio da liberdade de imprensa.

Tome-se o caso da Comissão Leveson, presidida pelo juiz Brian Leveson, que levantou os abusos da imprensa britânica a pedido do Parlamento inglês. Trata-se da pátria do livre mercado.

Fruto dos trabalhos da Comissão, o Relatório Leveson é um divisor de águas na maneira dos países civilizados abordar a questão da liberdade de imprensa.

Quais suas conclusões? A necessidade de um órgão independente para regular a imprensa britânica. “Não é dever do governo ou do Parlamento regular o setor, mas a Comissão de Queixas sobre a Imprensa (PCC, na sigla em inglês) fracassou em seu papel e que o sistema deve ser alterado”, conclui ele. Pesquisa recente constatou que 79% dos britânicos desaprovam a ação da PCC.

Leveson defendeu formas mais severas de regulação amparadas por uma lei de imprensa que proteja os direitos das vítimas da mídia.

O caminho seria um órgão regulador independente tanto da indústria quanto do governo. Poderia multar os veículos em até um milhão de libras. Não aceitaria editores atualmente em atividade; e a maioria de seus membros não teria envolvimento com a imprensa. Segundo o vice-premiê britânico Nick Clegg, “uma imprensa livre não significa uma imprensa que pode intimidar inocentes e fazer famílias sofrerem”.

Aqui, as conclusões principais do Relatório Leveson:

Sobre as práticas antiéticas da imprensa

Quanto aos exemplos de alta visibilidade da prática antiética da imprensa que sugerem o contrário, argumenta-se que são aberrações e não refletem a cultura, as práticas ou a ética da imprensa como um todo.

Eu rejeito totalmente essa análise.

Obviamente, a maioria das reportagens não geram problemas relativos à difamação, privacidade ou direitos de terceiros e, em sua maioria, são escritos com alto (ou muito alto) padrão de integridade e correção.

Porém, o número significativo de reportagens que não satisfaz esse padrão não pode ser ignorado e não tenho dúvida de que refletem uma cultura (ou, talvez mais exatamente, uma subcultura) dentro de alguns setores de alguns jornais.

Sobre o desapareço às leis

Quando uma notícia é considerada importante, as disposições da lei pouco contam e, em relação ao Código, suas disposições específicas também são manipuladas ou violadas – sem falar de sua essência.”

Sobre os abusos generalizados



Um número excessivo de reportagens em um número excessivo de jornais foi objeto de reclamações de um número excessivo de pessoas, sendo que pouquíssimos jornais assumiram a responsabilidade ou levaram em conta as consequências para os indivíduos envolvidos.

(...) Além disso, como comprovado em diversas reportagens em diferentes jornais, é evidente que a deturpação e o exagero acontecem em grau muito maior do que poderia ser considerado como comentário legítimo ou justo. Em um setor que supostamente serve para informar, toda informação errônea e, particularmente, toda distorção, deveria ser motivo de preocupação. Porém, quando há constante representação deturpada de grupos sociais, conflitos de

interesse ocultos e alarmismo irresponsável na área científica, o risco para o interesse público é evidente.”

Sobre o conceito de liberdade de imprensa

O segundo ponto foi a discussão sobre limites e responsabilidades da liberdade de imprensa.

Como resultado deste princípio, que é um dos pilares da nossa democracia, a imprensa tem direitos importantes e especiais neste país, que reconheço e tenho apoiado voluntariamente como advogado e juiz.

 Este site é sustentado por seus leitores. [Clique aqui para contribuir](#)

Junto com esses direitos, entretanto, há responsabilidades para com o interesse público: respeitar a verdade, obedecer a lei e defender os direitos e liberdades individuais. Em suma, honrar os princípios proclamados e escritos pela própria imprensa (e, em grande medida, refletidos no Código de Conduta dos Editores).”

As provas apresentadas no Inquérito demonstraram, sem sombra de dúvida, que, com frequência excessiva na última década – considerada melhor que as anteriores – e antes dela, estas responsabilidades nas quais o público deposita grande confiança, foram simplesmente ignoradas.”

Sobre a inutilidade da auto-regulação

Quaisquer empresas responsáveis ficariam, em sua grande maioria, estarecidas se seus empregados estivessem ou pudessem estar envolvidos em atividades criminosas a fim de promover seus negócios. Este não foi o caso do News of the World. Quando a polícia tentou executar um mandado, foi enfrentada e expulsa pelos empregados do jornal.

A cooperação, quando houve, foi mínima. Os dois condenados a penas prisionais receberam somas substanciais como reparação por perda de emprego quando foram soltos.”

As práticas descobertas pelo Comissário para Informações, durante a Operação Motorman, que levaram à publicação de dois relatórios ao Parlamento, revelaram que grande parte da imprensa estava envolvida na

troca generalizada de informações privadas e confidenciais, aparentemente sem qualquer consideração pelo interesse público.



(...) É, de fato, a função da imprensa

chamar aqueles que têm poder à responsabilidade. É isso, de fato, o que o jornal The Guardian fez em relação ao News of the World, e o que a ITV e, depois, [o programa] Panorama fizeram em relação à BBC104

Nenhuma dessas revelações levou qualquer jornal a conduzir uma investigação, seja sobre suas próprias práticas, seja sobre aquelas de outros jornais. Nenhum jornal tentou descobrir – e muito menos revelou – se seus jornalistas haviam respeitado a lei de proteção de dados.

Alguns jornais prontamente proibiram o uso de detetives particulares na busca de informações; muitos levaram algum tempo para tomar essa medida e outros não fizeram nada.

Sobre o corporativismo exacerbado da mídia

Quando o Comissário para Informações buscou apoio do Governo e depois do Parlamento para aumentar as punições então disponíveis na legislação por violação criminosa, teve que enfrentar um intenso lobby da imprensa – e da Comissão de Reclamações da Imprensa (PCC). O lobby questionou a proposta, argumentando que a violação da legislação criminal por jornalistas, mesmo que de forma indiscriminada e industrial, jamais deveria ser punida com a pena de privação de liberdade.”

A Comissão de Reclamações da Imprensa (PCC) não só aceitou as garantias do News of the World, como também, em uma estranha incursão em uma investigação dos padrões, ao invés da resolução de reclamações, condenou o Guardian por ter publicado os resultados da investigação: seu relatório a respeito disso foi desde então tirado do ar.

Na prática, a Comissão mostrou estar alinhada com os interesses da imprensa, defendendo com eficácia seus interesses em questões como a seção 12 da Lei de Direitos Humanos de 1998 e a punição pela violação da seção 55 da Lei de Proteção de Dados de 1998.

Quando investigou questões importantes, a Comissão tentou desviar ou minimizar as críticas à imprensa. Pouco fez ao responder à Operação Motorman. Suas tentativas de investigar alegações de grampo telefônico, que deram apoio ao News of the World, não tiveram qualquer credibilidade. Exceto por solicitar respostas a perguntas, não foi realizada qualquer”.

Sobre as tentativas infrutíferas de disciplinar a mídia

Há muito se reclama que certos setores da imprensa tratam brutalmente os outros, sejam eles indivíduos ou o público em geral, sem qualquer interesse público justificável. As tentativas de responsabilizá-los por isso tem sido infrutíferas. As promessas feitas não são cumpridas. Mesmo as mudanças feitas depois da morte de Diana, Princesa de Gales, duraram pouco.

(...) Grampo telefônico em si, mesmo que fosse usado apenas por um jornal, justificaria uma reconsideração, pela governança corporativa, da forma com que os jornais operam e o regime regulatório necessário.

Sem acusar ninguém individualmente, as provas me levam a concluir que esta era muito mais do que uma atividade secreta, disfarçada, conhecida por apenas um ou dois praticantes de “ciências ocultas”. E era ilegal. E depois do processo, em mais de um jornal e em mais de uma empresa, não foi feita nenhuma investigação detalhada para descobrir quem havia sido pago, para quê, ou por que, ou para revisar os requisitos de conformidade.”.

Sobre as propostas de regulação

À luz de tudo o que ouvi durante o Módulo Um, não acho que o poder de emitir juízos desfavoráveis contenha a ameaça que os editores sugerem – a não ser, talvez, ao seu orgulho.

Já me referi à ausência de processos disciplinares contra jornalistas depois de críticas feitas pela Comissão, mas também não existe qualquer retorno ou crítica dos editores que são, em última análise, responsáveis por aquilo que é publicado.

A REGULAÇÃO DA MÍDIA NA AMÉRICA LATINA

Uma polêmica ronda a América Latina. Ela toca em pontos sensíveis e várias ordens de interesses. Trata-se das propostas envolvendo a elaboração de novas legislações para os meios de comunicação em alguns países do continente.

Isso acontece especialmente na Venezuela, Argentina, Equador e Bolívia. No Brasil ainda não há uma decisão de governo a respeito.

O pano de fundo é a mudança no panorama político continental a partir da virada do século. Em alguns países há uma reação ao modelo de matiz liberal, adotado nos anos 1980-90. Assim, as disputas em torno da comunicação envolvem diversas concepções políticas.

A área de comunicações tem se mostrado particularmente sensível às demandas por novas regras de funcionamento. As empresas de mídia, por lidarem com difusão de ideias, valores e abordagens subjetivas, alegam que a pretensão dos que advogam a criação de novas normas é implantar a censura e o cerceamento à livre circulação de ideias. Os defensores das mudanças afirmam o contrário. Dizem que o setor é monopolizado e que um novo pacto legal teria por base a defesa de um pluralismo de opiniões.

Além disso, uma série de progressos técnicos tornou obsoletas as políticas públicas de comunicação estabelecidas há mais de duas décadas.

As primeiras legislações sobre meios de comunicação no continente foram criadas no período do nacional desenvolvimentismo, entre os anos 1930 e 1960, tendo como marca inspiradora a estratégia de substituição de importações. Seus pressupostos básicos eram a definição do espectro radioelétrico como espaço público (que funcionaria em regime de concessão à iniciativa privada) e a não permissão para que estrangeiros fossem proprietários de empresas ou meios.

As políticas de abertura das economias, privatizações e enfraquecimento dos poderes de fiscalização e regulação do poder público resultaram em várias situações de hiato legais. A constituição de agências reguladoras, de composição tripartite –

Estado, empresas e sociedade civil –, em alguns casos, deixou as sociedades a mercê de oscilações e da volatilidade dos mercados.

Com a entrada em cena de novas tecnologias, esse cipoal legal tende a ficar superado.

TECNOLOGIA E ECONOMIA

Há em curso um processo de internacionalização das empresas de comunicação na América Latina. Ele obedece pelo menos duas dinâmicas, uma tecnológica e outra econômica.

A primeira delas, a tecnológica, refere-se ao grande salto realizado pela microeletrônica nos últimos quarenta anos e que poderia ser sintetizado pela convergência de mídias, observada a partir da segunda metade dos anos 1990. Telefonia, televisão, rádio, transmissão de dados, cinema e música passaram a confluir e a se apoiar cada vez mais em plataformas comuns. No âmbito legal, isso fez com que lógicas balizadoras nas décadas anteriores, que tratam separadamente de televisão, rádio, indústria cinematográfica e fonográfica e telefonia ficassem obsoletas.

Como conviver com leis que impediam a participação de estrangeiros em grupos de mídia, se as empresas de telefonia, privatizadas e desnacionalizadas, estão não apenas no mercado de *internet*, mas no de televisão, de radiofonia e de produção de conteúdos? Como submeter tais empresas às jurisdições nacionais?

A segunda variável dessa equação tem contornos na dinâmica da economia. A abertura dos países do sul do mundo à globalização, através dos pontos definidos pelo Consenso de Washington (1989), acarretou ampliação da liberdade de circulação de capitais, incremento de investimentos em carteira, compra de empresas, *joint-ventures* e fusões de toda ordem.

Ativos negociados nas grandes bolsas internacionais mudam rapidamente de mãos e sociedades são feitas e desfeitas com a rapidez de um impulso eletrônico. Acionistas majoritários tornam-se minoritários da noite para o dia. Na lógica dos negócios, não haveria razões para que empresas de comunicação seguissem senda diversa.

DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS EMPRESAS

Outra novidade da invenção da tecnologia digital e das redes virtuais é a desterritorialização das empresas de comunicação.

Até o advento da revolução digital (1980- 90) as empresas de comunicação precisavam estar sediadas no país em que operavam. Não se tratava apenas de uma exigência legal, baseada no ideário do nacional- -desenvolvimentismo. Toda uma teia de negócios, especialmente aqueles ligados à publicidade e ao financiamento dos meios, estava ancorada em fronteiras definidas.

Agora, um provedor de [internet](#), um sítio, portal ou uma emissora de TV a cabo pode emitir conteúdo de qualquer parte do globo para qualquer país, sem necessidade de antenas transmissoras ou equipamentos sofisticados.

O problema central é que os provedores de internet e as emissoras de TV a cabo não são classificáveis como empresas produtoras de conteúdo informacional pelas antigas legislações.

A privatização das teles na América Latina, nos anos 1980-90, abriu uma caixa de Pandora. Foram vendidos monopólios de telefonia do Estado. É possível que os governantes que patrocinaram tais ações não vislumbrassem estar às portas de uma reviravolta tecnológica que possibilitaria a convergência de mídias e ultrapassaria as fronteiras.

As empresas de telefonia, por exemplo, que nos anos 1990 tinham a seu cargo apenas a comunicação de voz à distância, consolidaram-se, duas décadas depois, como os maiores provedores de internet da região e apresentam um poder de fogo dificilmente igualado por qualquer rede de TV tradicional.

Atualmente televisão, rádio, telefonia, cinema, literatura, audição musical, transmissão de dados, instrumentos de navegação e outros podem ser captadas por um mesmo [smartphone](#). Mas cada uma daquelas funções obedece a regras específicas.

Provedores de internet apresentam tecnologia para produzir e transmitir conteúdos. Como os provedores não estão enquadrados nas antigas normas legais, suas atrações podem ser produzidas em qualquer parte do mundo e enviados, com características locais, a qualquer país. Ao mesmo tempo, como as empresas globais possuem representações também em cada país, uma complicada cadeia de brechas nas antigas regulações foi aproveitada para legalizar as novas firmas

CEPAL E IPEA

Em 2003, a Cepal (Comissão Econômica da América Latina e Caribe), órgão da ONU, lançou o livro *Los caminos hacia una sociedad de la información en América Latina y el Caribe*.

Embora defasado no quesito tecnologia, o estudo de 130 páginas busca dar conta das implicações da convergência tecnológica, dos marcos regulatórios até então existentes, do financiamento e do capital humano, entre outros. Segundo o documento:

“O ponto de partida na tarefa de criar um marco regulatório para a sociedade da informação é o respeito pelos direitos humanos fundamentais”.

O pesquisador argentino Martin Becerra, em entrevista concedida em outubro de 2011, comenta a situação da América Latina diante do novo quadro do setor. Para ele,

“Na América Latina, há uma falta de tradição no controle estatal da regulação sobre os meios de comunicação, se comparamos com a situação da Europa ou da América do Norte. (...) Uma perspectiva democratizadora deveria orientar a ação do setor dos meios de comunicação à regulação equânime, pública, transparente e equitativa”.

Os pesquisadores do Ipea Fernanda De Negri e Leonardo Costa Ribeiro, publicaram no boletim *Radar Ipea* nº 7, de outubro de 2010, um artigo intitulado “Tendências tecnológicas mundiais em telecomunicações – Índice de medo do desemprego”. De acordo com eles,

“Recentemente, um estudo realizado pela Comissão Europeia mostrou que grande parte da distância existente entre Estados Unidos e Europa em termos de investimentos privados em P&D se deve ao setor de TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação).

O setor privado norte-americano investe 1,88% do produto interno bruto (PIB) em P&D, contra 1,19% do setor privado europeu. No setor de TICs, estes investimentos são de 0,65% do PIB nos EUA e 0,31% na Europa. (...) No caso brasileiro, as diferenças – em termos de recursos alocados em P&D – em relação aos EUA e à Europa são ainda mais marcantes. O setor privado brasileiro investe, segundo dados de 2008 do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), cerca de 0,5% do PIB em P&D, entre os quais apenas 20%, ou 0,1% do PIB, são realizados pelos setores de TICs.

AS NOVAS LEIS

Na Venezuela (2000), na Argentina (2009) e na Bolívia (2011) foram aprovadas normas para regulamentar a atividade de comunicação. No Equador, em dezembro de 2011, a Assembleia Nacional discutia novas regras para o setor. O México possui uma legislação aprovada em 1995, que não impõe restrições ao capital externo. No Brasil, o debate sobre uma nova legislação faz parte da demanda de diversos setores sociais. Mas ainda não entrou na pauta político-institucional do país.

ARGENTINA

A legislação mais abrangente e detalhada para o setor de comunicações dos anos recentes foi promulgada na Argentina, em 2009. A própria presidente Cristina Kirchner presidiu reuniões na Casa Rosada com líderes sindicais e estudantis, proprietários de empresas de comunicação, produtores independentes, reitores de universidades, diretores e professores das faculdades de comunicação, líderes de igrejas e associações de rádios e televisões comunitárias para apresentar ideias e sugestões.

A *Ley de Medios*, promulgada em outubro de 2009, é longa – 166 artigos – e cheia de remissões a outras normas. Ela representa uma resposta ousada à supremacia dos meios de comunicação no jogo político, social e cultural da atualidade. A Ley propõe mecanismos destinados à promoção, descentralização, desconcentração e incentivo à competição, com objetivo de barateamento, democratização e universalização de novas tecnologias de informação e comunicação.

Alguns pontos da lei argentina merecem destaque:

- Democratização e universalização dos serviços;
- Criação da Autoridade Federal dos Serviços de Comunicação Audiovisual, órgão autárquico e descentralizado, que tem a função de aplicar, interpretar e fiscalizar o cumprimento da lei;
- Criação do Conselho Federal de Comunicação Audiovisual da defensoria pública de serviços de comunicação audiovisual, para atender reclamações e demandas populares diante dos meios de comunicação;
- Combate à monopolização – nenhum operador prestará serviços a mais de 35% da população do país. Quem possuir um canal de televisão aberta não poderá ser dono de uma empresa de TV a cabo na mesma localidade;

- Concessões de dez anos, prorrogáveis por mais dez;
- Reserva de 33% dos sinais radioelétricos, em todas as faixas de radiodifusão e de televisão terrestres em todas as áreas de cobertura para as organizações sem fins lucrativos;
- Os povos originários terão direito a dispor de faixas de AM, FM e de televisão aberta, assim como as universidades públicas.

BOLÍVIA

Em 10 de agosto de 2011, o presidente Evo Morales promulgou a *Ley general de telecomunicaciones, tecnologías de información y comunicación*, que estabelece um marco regulatório para a propriedade privada de rádio e televisão e garante vários direitos aos chamados povos originários. O dispositivo legal também criou um processo de licitação pública para as concessões, e estipulou requisitos a serem cumpridos pelas concessionárias privadas.

A norma é menos abrangente que sua correspondente argentina, mas caminha na mesma direção: fortalecer instrumentos legais do poder público na supervisão da atividade de comunicação. Assim, o espectro radioelétrico, nos termos da lei, segue em mãos do Estado, “que o administrará em seu nível central”.

A grande novidade do conjunto de normas, que envolve 113 artigos, é a distribuição de frequências por setores: Estado, até 33 por cento; Comercial, até 33 por cento; Social comunitária, até 17 por cento e Povos indígenas, camponeses e comunidades interculturais e afrobolivianas, até 17 por cento.

As concessões das frequências do Estado serão definidas pelo Poder Executivo. Já para o setor comercial, haverá licitações públicas e no caso do setor social comunitário – povos originários, camponeses e afrobolivianos –, as concessões serão feitas mediante concurso de projetos, com indicadores objetivos. A lei estabelece ainda que a sociedade civil organizada participará do desenho das políticas públicas em tecnologia de telecomunicações, tecnologias de informação e comunicação e serviço postal, exercendo o controle social em todos os níveis de Estado sobre a qualidade dos serviços públicos.

Por fim, a lei afirma que todas as instâncias de governo – federal, provincial e municipal – garantirão espaços para a organização popular exercer esse direito.

VENEZUELA

Na Venezuela, a Lei Orgânica de Telecomunicações foi aprovada em março de 2000. Trata-se de uma norma extensa, com 224 artigos, que “estabelece um marco legal de regulação geral das telecomunicações, a fim de garantir o direito humano das pessoas à comunicação e à realização das atividades econômicas de telecomunicações necessárias para consegui-lo, sem mais limitações que a Constituição e as leis”.

A lei também reserva a exploração dos serviços de telecomunicações a pessoas domiciliadas no país. O órgão responsável por supervisionar os serviços é o Ministério da Infraestrutura, e foi criada a Comissão Nacional de Telecomunicações (Conatel), “instituto autônomo, dotado de personalidade jurídica e patrimônio próprio (...) com autonomia técnica, financeira, organizativa e administrativa” para “administrar, regular, ordenar e controlar o espaço radioelétrico”.

O tempo de concessões de frequências de rádio e televisão é estipulado para um período máximo de 15 anos, podendo ou não ser prorrogado. E foram estabelecidas sanções aos concessionários que vão de admoestação pública, multa, e revogação da concessão à prisão dos responsáveis.

A nova legislação também regulamenta o mercado secundário de concessões.

A subscrição de um acordo de fusão entre empresas operadoras de telecomunicações, a aquisição total ou parcial dessas companhias por outras empresas operadoras assim como a divisão ou criação de filiais que explorem os serviços de telecomunicações, quando impliquem mudanças no controle sobre as mesmas deverão submeter-se à aprovação da Comissão Nacional de Telecomunicações.

BRASIL

No Brasil, onde ainda vigora o Código Nacional de Telecomunicações de 1962, apesar da vigência de novas normas – como a Lei do Cabo (1994) e da Lei da TV Paga (2011) – não há uma regulação abrangente nessa área. Uma parcela expressiva da sociedade organizada (movimentos populares e entidades empresariais) e representantes do Estado realizaram, no fim de 2009, a I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), onde se destacaram seis pontos centrais: um novo marco regulatório para a comunicação, a regulamentação do artigo 221 da Constituição Federal (que trata da regionalização da programação

da televisão), os direitos autorais, a comunicação pública (radiodifusão estatal), o marco civil da internet e a concretização do Conselho Nacional de Comunicação. São debates que ainda aguardam desfecho.

Entrevista

“A América Latina está em ebulição em matéria de regulação dos meios de comunicação” Conversamos com Bia Barbosa, do Coletivo Intervezes, e Dênis de Moraes, professor de Comunicação na Universidade Federal Fluminense e autor de diversos livros sobre o tema.

Desafios do desenvolvimento procurou também um representante da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra), mas não obteve resposta. A seguir, trechos das entrevistas. *Desafios do Desenvolvimento* - Vários países do continente – em especial Argentina, Bolívia e Venezuela – têm aprovado novas regulamentações sobre as comunicações. Como você vê este panorama?

Bia Barbosa - A atualização dos marcos regulatórios da comunicação em diferentes países da América Latina mostra vontade política dos governos e apoio da população para dar maior pluralidade e diversidade a um setor estratégico para a consolidação da democracia nesses países. Em cada uma dessas nações, ficou claro que as reformas que vinham sendo implementadas precisariam necessariamente passar também por esta área, sob o risco de direitos fundamentais como a liberdade de expressão e o acesso à informação continuarem sendo negados ao conjunto daquelas populações.

Denis de Moraes - A América Latina está em ebulição em matéria de regulação dos meios de comunicação. É uma tentativa de superar a histórica letargia do Estado diante da avassaladora concentração das indústrias de informação e entretenimento nas mãos de um reduzido número de corporações, quase sempre pertencentes a dinastias familiares. Cabe ao Estado um papel regulador, harmonizando anseios e zelando pelos direitos à informação e à diversidade cultural.

Desafios do Desenvolvimento - No caso brasileiro, como está esse debate?

Bia Barbosa - Infelizmente, estamos distantes dos avanços conquistados na América Latina. Depois da I Conferência Nacional de Comunicação, realizada em 2009, com a participação do poder público em todas as suas esferas, de setores significativos do empresariado e da sociedade civil, a expectativa era a de que o governo federal colocaria em discussão pública uma proposta de novo marco regulatório. Até agora, no entanto, o anteprojeto elaborado pelo então ministro Franklin Martins continua secreto, e o conjunto das resoluções da I Confecom não saiu do papel. Recentemente o governo voltou a anunciar que em breve abrirá uma consulta pública sobre o novo marco regulatório. A sociedade civil e os movimentos populares esperam que o novo compromisso se cumpra.

Denis de Moraes - O Brasil está na vanguarda do atraso em termos de regulação da mídia. A legislação de radiodifusão brasileira continua sendo uma das mais anacrônicas da América Latina. Até hoje, não foram regulamentados os artigos 220 e 221 da Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988, que, respectivamente, impedem monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação de massa (art. 220, § 5º) e asseguram preferência, na produção e programação das emissoras de rádio e televisão, a “finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas”, além da “promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação” (art. 221, I e II). O imobilismo dos sucessivos governos chega a ser alarmante.

Desafios do Desenvolvimento - Há necessidade de se regulamentar as comunicações num tempo de surgimento acelerado de novos meios?

Bia Barbosa - Sem dúvida. Nossa principal legislação do setor – o Código Brasileiro de Telecomunicações – tem 50 anos. É preciso efetivar a proibição do monopólio nos meios de comunicação de massa, como previsto na Constituição Federal; consolidar um sistema público de comunicação no país; regulamentar a veiculação de conteúdo regional e independente no rádio e na TV; criar mecanismos para que a população se defenda de eventuais abusos na exploração do serviço de radiodifusão; dar transparência aos processos de concessão e renovação de outorgas; acabar com as concessões para políticos; fomentar as rádios comunitárias; etc.

Denis de Moraes - É inadiável a necessidade de regular o sistema de comunicação sob concessão pública. Em primeiro lugar, devemos ressaltar a importância estratégica das políticas públicas

de comunicação para redefinir o setor de mídia em bases mais equitativas, combatendo assimetrias que têm favorecido a iniciativa privada (hoje, predominantemente nas mãos de dinastias familiares, muitas delas associadas a corporações transnacionais). Está em questão proteger e valorizar as demandas coletivas frente à voracidade mercantil que prospera à sombra da convergência entre as áreas de informática, telecomunicações e mídia, tornada possível pela digitalização.

Fonte: Gilberto Maringoni e Verena Glass, para [Desafios do Desenvolvimento](#)

Saiba como sete países regulamentam meios de comunicação

<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/34824/saiba+como+sete+países+regulamentam+meios+de+comunicacao.shtml>

"No mundo inteiro há regulação, mas no Brasil tentam interditar o debate", afirma Franklin Martins na Aula Pública Opera Mundi

[Tweet](#)

O primeiro programa da segunda temporada da Aula Pública Opera Mundi discute a regulamentação da mídia. Conheça sete países - incluindo o Brasil - e suas respectivas leis e marcos regulatórios para radiodifusão:

[Clique aqui e inscreva-se no canal de Opera Mundi no Youtube](#)

FRANÇA - A regulamentação de TV e rádio é feita pelo CSA (Conselho Superior do Audiovisual). Nenhum grupo de mídia pode controlar mais de 30% da imprensa diária. A CSA exige pluralismo de opiniões e diversidade cultural e pode punir com multas quem não seguir o marco regulatório. Qualquer incitação de discriminação, ódio ou violência é considerada crime.

Na Aula Pública Opera Mundi, Franklin Martins critica grupos de comunicação: "querem interditar o debate"

REINO UNIDO - Ofcom (Agência de Comunicação, na sigla em inglês) regulamenta o setor de radiodifusão, trabalhando na proteção de jovens, padrões para exibição de cenas ofensivas, proibição de incitação a crime ou violência, imparcialidade e respeito às religiões. O mercado é influenciado pela estatal *BBC*, que controla a audiência de forma estratégica a fim de promover igualmente as emissoras e democratizar a informação.

EUA - A regulamentação é feita pela FCC (Comissão Federal de Comunicações, na sigla em inglês), órgão do governo constituído por comissões parlamentares. Há um amplo conjunto de normas para exibição de cenas “indecentes” e exigência de programas educativos para crianças. A FCC regulamenta o cumprimento de leis e outorga de concessões. No entanto, não influencia ou intervém no conteúdo das emissoras. Mercado e opinião pública, segundo o governo, regulam automaticamente o conteúdo.

[Clique aqui e assista à primeira temporada da Aula Pública Opera Mundi](#)

MÉXICO - Cofetel (Comissão Federal de Telecomunicações) regulamenta rádios e TVs. Concessões para TVs e rádios podem chegar a 20 anos. Um dos países com maior concentração dos meios de comunicação do mundo, o México tem 62% dos mais de 800 canais em propriedade da Televisa ou da TV Azteca. Juntas, elas detêm 90% da audiência.

[*Escolas de Nova York têm maior índice de segregação racial dos EUA*](#)

[*Com "selfie" e bandeiras, população da Crimeia comemora presença militar da Rússia*](#)

[*Sob grave crise social, Quênia celebra 50 anos de independência*](#)

PORTUGAL - Criou em 2005 a ERC (Entidade Reguladora para Comunicação Social), que regulamenta, além da radiodifusão, jornais impressos, blogs e sites independentes. Com modelo estratégico, assegura isenção e transparência no conteúdo, pluralismo cultural e diversidade de expressão. Além disso, ajuda na elaboração de políticas públicas para o setor, concedendo e fiscalizando concessões de rádio e televisão, telefonia e telecomunicações.

ITÁLIA - Grupos RAI (estatal) e Mediaset (que pertence ao ex-primeiro ministro Silvio Berlusconi) concentram 76% da audiência. Berlusconi aprovou leis que aumentaram a concentração, dificultando a pluralidade da mídia. Embora a legislação garanta o direito de livre competição, o alto nível de concentração dos meios de comunicação dificulta que outras emissoras consigam alcance nacional.

BRASIL - A lei que regula a radiodifusão, o Código Brasileiro de Telecomunicações, data de 1962. Todo serviço de radiodifusão, para ser executado, precisa ser outorgado pelo Ministério das Comunicações e depois autorizado a fazer uso do espectro radioelétrico pela Agência Nacional de Telecomunicações. Para Franklin Martins, a mídia brasileira intimida quem tenta trabalhar na regulamentação dos meios de comunicação.

(*) *Com informações da Revista Samuel nº 5*

Regulação da mídia: agora foi o México. Será chato ficar atrás de Peña Nieto!

SUL21 Editorial

<http://www.sul21.com.br/jornal/regulacao-da-midia-agora-foi-o-mexico-vai-ficar-chato-ficar-atras-de-pena-neto/>



Aguardemos os editoriais furiosos dos grandes conglomerados midiáticos brasileiros contra o “bolivariano” presidente mexicano Enrique Peña Nieto.

E agora? Os editorialistas dos veículos das grandes empresas de comunicação do Brasil vão denunciar o governo “bolivariano” de Enrique Peña Nieto? O México caminha para censurar a liberdade de imprensa? O Jornal Nacional divulgará em primeira mão uma nota indignada da Associação Nacional de Jornais (ANJ) denunciando a censura no México?

O Instituto Federal de Telecomunicações – agência reguladora mexicana do setor – desferiu um golpe no monopólio do grupo Televisa, dono de 70% do mercado mexicano das teles. As medidas anunciadas pelo instituto obrigam a Televisa a se desfazer de parte dos seus negócios para reverter a situação de monopólio. A empresa terá de compartilhar parte de sua infraestrutura com outras empresas e perderá o direito à exclusividade nas transmissões de grandes eventos esportivos, com altos níveis de audiência, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

A decisão foi anunciada no mesmo dia em que o Diário Oficial do México publicou a licitação para duas novas cadeias de televisão abertas nacionais, antiga reivindicação da indústria para democratizar o panorama televisivo do México, até hoje nas mãos da Televisa e da TV Azteca, que controla os 30% restantes do mercado.

A ação do Instituto Federal de Telecomunicações baseou-se em uma lei decretada pelo presidente Enrique Peña Nieto em junho de 2013. O órgão regulador autônomo foi criado naquele ano com o objetivo de dar e revogar concessões públicas no setor, assim como de coibir práticas que possam ser caracterizadas como monopolistas. A nova legislação prevê sanções a empresas classificadas como “agentes predominantes”, que controlam mais de 50% do mercado e que, por seu próprio peso, impõem suas regras de negócio à concorrência.

Além da nova lei anti-monopólio, a agência reguladora mexicana também está investigando a empresa América Móvil, do magnata Carlos Slim, que controla 84% do mercado de telefonia fixa e de internet no país. “Tanto a América Móvil como Televisa são de propriedade de dois mexicanos que integram a lista Forbes dos homens mais ricos do planeta. Carlos Slim, até este ano o homem mais rico do mundo, ocupa agora o segundo lugar com uma fortuna de 72 bilhões de dólares (168,54 bilhões de reais). Emilio Azcárraga, proprietário do Grupo Televisa, é o número 663, graças

aos seus 2,6 bilhões de dólares (6,06 bilhões de reais)”, relata o jornal El País.

Enquanto isso, no Brasil...

A iniciativa do governo mexicano põe por terra o argumento tradicional usado pelos grandes grupos de comunicação no Brasil que brandem o fantasma do “comunismo”, do “bolivarianismo” ou de algum outro “ismo” para manter a sua posição dominante no mercado. Esses empresários, na verdade, têm aversão aquilo que o capitalismo prega ser sua essência: competição, multiplicação de propriedades. Para os donos da mídia no Brasil quanto menos competição melhor, quanto menos empresários disputando o mercado, melhor. A discursória ideológica que vemos em espaços como o Jornal Nacional ou em editoriais de jornais como Zero Hora, Globo, Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e outros, são a expressão mais pura dessa aversão. Pois agora é o México de Enrique Peña Neto, um político considerado de centro-direita, que põe em questão essa prática monopolista.

Enquanto isso, no Brasil o debate em torno da democratização da mídia segue interdito pela pressão das grandes empresas do setor e pela recusa do governo federal em comprar uma briga nesta área. É de se ver se o exemplo do governo mexicano, que não pode ser “acusado” de ser de esquerda, inspira e motiva as autoridades brasileiras a retirar esse tema da gaveta. Vai ficar chato, para dizer o mínimo, ficar atrás de Peña Neto.

O exemplo da Argentina



O advogado argentino Damián Loreti participa de debate nesta quarta, às 20 horas, na Assembleia Legislativa.

Quem quiser conhecer melhor o que a Argentina fez nesta área, terá uma oportunidade nesta quarta-feira, quando o advogado e ativista argentino Damián Miguel Loreti participará de um debate na Assembleia Legislativa sobre a democracia e a democratização da Comunicação. Promovido pelo Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro-RS), o debate terá a

participação também da jornalista e professora Christa Berger, do jornalista e professor Celso Schröder e do deputado estadual Adão Villaverde (PT).

A atividade, aberta ao público, inicia às 20 horas, no teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa gaúcha.

O jornalista Juremir Machado da Silva lança no próximo dia 13 de março seu novo livro: *“1964 – O golpe midiático-civil-militar”*. O lançamento será às 18 horas, no prédio do Correio do Povo e da rádio Guaíba (Caldas Junior esquina com Andradas). Em seu [blog no Correio do Povo](#), Juremir resume assim seu novo trabalho:

“Escrevi “1964 golpe midiático-civil-militar” para me divertir. Trabalhei como um cão, mas senti prazer. De que trata realmente meu livro? De que como jornalistas e escritores hoje cantados em prosa e verso apoiaram escancaradamente o golpe: Alberto Dines, Carlos Heitor Cony, Antonio Callado, Carlos Drummond de Andrade, Otto Lara Resend, Otto Maria Carpeaux, Rubem Braga e outros. Alguns, como Cony, arrependem-se ainda na primeira semana de abril. Outros só mudaram depois de 1968 e do AI-5. Alguns permaneceram fiéis ao regime. Os mais espertos, como Alberto Dines, reescreveram-se”.

A participação de jornalistas e das empresas de comunicação no movimento golpista que derrubou o governo constitucional de João Goulart é um capítulo ainda desconhecido para a maioria da população brasileira.

A Lei da Mídia avança. Desta vez, no Uruguai

Altamiro Borges

22/nov/2014, 5h57min - <http://www.sul21.com.br/jornal/a-lei-da-midia-avanca-desta-vez-no-uruquai-por-altamiro-borges/>

O segundo turno das eleições presidenciais no Uruguai, em 30 de novembro, agita a população do país vizinho. Todas as pesquisas apontam para a vitória de Tabaré Vázquez, candidato da aliança governista Frente Ampla, do atual presidente Pepe Mujica.

Concorrendo pelas forças de direita, o jovem oligarca Luis Lacalle Pou, do Partido Nacional. No embate programático entre os dois

candidatos vários temas polêmicos, com destaque para a discussão sobre a regulação da mídia.

Logo após a folgada vantagem no primeiro turno, Tabaré Vázquez prometeu acelerar a sanção do projeto de lei que tramita no parlamento sobre o tema. Já o direitista, apoiado pelos barões da mídia, garante que arquivará o projeto.

Segundo relato da jornalista Daniella Cambaúva, da Rede Latino América, “em sua primeira fala pública da segunda fase da campanha, Vázquez anunciou que, se vitorioso, a lei de mídia será ‘improrrogável’ e se comprometeu a regulamentá-la. Presidente do Uruguai entre 2005 e 2010, ele é conhecido por representar a ala mais conservadora na Frente Ampla. Esta foi a primeira vez em que ele se comprometeu a implementar e fazer cumprir a lei de mídia, despertando críticas da oposição. Lacalle Pou, 41 anos, é crítico à lei. Ele alega que nela existem ‘inconstitucionalidades’, e que para ter uma legislação ‘típica de regime autoritário’ é melhor não ter nenhuma”.

No Uruguai, como no restante do continente, a mídia é controlada por poucas famílias.

Monopolizados, estes meios tiveram papel destacado na implantação da ditadura militar, na difusão do receituário neoliberal e na campanha sistemática de oposição aos governos progressistas. Tabaré Vázquez e Pepe Mujica foram vítimas destas oligarquias midiáticas.

Diante do quadro de uma mídia monopolizada e manipuladora, em 2010 teve início o debate na sociedade sobre a regulação deste setor com a formação de um Comitê Técnico Consultivo convocado pela Direção Nacional de Telecomunicações, vinculada ao Ministério da Indústria e responsável por formular, coordenar e supervisionar as políticas de telecomunicações.

“A ‘Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual’ (LSCA) foi apresentada pelo Poder Executivo em maio de 2013 e foi aprovada pela Câmara dos Representantes (99 deputados) em dezembro de 2013. Para entrar em vigor, ela aguarda a aprovação do Senado (30 senadores) e voltará ainda à Câmara para, por fim, receber a sanção definitiva. A pressão por parte da Frente Ampla e dos setores favoráveis é para que a lei seja aprovada o quanto antes, ainda em 2014”, descreve Daniella Cambaúva.

Sua sanção mudará por completo o cenário da mídia no Uruguai. Atualmente, três grupos (Romy, Feo-Fontaina e Cardoso-Sheck) controlam 95% do mercado de televisão aberta no país.

Entre outras mudanças, a nova lei desmembra os monopólios e garante condições mais justas de acesso ao espectro, inclusive para sindicatos e associações comunitárias, que teriam possibilidade de criar canais de rádio e tevê.

“Se a lei for aprovada como está, uma pessoa física ou jurídica não poderá ter mais de três autorizações para prestar serviços de radiodifusão aberta de rádio e televisão, nem mais de dois canais para prestar serviços de rádio na mesma frequência (AM ou FM) em todo o território. A única iniciativa antecedente semelhante no Uruguai aconteceu em 2007, quando foi aprovada uma norma obrigando o Estado a promover e garantir a existência de canais de rádio e de televisão comunitários”.

A LSCA também prevê a criação de um Conselho de Comunicação Audiovisual, composto por cinco integrantes: um indicado pela Presidência da República e quatro escolhidos pela Assembleia Geral Legislativa.

Eles teriam mandatos de seis anos, renováveis por mais três. A Coalizão por uma Comunicação Democrática, uma frente que reúne várias entidades e personalidades que lutam pela democratização da mídia, defende que pelo menos um dos integrantes do Conselho seja indicado pela sociedade civil.

Há também debates sobre a regulação da mídia impressa e sobre a liberdade na internet, já que a LSCA trata apenas das concessões públicas de rádio e televisão.

Estas e outras mudanças previstas na lei explicam porque os barões da mídia estão tão empenhados na campanha do direitoista Lacalle Pou.

Para a associação das empresas de radiodifusão (Andebu), “apenas os regimes autoritários possuem lei de mídia”. A máfia midiática tenta manipular a sociedade, escondendo que até nos EUA e na Europa há regulação do setor e conselhos de comunicação social. O terrorismo midiático, porém, parece que abalou os eleitores uruguaios, que devem confirmar a vitória de Tabaré Vázquez daqui a dois domingos.

Enquanto isto, o Brasil segue na “vanguarda do atraso” no debate sobre a regulação democrática da mídia. Lamentável!

.oOo.

Altamiro Borges é jornalista, presidente do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, militante do PCdoB e autor do livro “A ditadura da mídia”. <http://altamiroborges.blogspot.com.br>

Como a mídia é regulada na Suécia

FEV 4, 2016 [0 Revista Diálogos do Sul](#)

<http://www.dialogosdosul.org.br/como-a-midia-e-regulada-na-suecia/04022016/>

*Claudia Varejão Vallin**



O Ombudsman sueco da Imprensa levanta uma sobrancelha, como se acabasse de ouvir um impropério ou um desvairado insulto pessoal. A pergunta é se o sistema de regulação da mídia na Suécia pode ser interpretado como algum tipo de censura ou cerceamento da liberdade de imprensa. "Absolutamente não", diz um quase raivoso Ola Sigvardsson. "Trata-se, aqui, de proteger a ética".

Em 1766, a Suécia aprovou a primeira lei de liberdade de imprensa do mundo. Um século e meio depois, os suecos chegaram à conclusão de que era inadiável criar um modelo que, se de um lado preservava a essencial liberdade de expressão, de outro continha os perigosos excessos da mídia. Em 1916, o país criou o mais antigo conselho supervisor de imprensa da história – um modelo pioneiro, que viria a inspirar a criação de organismos de auto-regulamentação da mídia em diversos países. Tempos depois, os suecos deram mais um passo à frente: incorporaram representantes da sociedade e do Judiciário ao seu Conselho de Imprensa. Criaram também um Comitê de Radiodifusão para supervisionar o rádio e na

TV, e também puseram lá cidadãos comuns – como professores, médicos, representantes de sindicatos. E a presidência dos dois organismos é sempre exercida por juízes da Suprema Corte, que se alternam, em regime de revezamento, à frente dos órgãos de supervisão. O entendimento sueco é de que o direito de expressar uma opinião traz, em doses iguais, o dever da responsabilidade. "A liberdade de expressão, quando exercida de forma abusiva, pode ofender, incitar à discriminação e à violência, ou ter consequências negativas para um indivíduo ou uma sociedade como um todo", diz a literatura oficial sueca sobre o tema. O modelo sueco é, por definição, um sistema de auto-regulação voluntária da mídia – mas que se equilibra sobre o alicerce de um sólido conjunto de normas de conduta, e leva em conta a voz do público. Não há uma legislação específica para regular a imprensa: o que rege o sistema é um robusto código de ética.

"A ética é sempre muito mais rigorosa do que as leis", pondera Ola Sigvardsson, ex-jornalista que desde 2011 ocupa o cargo de Ombudsman da Imprensa na Suécia.

"Um jornal poderia, por exemplo, publicar os nomes de pessoas que cometeram suicídio, ou de indivíduos suspeitos de ter praticado um crime. Isso não seria uma violação à lei, mas seria antiético. A ética também manda que a imprensa seja particularmente cuidadosa com as vítimas de crimes, por elas já terem sofrido o suficiente", observa Sigvardsson. "A ética é sempre muito mais rigorosa do que as leis", diz o ombudsman Ola Sigvardsson

Os guardiões da ética na imprensa sueca são o Ombudsman da Imprensa e o Conselho de Imprensa (Pressens Opinionsnämnd). O Ombudsman, também uma invenção sueca (de "ombud", representante, e "man", povo), é a face pública do sistema. Ele atua como o primeiro filtro das queixas relacionadas à mídia, e tem poderes para mediar correções e direitos de resposta nos jornais. Casos mais complexos são examinados pelo Conselho em seu conjunto.

O envolvimento no sistema do Conselho de Imprensa é voluntário – mas praticamente todos os jornais e sites noticiosos do país são sócios desse clube: aos olhos do seu exigente público, submeter-se voluntariamente a um real escrutínio representa uma espécie de selo de garantia de responsabilidade. "Quando o jornal Expressen foi criticado certa vez, o editor estampou a seguinte manchete: 'O Expressen foi criticado pelo Conselho de Imprensa.

Leiam sobre isso'. Porque a posição do editor é a de que ser reconhecido como um jornal responsável é o caminho do futuro, e uma maneira de se diferenciar do "quase jornalismo" que em muitos casos se pratica na internet.

No passado, publicar uma crítica do Conselho era algo vexaminoso. Hoje, eu diria que essa cultura está sendo transformada: publicar uma crítica mostrando que seu jornal errou mostra ao seu público que você está empenhado em ser "correto", diz o Ombudsman da Imprensa, que é nomeado por um comitê especial composto pelo Ombudsman do Parlamento, o presidente da Associação Nacional de Magistrados da Suécia e o presidente do Clube Nacional de Imprensa.

O Conselho de Imprensa sueco é formado por 32 integrantes: além dos quatro juizes da Suprema Corte que se revezam na presidência, a composição do órgão é equilibrada entre 16 representantes das organizações de mídia e 12 membros do público em geral. Os representantes públicos – atualmente composto, entre outros, por médicos e professores – são nomeados pelo Ombudsman do Parlamento, e pelo presidente da Associação Nacional de Magistrados da Suécia.

"Não há qualquer interferência de políticos, do estado ou do governo. É um comitê independente, que realiza uma supervisão independente", diz Fredrik Wersäll, o juiz da Suprema Corte que preside atualmente o Conselho.

"A Suécia tem uma forte tradição de liberdade de expressão, que é um elemento básico de uma sociedade liberal. Mas por outro lado, é preciso defender os valores éticos", destaca Wersäll.

O juiz Fredrik Wersäll

Com orçamento anual de 45 milhões de coroas suecas (cerca de 15,3 milhões de reais), o Conselho de Imprensa da Suécia é financiado majoritariamente pelas quatro principais organizações jornalísticas do país: a Associação de Editores de Jornais (75%), a Associação dos Editores de Revistas (5%), a União de Jornalistas (menos de 1%) e o Clube Nacional de Imprensa (menos de 1%) – organismos que são também responsáveis pela formulação do Código de Ética que rege o sistema.

Os cerca de 20% restantes do financiamento do Conselho vêm de uma peculiaridade do sistema sueco: as multas aplicadas a empresas jornalísticas

que violam as normas da ética. O valor das multas varia de 13 mil coroas suecas (cerca de 4,4 mil reais), para jornais de menor porte, a 22 mil coroas (aproximadamente 7,4 mil reais) para jornais com tiragem superior a dez mil exemplares.

É um sistema que ainda se apóia consideravelmente na eficácia da ameaça da humilhação pública: jornais que atropelam o código de ética costumam publicar os veredictos do Conselho de Imprensa em notas da proporção de uma página quase inteira – mesmo não sendo obrigados a isso:

”Recomendamos que as críticas sejam publicadas com destaque, mas não há obrigatoriedade no cumprimento da norma”, diz Synnöve Magnusson, secretária-geral do Conselho.

Por que então quase sempre as críticas ocupam quase toda uma página? – pergunto.

”Penso que é porque os jornais têm grande respeito pelo sistema”, responde Synnöve. ”E o sistema funciona, porque os leitores suecos odeiam ver esse tipo de crítica no jornal que compram”.

No site oficial do Conselho de Imprensa, é possível acessar um extenso banco de dados com as reprimendas e punições aplicadas pelo órgão. Um dos casos mais recentes é o de um sueco que se prepara para cumprir pena em uma penitenciária, e que encaminhou a sua queixa ao Conselho: o jornal Aftonbladet havia incluído seu nome em uma lista de condenados pela Justiça procurados pela Interpol, em reportagem intitulada ”Caçados em todo o mundo”.

Só que o homem já havia se apresentado à Justiça, que o condenou a quatro anos de prisão por ter ludibriado os serviços sociais ao fingir estar preso a uma cadeira de rodas para receber benefícios do Estado. O Conselho demandou a correção.

A cada ano, o Conselho recebe em torno de 200 queixas formais, em sua maioria relacionadas à cobertura jornalística sobre suspeitos de crimes e a casos de invasão de privacidade. Este ano, das 136 reclamações recebidas, 72 resultaram em críticas ao órgão jornalístico em questão.

”O sistema é eficiente, e não penso que o código de ética deve ser transformado em lei. Porque uma legislação teria o potencial de reduzir a liberdade de expressão”, opina o Ombudsman da Imprensa.

A Suécia também não tem uma legislação específica para regular a alta concentração da mídia no país: dois grupos, o sueco Bonniers e o norueguês Schibsted, controlam os jornais de maior circulação nacional e têm diferentes interesses no mercado de TV; a tradicional Bonniers controla ainda a maior editora do país.

”Somos um país pequeno, de pouco mais de 9 milhões de habitantes, e o mercado tende a ser mais concentrado. Temos por outro lado uma forte tradição de liberdade de opinião, e fortes valores éticos na mídia. Também há um grande espectro de empresas independentes de distribuição e produção de conteúdo. Mas há um consenso geral de que, a longo prazo, precisaremos ter um novo panorama de mídia no país”, diz Kristoffer Talltorp, o porta-voz do Ministério da Cultura.

Casos de fusão de empresas de mídia, porém, passam obrigatoriamente pelo crivo do Konkurrensverket, a autoridade sueca que regula a competição no país.

”Bloqueamos uma fusão de empresas de mídia recentemente, pois do contrário uma companhia de TV a cabo teria se tornado dominante demais”, conta Maria Ulvensjö, especialista em casos de merger do Konkurrensverket. ”Mas não é proibido na Suécia que uma empresa de mídia cresça e adquira predominância”, acrescenta ela.

Também não há nenhuma proibição formal, na Suécia, de que políticos sejam donos de jornais ou concessões de rádio e TV.

”Mas isso simplesmente não acontece aqui. Seria inaceitável”, afirma o porta-voz do Ministério.

Para o rádio e a TV sueca, o sistema de auto-regulação segue os moldes do modelo adotado na imprensa. O guardião do sistema é a Comissão de Radiodifusão (Myndigheten för Radio och TV), subordinada ao Ministério da Cultura. São duas as funções do órgão: regulamentar a outorga de concessões, e supervisionar se as regras estabelecidas na Lei de Rádio e Televisão são cumpridas pelas emissoras.

A renovação de concessões de rádio e TV não é automática.

”As licenças são concedidas por um período máximo de seis anos”, diz Kerstin Morast, diretora do departamento responsável pela outorga de concessão de licenças. ”Todas as licenças de rádio e TV na Suécia expiram simultaneamente, e portanto a cada seis anos iniciamos um amplo processo de análise da renovação das licenças”.

Não há registro recente, no entanto, de casos de revogação de concessões.

”Não temos problemas sérios de violação das normas na Suécia”, diz Kerstin.

Algumas normas da Lei sueca de Rádio e TV, atualizada em 2010, são:

. O direito de realizar transmissões deve ser exercido, mais especificamente no caso das emissoras públicas, com imparcialidade e objetividade

. Empresas jornalísticas devem garantir que os serviços de jornalismo reflitam os conceitos fundamentais de uma sociedade democrática, o princípio de que todas as pessoas têm igual valor, e a liberdade e dignidade do indivíduo

. Programas para crianças menores de 12 anos de idade não devem ser interrompidos por comerciais

. Anúncios comerciais na TV não devem exceder o total de 12 minutos por hora

A lei sueca também proíbe a veiculação de comerciais destinados a crianças menores de 12 anos de idade.

Igualmente, a lei não permite que estrelas de programas infantis façam qualquer tipo de propaganda na TV.

”E antes das 9 da noite, as emissoras devem também evitar exibir filmes violentos ou que possam amedrontar as crianças. É recomendável ainda que a violência na TV sempre seja mantida em níveis aceitáveis”, diz o jurista Nils Sigfrid, jurista da Comissão de Radiodifusão.

A supervisão do cumprimento das normas é feita em caráter constante, na Comissão, pelo chamado Comitê Supervisor da Radiodifusão (Granskningsnämnden för Radio och TV).

O órgão é composto por 11 integrantes, incluindo três juízes da Suprema Corte. Os demais oito membros são representantes públicos, nomeados pelo governo.

"Atualmente, os representantes do público são um professor de Mídia e Comunicação, três jornalistas, sendo que um deles é aposentado, um escritor e o diretor de uma companhia de ópera", detalha Helena Söderman, chefe do departamento de supervisão da Comissão de Radiodifusão. Não se trata, repete Söderman, de um trabalho de censor: "Absolutamente nada a ver com censura", diz ela. "Temos uma legislação com normas de conduta, e regras especiais que os detentores de concessões devem seguir".

Dos cerca de 1 300 casos julgados anualmente pelo Comitê, segundo Söderman, a maioria é relacionada à questão da imparcialidade e da exatidão das informações veiculadas.

A punição para o descumprimento das normas é a leitura das críticas do Comitê antes da transmissão do programa em questão – ou multa: casos de emissoras que violam por exemplo as regras sobre anúncios comerciais, ou sobre a proibição de exibir produtos em programas não comerciais, são levados pelo Comitê à Justiça. O valor da multa, nesses casos, pode chegar a 5 milhões de coroas suecas (cerca de 1,7 milhão de reais).

Deve haver sensatez no modelo de regulação da mídia dos suecos e seus vizinhos escandinavos, que adotam sistemas semelhantes: Suécia, Finlândia, Noruega e Dinamarca aparecem consistentemente no alto dos rankings dos países com o maior índice de liberdade de imprensa do mundo.

**A jornalista brasileira Claudia Wallin, radicada em Estocolmo, é autora do livro Um país sem excelências e mordomias. Original em: <http://www.claudiawallin.com.br/2015/01/02/como-a-midia-e-regulada-na-suecia/>*

Como funciona a regulação de mídia em outros países?

Luiza Bandeira, Alessandra Corrêa, Marcia Carmo e Claudia Jardim De Londres, Winston-Salem (EUA), Buenos Aires e Caracas para a BBC Brasil

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141128_midia_paises_lab

- 1 dezembro 2014

Compartilhar



Image copyrightGETTY Image captionRegulamentação da mídia ganha roupagens diferentes em distintos países do mundo

O PT aprovou, neste final de semana, uma resolução política que pede a criação de um novo marco regulatório para a mídia. O presidente do partido, Rui Falcão, afirmou que a presidente Dilma Rousseff se comprometeu a fazer uma consulta pública sobre a questão no segundo semestre.

Tema polêmico no Brasil, a regulação da mídia ocorre de formas distintas pelo mundo.

Nos Estados Unidos e na Argentina, as normas regulam principalmente temas econômicos – é este tipo de regulação que a presidente Dilma diz querer discutir no próximo mandato.

Leia mais: O que significa regular a mídia?

Leia mais: 'Regulamentar mídia pode ser bom para liberdade de expressão', diz enviado da ONU

No Reino Unido, um escândalo de escutas ilegais realizadas por tabloides levou ao estabelecimento de regras polêmicas para jornais, revistas e sites.

Na Venezuela, opositores apontam para restrições à liberdade de expressão, mas movimentos sociais dizem que a lei aumentou o número de meios de comunicação comunitários.

A BBC Brasil mostra como funcionam as regras nestes quatro países.

EUA: Foco é regulação econômica

Os Estados Unidos não têm uma Lei de Imprensa, e a regulamentação da mídia no país é feita por diferentes legislações.

No caso das telecomunicações (rádio, TV aberta e a cabo, internet e telefonia móvel e fixa), a regulação está a cargo da Federal Communications Commission (Comissão Federal de Comunicações, ou FCC, na sigla em inglês), agência independente do governo criada em 1934.

A FCC se dedica principalmente a regular o mercado, com foco nas questões econômicas. O órgão é responsável por outorgar concessões.

A propriedade cruzada de meios de comunicação é proibida. Assim, uma mesma empresa não pode ser proprietária de um jornal e de uma estação de TV ou de rádio na mesma cidade.

Há também regras que impõem certos limites sobre o número de estações de TV e rádio que uma mesma empresa pode controlar em determinado mercado. Esses limites variam de acordo com o tamanho do mercado e têm o objetivo de impedir que um mesmo grupo controle totalmente a audiência em determinado local.

No caso do conteúdo, há no país o entendimento de que este deve ser regulado pelo próprio mercado e pela opinião pública.

No entanto, a FCC age em casos de abuso, quando há a percepção de descumprimento de regras, como a que proíbe a exibição de cenas "indecentes" na TV.

Um dos casos notórios ocorreu em 2004, na exibição do Super Bowl – a final da temporada de futebol americano –, evento que costuma ter a maior audiência televisiva do país.

No show do intervalo, transmitido pela rede CBS, o cantor Justin Timberlake puxou a blusa de Janet Jackson, deixando aparecer seu seio.

Apesar de a imagem ter sido mostrada por menos de um segundo, a FCC multou a CBS em US\$ 550 mil – decisão que depois foi revertida.

Outra regra determina que canais de TV dediquem pelo menos três horas semanais a programas infantis educativos.

A atuação da FCC é acompanhada pelo Congresso americano, a quem a agência presta contas periodicamente. Além disso, o Judiciário também pode intervir.

No caso de mídia impressa, a ideia é que mercado e opinião pública se encarreguem da regulação. Casos de difamação, calúnia e outros tipos de injúria costumam gerar processos na Justiça e resultar na aplicação de multas pesadas.

Venezuela: Debate acalorado sobre liberdade de imprensa

Protestos, golpe de Estado e polarização política. Esse é o contexto que antecede a aprovação da lei de meios de comunicação na Venezuela.

A lei Resorte - Responsabilidade Social em Rádio e Televisão - entrou em vigor em 2005, três anos após o chamado "golpe midiático" contra o então presidente Hugo Chávez. A mídia apoiou abertamente o golpe contra Chávez três anos antes e não noticiou as manifestações populares que se seguiram, pedindo a sua volta ao poder.



Image copyright REUTERS Image caption Suspensão do sinal aberto da RCTV provou protestos na Venezuela

A atuação dos meios de comunicação privados nesse episódio teria sido utilizada como motor para uma contraofensiva do Executivo para regular a atuação da imprensa venezuelana.

Um dos pontos mais polêmicos da aplicação da lei ocorreu em 2007, quando a concessão do canal RCTV – o mais assumido canal de oposição – para operar no sinal aberto não foi renovada. Críticos acusaram o governo de retaliação política.

De acordo com a lei, cabe ao Estado decidir se renova ou não a concessão de frequências de rádio e televisão. O tempo máximo de cada período caiu de 25 para 15 anos, prorrogáveis ou não. A hereditariedade no setor está proibida.

Outro aspecto controverso é o que proíbe a transmissão de eventos ao vivo que possam "incitar a violência" e a "desordem pública". O principal fator de polêmica se deve a que a decisão sobre esses riscos seja feita por uma comissão do governo sem participação de representantes da mídia.

"Analisar o que pode ou não incitar a violência é muito difícil em um país onde há uma confrontação entre dois modelos políticos e onde os meios estavam organizados em dois grupos, pró e antigoverno",

afirmou à BBC Brasil Mariclein Stelling, do Observatório Global de Meios de Comunicação.

"Mas enquanto os meios forem utilizados com fins políticos, a lei será necessária", opinou.

Em 2010, a lei foi reformada e seu alcance passou a abranger também a internet. Um dos pontos polêmicos é a punição prevista para o provedor de internet ou página que não restrinja "sem demora" o acesso a mensagens que incitem o ódio.

"É uma lei regressiva e contraria o direito à liberdade de expressão", avalia Marianela Balbi, diretora do IPYS (Instituto Prensa y Sociedad). Na sua opinião, a lei é desnecessária. "Há crimes tipificados no Código Penal e em outros regulamentos que podem ser aplicados sem restringir a liberdade de expressão."

A norma, no entanto, é aplaudida por movimentos sociais como um passo importante para a democratização dos meios de comunicação e como uma via que permitiu a expansão de meios comunitários.

Estão em atividade 37 TVs e 244 rádios comunitárias no país. A maioria recebeu equipamentos e formação técnica do próprio governo para começar a operar.

A violação da lei Resorte determina sanções como a suspensão do sinal por 72 horas ou a revogação da concessão no caso de reincidentes. A lei ainda estabelece que 50% da programação deve ser reservada a produções nacionais.

Reino Unido: Regras duras após abusos de tabloides

Classificada pela presidente Dilma Rousseff como uma das "mais duras" do mundo, a legislação do Reino Unido para regulação da mídia surgiu na esteira do escândalo de escutas ilegais feitas por tabloides britânicos.

A lei visa à regulação da atividade de jornais e revistas. Além dela, há outra regulação, mais antiga, para emissoras de TV e rádio.

Em 2011, uma comissão judicial, coordenada pelo juiz Brian Leveson, passou a analisar desvios de ética na mídia após um escândalo envolvendo principalmente tabloides. Em um dos casos,

um jornal hackeou o telefone de uma estudante assassinada e apagou mensagens da caixa eletrônica, o que deu à família e à polícia a esperança de que ela pudesse estar viva.



Image copyright AP Image caption Investigações no Reino Unido levaram a protestos contra grupo do empresário Rupert Murdoch

O relatório final do chamado inquérito Leveson afirmou que a imprensa "causou dificuldades reais e, algumas vezes, estragos na vida de pessoas inocentes, cujos direitos e liberdades foram desprezados".

Um dos desdobramentos da investigação foi a criação, em novembro deste ano, do Press Recognition Panel, painel que supervisiona um órgão de autorregulação e tem poder de aplicar multas de até um milhão de libras (R\$ 4 milhões) às publicações, além de impor direito de resposta e correções a jornais, revistas e site noticiosos.

A filiação dos veículos ao novo sistema não é obrigatória, mas há diversos "incentivos" para que façam parte: por exemplo, o veículo que não integrar o órgão precisa pagar as custas judiciais dos processos de acusação, mesmo se sair vencedor.

À época da criação do órgão, os principais jornais britânicos disseram que o modelo poderia sujeitar os veículos à interferência indevida de políticos.

Até o momento, apenas o *Daily Telegraph* aderiu ao novo sistema. A expectativa é que o *Financial Times* não se envolva, mas os outros dois grandes jornais, *Independent* e *Guardian*, deixaram a possibilidade de adesão em aberto. O órgão deve entrar em funcionamento pleno no ano que vem.

Emissoras de rádio e TV, por sua vez, são reguladas por outro órgão, o Ofcom. O órgão também é responsável pela telefonia, serviços postais e internet.

Entre as atribuições do Ofcom estão garantir a pluralidade da programação de TVs e rádios, garantir que o público não seja exposto a material ofensivo, que as pessoas sejam protegidas de tratamento injusto nos programas, e que tenham sua privacidade invadida.

Argentina: Lei gera atritos entre governo e mídia

Na Argentina, a chamada *Ley de Medios* foi aprovada em outubro de 2009, durante o primeiro governo da presidente Cristina Kirchner. Mas ainda hoje sua aplicação ainda gera polêmicas.

A lei define regras para emissoras de TV e rádio. O objetivo é a "regulação dos serviços de comunicação" e o desenvolvimento de mecanismos destinados à "promoção, desconcentração e fomento da concorrência com o fim de baratear, democratizar e universalizar" a comunicação.



Image copyright REUTERS Image caption Manifestantes protestaram contra o 'Clarín' na Argentina

A lei fixa o limite de licenças e área de atuação do setor por cada pessoa que assuma um investimento. Os prestadores de serviço de TV por assinatura não poderão ser titulares de um serviço de TV em uma mesma região. A lei também estabelece limites de alcance de audiência para TV a cabo e emissoras privadas. Já a TV pública tem alcance nacional.

A legislação define também que os canais abertos de televisão deverão "emitir no mínimo 60% de produção nacional", "30% de produção própria que inclua noticiários locais" e, no caso das TVs nas cidades com mais de um 1,5 milhão de habitantes, "pelo menos 30% de produção local independente".

A lei surgiu em meio à disputa entre o governo e os meios de comunicação críticos do "kirchnerismo" - a dinastia política que governa o país desde Nestor Kirchner, antecessor e marido da atual presidente, que governou entre 2003 e 2007 e morreu em 2010.

Ao defender a criação da lei, a presidente e outras autoridades do governo argumentaram que a comunicação é "um direito humano" e que é necessário defender "o fim dos monopólios" e a "pluralidade de vozes". Em meio à discussão, o ex-presidente Kirchner ergueu cartazes em atos públicos contra o maior grupo de mídia da Argentina, o grupo Clarín. Nos cartazes, a frase "o Clarín mente".

Os dois artigos da Lei de Meios que mais geraram polêmicas se referem à "pluralidade de licenças" e a restrição das "propriedades paralelas dos grupos de imprensa no país".

Para opositores e para as empresas de mídia, as medidas atentam contra "o direito adquirido", a "propriedade privada" e a "liberdade de expressão". Porém em outubro do ano passado, após uma série de disputas judiciais, a Suprema Corte de Justiça entendeu que as normas são constitucionais.

Segundo opositores, o Clarín foi o mais afetado pela medida, já que deveria abrir mão de mais da metade das suas cerca de 200 concessões de TV a cabo e aberto em diversas regiões do país. Outros grupos de mídia também teriam de fazer o mesmo.

Em diferentes ocasiões, representantes do Grupo Clarín sugeriram, porém, que a lei os afetava por questões políticas e acabaria "beneficiando grupos estrangeiros", incluindo telefônicas com licenças de TVs no país.

Após a manutenção da legislação pela Justiça argentina, o Grupo Clarín entregou um "plano de adequação voluntária" à lei, mas o caso ainda está nos tribunais.

PARTE III – NEPOTISMO E PRIVILÉGIOS POLÍTICOS

Nepotismo e número excessivo de políticos

Postado por Juremir Machado 20 de novembro de 2014 –

<http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/>

Desde os gregos que a comparação é um exercício de civilização.

Estou em Paris como professor visitante na Sorbonne.

Atualizo comparações.

O cego ideológico só vê a corrupção do adversário.

O deslumbrado idealiza o estrangeiro.

Toda a corrupção deve ser denunciada.

O sistema em que se insere deve ser explicitado.

Muita gente acha que tem senador demais no Brasil.

São 81 senadores e 513 deputados numa população de 200 milhões de habitantes.

A França tem pouco mais de 65 milhões de habitantes e 348 senadores e 577 deputados.

Os senadores são eleitos pelos chamados “grandes eleitores” – prefeitos e outros privilegiados – por seis anos.

Um senador ganha mais de 13 mil euros por mês e ainda pode acumular outro mandato.

Viaja em primeira classe na SNCF sem pagar. Tem cinco linhas telefônicas gratuitas e verba para contratar assessores.

O mesmo vale para os deputados, que ganham mais de 12 mil euros por mês.

Não existe lei contra o nepotismo. Senadores e deputados contratam seus parentes.

Quando questionados, respondem furiosamente:

– Não existe nada mais importante na França com o que se preocupar?

Ou, como certos juízes faziam no Brasil, falam cinicamente:

– São cargos de confiança. Ninguém mais confiável do que meu filho.

É impossível divulgar todos os dados referentes aos ganhos dos agentes públicos.

Uma lei de transparência, como a brasileira, é considerada inconstitucional por atentar contra o direito à privacidade.

Só na Europa mesmo.

Parte IV – A questão da dívida

Financial Times: a extrema-esquerda está certa

<http://www.cartacapital.com.br/internacional/financial-times-a-extrema-esquerda-esta-certa-2993.html>

Como nos anos 1930, algum tipo de ruptura é inevitável e se não for para a esquerda, pode ser na direção do fascismo ou do fundamentalismo

por Antonio Luiz M. C. Costa — publicado 25/11/2014 11:15, última modificação 25/11/2014 11:38

[inShare](#)

AFP PHOTO/BEN STANSALL



Loja da Starbucks pichada após manifestação de estudantes em Londres no último dia 19 de novembro

Quando um editor e colunista de primeira linha de um jornal financeiro mundialmente respeitado escreve dá razão à extrema-esquerda, é hora de parar, ler e pensar. Referimo-nos a Wolfgang Münchau, editor associado do Financial Times, no qual mantém uma coluna semanal sobre a economia europeia. O título desta, na edição do domingo, 23 de novembro foi: "[a esquerda radical está certa sobre a dívida europeia](#)".

Refere-se, em especial, ao partido espanhol Podemos, ao grego Syriza e ao alemão Die Linke ("A Esquerda"), as duas primeiras formações novas criadas a partir de núcleos de origem no trotskismo e no movimento "antiglobalização" e o terceiro um descendente direto do Partido Comunista da antiga Alemanha

Oriental. E explica: o consenso internacional dos analistas econômicos, não necessariamente de esquerda, é que a Zona do Euro precisa de reestruturação da dívida e investimentos no setor público, mas partidos como esses são os únicos nos quais se pode votar para defender esse programa. Social-democratas e socialistas, uma vez no governo, aceitaram a agenda conservadora de Angela Merkel em todos os seus pontos essenciais.

A coluna analisa com mais detalhe o Podemos, o mais jovem desses partidos e “o que chega mais perto de oferecer um enfoque consistente para uma política econômica pós-crise”. [O programa exposto pelo economista Nacho Álvarez](#), um dos membros da cúpula do partido, baseia-se em renegociação das taxas de juros, períodos de graça, reescalonamento e anulação parcial da dívida, à maneira de alguns países sul-americanos. Ao contrário do “Movimento 5 Estrelas italiano”, cujo objetivo declarado é tirar o país do euro, o Podemos “não é a favor de sair do euro, nem de fazer mais sacrifícios por ele”.

Para Münchau, é uma posição equilibrada, por mais que se queira tachá-la de bolivariana. “A tragédia da Zona do Euro é o senso de resignação com que os partidos do centro-esquerda e centro-direita estão deixando a Europa deslizar para o equivalente econômico de um inverno nuclear. É uma tragédia particular que partidos da ultra-esquerda sejam os únicos a apoiar políticas sensatas como a reestruturação da dívida”.

No atual estado de coisas, o absurdo está em pensar que a dívida é sustentável e o problema se resolverá por si só, como se fosse possível ignorar que o continente caminha para uma longa estagnação que, mais cedo ou mais tarde, tornará impossível cumprir esses compromissos financeiros e pode levar à desintegração política e econômica.

A começar dos anos 1980, se não desde o maio de 1968, tornou-se uma obsessão por parte dos agentes do poder financeiro e político não permitir que movimentos políticos e sociais proponham alternativas reais sem serem ridicularizados. Qualquer tentativa de mudar o mundo deve ser percebida como fantasia ociosa. TINA, “There is no alternative”, era o lema favorito de Margaret Thatcher e desde então o consenso dominante da mídia e da política não fazem mais do que repeti-lo em diferentes formulações.

Acontece que o rumo ao qual conduz o pensamento único no qual se embutiu a ideia de que os interesses do sistema financeiro são supremos e sagrados começa a se tornar visivelmente inviável. É evidentemente insustentável a longo prazo por razões ecológicas, mas antes disso cai na pura impossibilidade de contábil e política de pagar as dívidas públicas e privadas e poupar as instituições financeiras das consequências de seus próprios erros, enquanto se mantém uma grande parte da população desempregada e ameaçada de perder suas moradias e os serviços sociais dos quais depende para sobreviver com dignidade. Como nos anos 1930, algum tipo de ruptura é inevitável e se não for para a esquerda, pode ser na direção do fascismo ou do fundamentalismo.

Parte V – A questão do petróleo

A diferença entre as reservas cambiais brasileiras e o fundo soberano da Noruega

Por Paulo César Ribeiro Lima

Inicialmente é importante esclarecer que a Noruega arrecada muito e aplica bem as rendas petrolíferas; o Brasil arrecada pouco, distribui pessimamente e aplica mal essas rendas.

O fundo soberano norueguês é alto porque cerca de 75% do faturamento bruto por barril é do Estado. Em 2011, o faturamento bruto decorrente da produção de petróleo e gás na Noruega foi muito próximo do ocorrido no Brasil, cerca de R\$ 150 bilhões. Assim, cerca de R\$ 112 bilhões foram para o fundo soberano. Registre-se, ainda, que o Estado norueguês é investidor e exportador. Coisas impensáveis no Brasil.

Mas não é só na Noruega, que esse percentual é alto. Ele é alto em todos os países exportadores: países árabes, Rússia, Bolívia, Equador, Venezuela, Angola etc. Na Arábia Saudita, 100% do faturamento é do Estado, pois existe o monopólio estatal, exercido pela Aramco. Ressalte-se que, no mundo, os monopólios são exercidos por empresas públicas, como a Aramco. No Brasil, até o governo do PSDB, a Petrobras, com ações em bolsa, foi uma exceção,

apesar de muito bem sucedida. No entanto, o correto, conceitualmente, é que qualquer monopólio seja exercido por uma empresa pública (100% do Estado).

O Brasil, assim como a Noruega, teve um faturamento bruto de cerca de R\$ 150 bilhões na área de E&P em 2011, mas a arrecadação do Estado brasileiro foi metade da arrecadação do Estado norueguês, cerca de R\$ 56 bilhões, que foram destinados, principalmente, para poucos Estados e Municípios e para superávit da União. A maior parte do faturamento bruto foi para a Petrobras e empresas privadas, inclusive para as prestadoras de serviços de engenharia e obras.

Enquanto o fundo soberano da Noruega é constituído por rendas estatais, principalmente do setor de petróleo e gás, no Brasil as reservas cambiais brasileiras foram constituídas, principalmente, por exportações de empresas privadas, com destaque para as mercadorias agrícolas e minério de ferro.

Íntegra em: <http://www.desenvolvimentistas.com.br/blog/blog/2015/01/08/a-diferenca-entre-as-reservas-cambiais-brasileiras-e-o-fundo-soberano-da-noruega/>

Parte VI - A Crise do bolivarianismo

Venezuela: crise do bolivarianismo ou necessidade de avançar em toda a região ?

<http://theotoniodossantos.blogspot.com.br/2014/03/venezuela-crise-do-bolivarianismo-ou.html> - sexta-feira, 21 de março de 2014



Busto de Simón Bolívar presenteado pela TeleSul, que realiza um trabalho de conscientização cada vez mais fundamental. A foto é do livro editado pela TeleSul sobre o dia da morte de Chávez sob o título "Comandante Hugo Chávez Frías: Uno se va, pero no se va".

Na minha última viagem a Venezuela tive a oportunidade uma vez mais de sentir a força e o papel da consciência nos processos de transformação social, particularmente quando assume uma perspectiva revolucionária. Lembro-me, já que tenho assumido umas tendências evocativas neste Blog, da primeira conversa que tive com o Comandante e amigo Hugo Chávez. Depois de ver a profunda relação estabelecida por ele com as massas venezuelanas lhe disse o seguinte: tua atuação política está profundamente inspirada na liderança do Fidel Castro. Ainda no começo da revolução ele afirmou: "nós não fizemos nada que não estivesse antes na consciência do povo cubano, este é o segredo de uma revolução imbatível".

Nos anos seguintes pude observar e até participar de vários eventos na Venezuela, onde as organizações sociais sobretudo os Conselho Comunitários participavam intensamente do debate sobre as políticas do Governo e até sobre questões de ordem teórica, morais, políticas, históricas que pareciam fundamentais para o processo revolucionário venezuelano.

Alguns testemunhos: o garçom do restaurante do hotel Hilton me dizia "antes da revolução eu não sabia nada dessas questões internacionais, agora eu sei

quase tudo e me preocupa demais o que passa nos demais países latino americanos e no Mundo". Numa reunião do Banco do Povo para cuja a Mesa diretora me levou Chávez, ele entregava pessoalmente os recursos a fundo perdido do Banco para financiar projetos apresentados pelos Conselhos Comunitários. Ele discutia com cada um dos autores dos projetos já aprovados para aguçar sua sensibilidade e sua responsabilidade para executá-los. Num certo momento uma jovem, talvez em torno de 20 anos, defende o projeto da sua comunidade e Chávez lhe diz: "eu te conheço", "sim Presidente", responde a menina, "o senhor esteve na minha comunidade", mas Chávez observa: "mas você está muito falante, quando eu te conheci você não falava nada", "é verdade Presidente, eu não sabia nada da minha comunidade. Agora eu sei tudo, eu sei de onde vem a água, de onde sai o lixo, os problemas de saúde, as construções necessárias, aprendi nesses anos", disse a jovem que continuou a defender o projeto da sua comunidade. Creio que era uma fábrica de tijolo que ia favorecer não só a sua comunidade, mas atenderia várias comunidades vizinhas.

Com que prazer fui levado por dirigentes comunitários para conhecer as clínicas comunitárias que hoje se encontram em todos os Conselhos Comunitários venezuelanos. Mais fantástico ainda é testemunhar o interesse filosófico dos líderes comunitários. O Ministério da Cultura promove um Congresso Mundial de Filosofia todos os anos com grande presença internacional e com a particularidade que eles se realizam nas comunas. Nessas discussões entre filósofos e líderes comunais saem, de repente, numa exposição, o nome de Gramsci. Eu intervenho e tento explicar aos companheiros quem era Gramsci para que pudessem compreender o tema discutido. Um companheiro ao meu lado me toca e diz: "não se preocupe Professor, aqui todos conhecem a Gramsci, o Presidente Chávez sempre trás livros do Gramsci quando se apresenta na televisão ou nos comícios e reuniões, assim como de outros filósofos, sobretudo marxistas"

Esses são alguns exemplos da força desse movimento comunitário e do avanço da consciência das suas lideranças e de toda a população. É preciso destacar que grande parte do planejamento do desenvolvimento comunitário é feita pelos próprios moradores que contratam profissionais para ajudar no planejamento e na execução das obras e dos projetos das comunas. Não cabe aqui estendermos nessas observações, mas é sempre muito emocionante conversar com os quadros que conduzem este processo.

É muito fundamental perceber no contato direto com o povo o sofrimento com a morte de Chávez. Mas ao mesmo tempo pode-se notar a confiança adquirida por eles através desta prática revolucionária de condução de suas próprias vidas. A consigna "eu sou Chávez" não é um recurso demagógico. Esta população descobriu e crê firmemente que ela é responsável pelo destino da

revolução.

Esta introdução é necessária para a compreensão do tema que orientou a comemoração do primeiro ano da morte de Chávez, no próprio quartel que abriga o mausoléu do Chávez. O tema era o amor e a Pedagogia de Chávez nos vários campos, inclusive o econômico sobre o qual me pediram dissertar. Chávez tem uma entrevista onde define esta questão: "foi por amor que eu estudei, foi por amor que eu me alistei na academia militar, foi por amor que me dediquei profundamente ao estudo dos problemas do nosso povo e as questões sociais e políticas assim como a nossa história, foi por amor que me levantei contra a opressão e a repressão contra o nosso povo, foi por amor que me candidatei e assumi a Presidência da República e foi por amor que me dediquei totalmente à Revolução Bolivariana".

Portanto, está claro as razões pelas quais o processo de avaliação, interpretação do papel histórico do Chávez tome como referência o amor, como sentimento e como valor moral. Na minha exposição dei especial ênfase a diferença de uma economia a uma ciência econômica que atribui ao mercado a condução das vida humanas e uma ciência econômica que crer no papel da razão no planejamento de nossas vidas assimilando valores fundamentais como auto gestão da vida humana dos valores que permitem o pleno desenvolvimento da humanidade.

Esta reunião contou com a colaboração de Piedad Córdoba, ex-Senadora colombiana que lidera a luta pela paz no seu país ao custo de perder seu mandato. Seu testemunho sobre a influência decisiva do Chávez na sua opção política junto ao povo colombiano foi extremamente emocionante, assim como as exposições dos demais membros da Mesa.

Não posso deixar de assinalar a força moral que exala o panteão de Hugo Chávez, ali estão grupos e grupos de crianças com seus pais ou com seus professores muito atentos a figura Chávez que sempre deu uma atenção extrema a participação infantil em suas atividades, mas também se vê filas gigantescas de uma população entre a emoção e muitas vezes o choro pelo sentimento de perda, mas por outro lado a alegria sentiu-se capaz de prosseguir a revolução, sobretudo ao encontrar a mesma reação nas enormes massas que se dirigem ao mausoléu.

É também algo extremamente emocionante assistir uma vez mais um concerto de uma das orquestras infantis deste projeto excepcional que reúne já 500 mil crianças, transformadas em músicos de altíssimo nível. É impressionante ver a concentração e a disciplina dessas crianças e adolescentes misturadas com uma tremenda alegria por serem capazes de apresentar um espetáculo tão acima da média mundial. E não deixa de ser também emocionante ver o

Ministro de Educação Superior que organizou esta Mesa Redonda declarar com orgulho que a Venezuela tem hoje 75% da população em idade universitária estudando nas Universidades venezuelanas.

Claro que existem graves problemas econômicos numa economia que ainda depende fundamentalmente do petróleo e portanto das suas oscilações no mercado mundial. Cabe também considerar as dificuldades de desenvolver um pensamento econômico socialista. Não deixa de ser preocupante o fato de que grande parte dos nossos economistas foram formados pela escola econômica neoclássica na sua forma mais degenerada e primitiva que é o neoliberalismo.

Tenho o prazer de informar que o meu livro "Do Terror a Esperança: Auge e Decadência do Neoliberalismo" já esgotou duas edições e parte para a terceira. Nele combato muito fortemente a ideia de que o neoliberalismo é uma corrente de pensamento muito avançada e pós-moderna. Eu mostro de que se trata claramente de uma tentativa de volta aos princípios filosóficos do século XVIII, pretendendo retroagir a humanidade ao período de ascensão da burguesia na Europa.

Vi com bons olhos também e com muita satisfação o interesse da Comissão de Publicações do Banco Central de publicar o meu livro recém terminado sobre Desenvolvimento e Civilização. E vejo com prazer que muitos outros pensadores críticos estão sendo editados na Venezuela. E, curiosamente lidos inclusive nos Conselhos Comunais, que dispõem todos eles de bibliotecas fortemente apoiadas pelo Ministério da Cultura.

Tive inclusive o prazer de assistir um vídeo de um grupo de leitura do meu livro Conceito de Classes Sociais nas Comunidades. Chamo atenção também para a edição de 100 mil exemplares do tratado de István Mészáros "Para Além do Capital". Mészáros é um dos maiores filósofos marxistas contemporâneos e Chávez citava como assiduidade trechos de seus livros para seus concidadãos.

Tudo isso pode parecer romantismo, mas mesmo os políticos e empresários mais pretensamente "racionalistas" não desprezaram e não desprezam o papel das Igrejas e dos meios de comunicação na formação dos povos, eles tem milênios de trabalho ideológico para convencer os povos por eles dominados da impossibilidade de superar esta condição de subordinação, dependência, exploração, expropriação, e exclusão. Tem que ridicularizar, tem que buscar avidamente impedir o despertar da consciência revolucionária dos povos. Por isso tanto medo de Hugo Chávez. Mas tem que estender esse medo a grande maioria do povo venezuelano.

Bolivarianismo em xeque

Venezuela vai às urnas em outubro. População decidirá se Hugo Chávez permanece ou não no poder. Apesar dos meses pela frente, algumas polêmicas já afetam a campanha da oposição

Alexandre Enrique Leitão - 2/7/2012



Hugo Chávez

<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/bolivarianismo-em-xeque>

Foi dada a largada para decidir quem vai ocupar o Palácio Miraflores, sede da presidência venezuelana, pelos próximos seis anos. A eleição ocorre em outubro e estão na disputa o atual governante Hugo Chávez (há 13 anos no poder), com seu projeto socialista e regime bolivariano; e Henrique Capriles, do COPEI (*Comité de Organización Política e Electoral Independiente*) - movimento democrata-cristão. Em 2005, quando Evo Morales foi eleito presidente da Bolívia em meio à crise do gás, comentaristas de todo o continente começaram a problematizar se não seria aquele um indício da difusão da retórica política chavista – que visa uma integração latino-americana fundamentada numa crítica do modo de produção capitalista. Hoje, sete anos depois, a Venezuela parece longe de se tornar a grande referência política na América do Sul. Muito por causa do subsequente crescimento da economia brasileira.

O fato pode ser ilustrado pelas campanhas eleitorais no continente. A candidatura de Ollanta Humala no Peru é um desses casos. Derrotado em

2006 quando fundou sua estratégia na política de Hugo Chávez, Humala não repetiu a decisão no pleito presidencial seguinte (do qual saiu vitorioso). Nos meses que antecederam a votação nacional, procurou se afastar do venezuelano e associar sua imagem à criada por Lula na campanha de 2002. Seu slogan era: “a esperança deve vencer o medo”. O caso foi parecido até mesmo na Bolívia, em 2009: no final da trajetória rumo à reeleição, Evo se referiu a Lula em discurso como “o melhor presidente da América Latina no momento”.

O sucesso de um suposto modelo brasileiro que integraria a estabilidade institucional a maciços programas de assistência social parece cativar mais as esquerdas do continente do que o programa estatizante venezuelano. Em parte, pode-se encontrar a razão para isto na abrangência discursiva do governo Lula, que conseguiu manter a associação às classes populares, sem parecer, no entanto, uma quebra revolucionária. Em parte há ainda o peso político do crescimento econômico brasileiro. Enquanto o Brasil apresenta uma taxa de desemprego de 6%, a menor desde 2002, a da Venezuela se concentrou acima dos 10% em janeiro deste ano.

Se nosso país vizinho experimentou uma profunda crise em seu setor elétrico entre 2009 e 2011, que ajudou a aprofundar os efeitos da crise econômica de 2008, nós discutimos no âmbito do Executivo e do Legislativo que destino dar à recém-descoberta do Pré-sal. Não à toa, o desemprego e a crise econômica ajudaram a oposição venezuelana a obter um terço das cadeiras do Parlamento nas eleições legislativas de setembro de 2010.

Porém, mais do que isso, talvez o recente sucesso da oposição nas urnas se explique por uma mudança de estratégia. Em 2006, na última eleição presidencial venezuelana, o candidato opositor, Manuel Rosales, ainda que tentasse criar uma imagem de político moderado, tinha contra si o fato de ter sido um dos signatários do Decreto Carmona. O documento instituía um governo provisório após o golpe de Estado de 2002 que depôs temporariamente Hugo Chávez, dando o poder do país ao empresário Pedro Carmona. Em sua plataforma, Rosales ainda reiterava seu compromisso de resguardar a propriedade privada, constantemente questionada pelo governo chavista, e de combater a criminalidade. O discurso conservador, defendido por ele parece não ter surtido efeito, tendo obtido apenas 36,90% dos votos.



Henrique Capriles é o candidato da oposição

Pleito de 2012

O novo candidato da oposição, Henrique Capriles Radonski, busca estabelecer uma nova imagem para a os antichavistas. Conduzindo sua campanha política a partir de grandes comícios, o político tenta conquistar o apoio de setores populares, habitualmente associados ao atual governante. Recentemente, chegou a anunciar que sua inspiração política é o ex-presidente Lula (que apoia a reeleição de Chávez).

Mas, desde já, uma polêmica ronda a candidatura de Capriles. Católico praticante, o opositor é, no entanto, de origem judaica: sua avó materna chegou a passar pelo Gueto de Varsóvia e seus bisavós morreram no campo de extermínio de Treblinka. O fato motivou uma campanha promovida pela mídia estatal venezuelana de que ele seria um agente sionista. Um exemplo desta acusação é o texto escrito por Adal Hernandez, publicado no site da *Radio Nacional de Venezuela*. Na coluna, Hernandez diz que Capriles teria uma plataforma oposta aos interesses nacionais e pede que os eleitores rejeitem o "sionismo internacional". O Centro Simon Wiesenthal, com sede em Los Angeles, Califórnia, dedicado ao combate ao preconceito, anunciou que seu diretor de relações internacionais, Shimon Samuels, enviou uma carta ao presidente Hugo Chávez pedindo que ele evitasse posteriores ataques antissemitas contra Capriles.

Além das acusações de natureza religiosa, o opositor está sendo alvo de homofobia. Recentemente, Mario Silva, apresentador do *La hojilla*, um programa de entrevistas e análise política da rede de televisão estatal venezuelana, citou um boletim policial, no qual oficiais afirmariam ter

testemunhado o candidato mantendo relações sexuais com outro homem. Capriles negou as alegações.

O ritmo da campanha

De qualquer forma, a campanha já tomou as ruas, em especial depois da vitória de Capriles nas primárias da frente oposicionista Mesa da Unidade Democrática, que decidiram quem seria seu candidato. O fato de ter recebido mais de 62% dos votos não seria tão importante quanto o surpreendente número de votantes. Mais de três milhões de pessoas participaram das primárias de fevereiro e, destas, quase dois milhões votaram em Capriles. No dia 10 de junho, o candidato registrou oficialmente sua campanha à presidência, realizando uma caminhada de 10 km na capital Caracas, a frente de milhares de simpatizantes.

Apesar de despontar como o favorito para as eleições de outubro, possuindo uma vantagem de 17% a 20% sobre Capriles - ao menos de acordo com a maioria dos institutos de pesquisa -, Chávez enfrenta especulações crescentes sobre seu estado de saúde. Tendo se ausentado do país por um considerável período de tempo, a fim de realizar em Cuba um tratamento contra o câncer, o presidente parece assumir um perfil de campanha mais discreto, realizando atos públicos breves e poucas viagens.

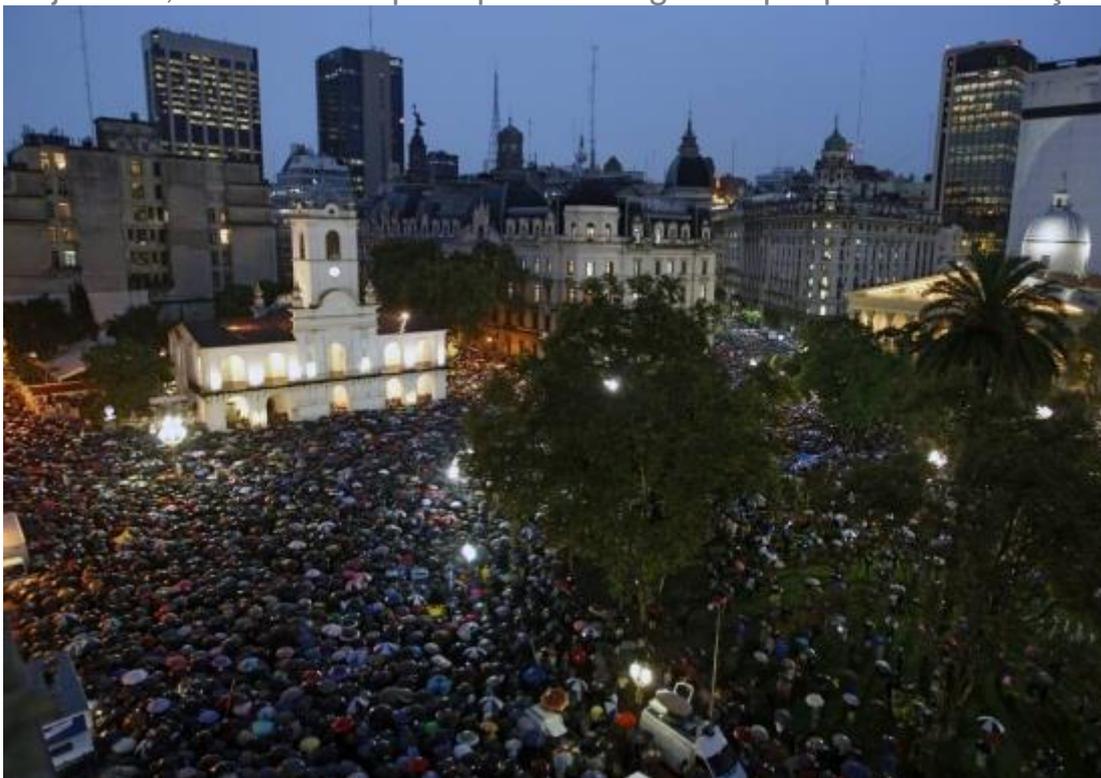
Na Venezuela não há voto obrigatório. Por enquanto, as pesquisas apontam que 20% da população vai se abster da participação. Por enquanto, é só esperar.

Homenagem a promotor reúne 400 mil sob chuva e eleva pressão sobre Cristina

RODRIGO CAVALHEIRO, CORRESPONDENTE / BUENOS AIRES
- O ESTADO DE S. PAULO

18 Fevereiro 2015 | <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,homenagem-a-promotor-reune-400-mil-sob-chuva-e-eleva-pressao-sobre-cristina,1636222>

Marcha em homenagem a Alberto Nisman, encontrado morto em 18 de janeiro, foi marcada por aplausos e gritos que pediam "Justiça"



Cerca de 400 mil argentinos foram às ruas do país em marcha para homenagear o promotor Alberto Nisman, encontrado morto no dia 18 de janeiro

RELACIONADAS

- [Congresso argentino convoca promotor que indiciou Cristina a explicar acusações](#)
- [Ato em memória de Nisman vira teste para Cristina](#)
- [Testemunha de perícia aponta falhas em trabalho](#)

BUENOS AIRES - Pelo menos 400 mil pessoas, segundo a polícia metropolitana de Buenos Aires, desafiaram ontem um temporal em uma marcha silenciosa em homenagem ao promotor Alberto Nisman, encontrado morto há um mês, dias depois de denunciar a presidente Cristina Kirchner e dirigentes do governo.

No começo da manifestação, a chuva era tão intensa que os participantes ficaram colados às paredes dos edifícios da Avenida de Maio, que liga o Congresso à Casa Rosada, trajeto formal da manifestação. Quando a chuva arrefeceu, por volta das 19 horas (20 horas em Brasília), a avenida ficou completamente tomada por guarda-chuvas e o nome marcha perdeu sentido. Não havia como mover-se.

Com a avenida repleta, parte da população usou as ruas perpendiculares para chegar à sede do governo presidencial e ali parou. Na maior parte do tempo, os manifestantes ficaram em silêncio, às vezes quebrado por aplausos e gritos de "Justiça", "Argentina" e "Sentimos Nisman". Vista de cima, a multidão parecia uma grande aglomeração de guarda-chuvas. De baixo, todos estavam ensopados e com semblantes decididos.

"Vim por tudo que está errado. Mataram um promotor, mas não é só isso. Moro na periferia e há mortes de jovens todos os dias pela polícia", disse Lidia Serrano, de 58 anos, que viajou 2 horas para participar.

Embora os organizadores da manifestação tenham ressaltado o caráter apolítico do ato - não havia bandeiras de partidos, apenas cartazes que não fossem de Nisman ou da bandeira argentina - as razões para a presença iam além da morte do promotor e atingiam indiretamente os políticos. "É uma marcha silenciosa, então não vou falar mal do governo. Mas estamos indignados com tudo, com a corrupção que mata", afirmou María Guevara, dona de casa de 62 anos, segundo ela parente em 5.º grau do revolucionário. "Precisamos dizer um basta. A oposição também não apresenta solução", acrescentou, depois de comprar uma capa de chuva de 30 pesos, quando já estava totalmente molhada.

Houve também "infiltrados" na manifestação. A vendedora de refrigerantes Eloisa Alegre colocou seu isopor na Praça de Maio antes que a marcha chegasse. Não havia vendido nenhum quando a tempestade a obrigou a fechá-lo e se refugiar num carro antigo. "Sou Cristina até morrer, minha vida melhorou com ela. Mas tenho que aproveitar o movimento para ganhar alguma coisa", afirmou.

"O que não podemos suportar é a falta de transparência. Uma morte dessas não pode ser algo comum", disse o vendedor aposentado Ricardo Sotola, que reclamava também do baixo valor da aposentadoria. Às 19h30, quando ninguém conseguia andar ao longo das principais avenidas do centro, os manifestantes cantaram o hino nacional.

Acusação. O promotor morto dizia ter gravações que comprovariam uma conspiração liderada pela presidente para proteger altos funcionários iranianos, em troca de acordos comerciais fechados com Teerã.

A blindagem seria relativa às suspeitas de participação dos iranianos no planejamento do atentado contra a Associação Mutual Israelita-Argentina (Amia), em Buenos Aires. O ataque terrorista matou 85 pessoas em 1994.

PARTE VII -

O Significado do 4 de Fevereiro na Venezuela , 24 anos depois - Beto Almeida - 4 de Fevereiro de 2016

Um dia 4 de fevereiro como hoje, há 24 anos, um movimento militar revolucionário, lançava um relâmpago que iluminou toda a Venezuela imersa na noite trágica do neoliberalismo mais selvagem, da entrega criminosa de sua maior riqueza a preço vil, o petróleo, e acordou um povo para a criatividade da política revolucionária, desenterrando dialeticamente a Bolívar e seus ideais transformadores. Este movimento revolucionário tinha um líder que sintetizava em sua cara meio índia, meio negra, o DNA de um povo que precisava de nova convocatória, atualizando o bolivarianismo para esgrimi-lo tal como a espada

de Bolívar para as tarefas do mundo de hoje, quando a humanidade e seu sentido histórico civilizatório estão em confrontação crescente e insanável com o imperialismo.

Hugo Chávez revivia, naquele dia 4 de Fevereiro de 1992, um Bolívar atualizado pelas lições da Revolução Cubana, pelas marcas inapagáveis da trajetória de Guevara, de Fidel, de Raul, de Sandino, de Farabundo Martí, de Pancho Villa e Zapata. Mas, sem concessões ao sectarismo, este Hugo Chávez revigorava e revitalizava, também, lições do nacionalismo revolucionário, recuperando os esforços transformadores de outros **movimentos e governos que, com equipe de militares anti-imperialistas à frente, realizam mudanças de alcances revolucionários. Seja Lázaro Cárdenas, que atualizara e deu continuidade e profundidade à Revolução Mexicana; seja Getúlio Vargas** que, em aliança com o movimento tenentista, abriu o caminho para construir a base de um Brasil moderno e mais justo, cujas conquistas são, ainda hoje, parte central da agenda política da conjuntura complexa do país, ou seja, o BNDES, a CLT, a Petrobrás, o Programa Nuclear, a Auditoria da Dívida Pública, a Previdência Social, todas estas realizações da Era Vargas. **Não por acaso Hugo Chávez confessou publicamente sua grande admiração por Vargas. E também por Peron, que arrancou a Argentina das garras da oligarquia** e a transformou em país industrializado e com justiça social, inspirando, para sempre correntes de trabalhadores, jovens e intelectuais, representados por Nestor e Cristina que, em boa medida, vinham recuperando aquela via peronista de antes, mas foram transitoriamente travados pela insuficiente unidade popular em suas próprias filas e pela sabotagem imperial.

Mas, também é necessário referir-se à **sintonia que o Movimento Bolivariano 200 encabeçado por Chávez possui com a Revolução Inca, no Peru, liderada pelo General Juan Velasco Alvarado e sua tremenda admiração pelo General Omar Torrijos, que liderou um governo anti-imperialista no Panamá.**

O 4 de Fevereiro atualizava na Venezuela todas as agendas transformadoras latino-americanas, preparando seu povo para uma tarefa nobre de construir uma nação independente, soberana, justa e solidária com todos os povos em luta contra o imperialismo.

O método insurreto do 4 de Fevereiro pode ter chocado e até assustado alguns setores da esquerda desatentos para as maneiras inventivas com que os processos revolucionários abrem passagem, sempre surpreendo os escolásticos, os burocratas partidários e sindicais. **Por acaso a Revolução dos Cravos em Portugal ou a Revolução Islâmica no Irã também não arrombaram as portas fechadas da história**, da mesma forma, aos que se paralisam em dúvidas diante das novas formas adquiridas pela história para seguir seu passo ?

Em 4 de fevereiro de 1992 se organizou uma destemida luta pela recuperação da Dignidade Nacional perdida para os arranjos dominantes pelas velhas oligarquias venezuelanas que. Sob uma capa aparente de formalidades democráticas, escondia, no essencial, um doloroso rio de sangue em que trabalhadores, jovens, intelectuais perderam a vida para dar

convicção aos revolucionários militares, que vinham para ocupar uma lacuna deixada , relativamente, pelos partidos políticos, seja pela repressão a que foram alvo, seja pela burocratização em que alguns segmentos de esquerda também afundaram, especialmente dando margem à formação de uma camarilha sindical antidemocrática, entreguista e , que, mais tarde, se revelaria golpista, contra o próprio Chávez.

[AB. Notável que Chávez e seus liderados tenham tentado e obtido em parte o feito revolucionário num momento histórico dos mais funestos no cenário latino-americano e mundial, em que pareceria impossível alguma coisa de libertário, bastando lembrar os desastres que foram Salinas de Gortari no México, Ménen na Argentina, F. Collor no Brasil (que logo seria continuado por FHC desde 1994), sem falar das tragédias que foram a dissolução da União Soviética em 1990, e os consequentes genocídios imperiais na Sérvia e no Iraque (guerra do Golfo), sob as vistas passivas e cúmplices de Gorbachev, sucedido pelo incrível entreguista Yeltsin. Notar que quando vieram os frutos com a eleição de Chávez à presidência em 1998, FHC estava prestes – apesar do fracasso total de suas políticas, e o país em aguda crise – estava prestes a comprar a emenda da reeleição e, mediante novas fraudes, obtendo-a. Os Kirchners ainda não haviam surgido com força no cenário nacional da Argentina.]

Mensagem

A mensagem de 4 de fevereiro serve para toda a América Latina e também para África. Não por acaso Hugo Chávez alimentava-se do exemplo revolucionário do coronel Thomas Sankara, a quem chamava de o **Che Guevara Negro**, por ter transformado profundamente **Burkina Fasso**, ex-colônia francesa perdida no meio da África e afundada no lamaçal da miséria produzida pelo colonialismo imposto pela França, ainda que este país se auto declare, arrogantemente, campeão de democracia. Em Burkina Fasso o analfabetismo foi enfrentado, homens, mulheres e jovens construíram uma ferrovia com as próprias mãos, com poucos instrumentos, e arrancou aquele povo da incultura e da opressão, até que o **imperialismo francês mostrou sua essência criminoso e assassinou Thomas Sankara**. Estas experiências nunca foram divulgadas adequadamente nem na própria esquerda e exatamente por isso Chávez as relatava com regularidade e didática, para construir outra geração de revolucionários. Também por isso, organizou **Telesur** para que estas mensagens de exemplos revolucionários se socializassem ao máximo!

A nova Venezuela

Aquele 4 de Fevereiro acordou a Venezuela e seu povo de um pesadelo profundo e amargo, para colocá-los no mapa da dignidade mundial. **Aquele país que apenas regalava petróleo aos gringos, importava até caixa de fósforos, consumia tanto champanhe como na França e dava muitas misses, começava a mudar. O aparente fracasso militar não escondeu a imensa vitória política. Preso Chávez, com seus camaradas, ele se transforma no homem mais popular do país e vence as eleições de**

dezembro de 1998. [AB. Atenção: precisa fazer uma correção aqui, pois estava 1988.]

Dialeticamente, o que muitos setores da esquerda enxergaram como uma quartelada, o Movimento Revolucionário de 4 de Fevereiro , ao contrário, revelava-se como um salto democrático transformador que se propunha a convocar uma nova Constituição, pelo voto direto, para transformar profundamente a Venezuela e cumpriu sua palavra. A partir da posse de Chávez na presidência, a Venezuela passa a ser reconhecida de outra forma; **um país que derrotou o analfabetismo, que instalou uma legislação trabalhista aprovada democraticamente, que criou a pluralidade democrática nos meios de comunicação sem prender nem censurar jornalistas**, inclusive seus mais ácidos críticos. O petróleo, antes praticamente doado aos EUA, passa a servir, planejadamente , à grande transformação do país, multiplicando escolas, universidades, casas populares, estradas, metrô, teleféricos, hospitais e clínicas populares, sempre com o apoio que nunca falta da Revolução Cubana.

A prematura morte de Chávez afeta de modo muito duro a todo o processo de mudanças em curso na América Latina, hoje mais ameaçado do que nunca. Afinal, assim como um Bolívar só nasce uma vez em cada 100 anos, um dirigente com as qualidades de Chávez, especialmente por ser ao mesmo tempo elaborador teórico e planejador, além da exuberância de suas marcas populares, proletárias, surpreendendo não poucos segmentos de esquerda que ainda hoje têm dificuldade de entender o que representa o chavismo e porquê é atual, bem como a incessante fúria do império para destruir seus valores.

E é exatamente por isso que **a comemoração do 4 de Fevereiro, Dia da Dignidade Nacional na Venezuela, se reveste de um significado profundo, pois, é exatamente a unidade cívico militar o eixo essencial pelo qual a Revolução Bolivariana ainda se mantém viva e reserva – mesmo com a derrota eleitoral de dezembro de 2015 - a capacidade de fazer frente às ameaças do imperialismo e das oligarquias nativas**, com seus métodos de sabotagem, manipulação, terrorismo midiático e concreto, assassinato de lideranças chavistas.

Chávez e Kadafi

Não há outra razão para Chávez ter defendido como um leão a Kadafi e à Revolução Líbia, país que ostentava os mais elevados indicadores de desenvolvimento humano de toda a África e preparava-se para criar um banco de desenvolvimento africano, com moeda própria, pela qual se faria o comércio petrolífero, razão suficiente para que a “democrática” França, movimentasse toda a Otan, para aplicar a sentença de morte àquele outro militar de revolucionário e anti-imperialista. O duro é que esta guerra de demolição e de rapina contra a revolução na Líbia , hoje imersa a tremenda selvageria, foi apoiada por setores da esquerda francesa e europeia, sob o falso argumento de defesa dos direitos humanos, bandeira falsa sempre acenada pelo imperialismo quando pretende esmagar sanguinariamente um país e um povo que não lhe sejam submissos, como era o caso da Líbia com Kadafi à frente. O programa de Kadafi é ainda um programa atual e necessário, razão pela qual outros países se associam para a organização de bancos com

o dos Brics e avançam na operação comercial internacional com outras moedas, aposentando o dólar.

Comemorar hoje o 4 de Fevereiro é momento de revitalizar a bandeira da unidade cívico-militar, a unidade de todas as forças populares, a causa da integração da América Latina, pela qual Chávez tanto se empenhou e impulsionou. É também o momento de, diante das ameaças, revigorar a valentia e o desprendimento exibidos no 4 de Fevereiro, condições imprescindíveis para impedir qualquer possibilidade de ruptura nesta unidade cívico-militar, elemento que foi, é e será decisivo para que a Revolução Bolivariana vença seus inimigos internos e externos, e siga sendo um motor que alimenta, energiza e dinamiza o processo de transformação e integração da América Latina.

PARTE VIII –

Doutrina Monroe vs. Bolívarismo

Theotonio dos Santos

publicado em 28 de janeiro de 2013 =

<http://www.viomundo.com.br/falatorio/theotonio-dos-santos-doutrina-monroe-vs-bolivarismo.html>

Integração e longa duração

A integração sul-americana – que se converteu num objetivo central da atual política externa brasileira – é mais que uma questão econômica, ela é um fenômeno de longa duração, expressão de um destino histórico.

Theotonio dos Santos, reproduzido pela Carta Maior

Neste artigo procuramos demonstrar uma tese central: a integração sul-americana – que se converteu num objetivo central da atual política externa brasileira – é mais que uma questão econômica, ela é um fenômeno de longa duração, expressão de um destino histórico.

O continente americano, antes da chegada truculenta de Cristóvão Colombo, abrigava uma população de cinquenta a setenta milhões de habitantes que estavam relativamente integrados, sobretudo através das conquistas Astecas no sul da América do Norte e do avanço do império Inca na região Andina.

Sabemos hoje também que a região amazônica integrava cerca de cinco milhões de habitantes e havia uma alta comunicação destes impérios no seu interior, entre eles e entre os povos que não estavam incorporados a eles.

A violenta colonização espanhola e portuguesa (além das incursões de outros centros imperiais europeus) buscou administrar esta vastíssima região articulada demográfica, econômica, social e culturalmente sob uma direção única, ao mesmo tempo que buscou reorientar suas economias para o mercado mundial em expansão nos séculos XV ao XVIII sob a égide do capitalismo comercial-manufatureiro.

Nas regiões de menor densidade de populações naturais, assistimos o fenômeno do comércio de escravos, trazidos da África em condições infra-humanas.

A luta pela libertação das Américas rompeu esta dimensão continental.

As colônias inglesas conseguiram sua libertação já no século XVIII, inspiradas numa ideologia liberal e republicana que vai revolucionar o mundo no final do século, através da Revolução Francesa e sua expansão por toda Europa e pelas suas colônias, particularmente no Caribe.

A onda democrática por ela deflagrada chegou à América espanhola e portuguesa sob a forma da invasão napoleônica que deflagrou a gesta independentista que cumpre agora 200 anos.

Apesar de iniciar-se nos cabildos das colônias espanholas, ela percorreu toda a região numa concepção unitária da qual Bolívar foi o intérprete máximo.

No Brasil com a vinda da corte Portuguesa em 1808 foi mantida a unidade em torno do príncipe português que declarou a independência.

Não devemos esquecer as várias rebeliões indígenas como a tentativa de Tupac Amaru de reconstruir o império Inca ou as revoltas afro-americanas sob a forma de quilombos cujo mais representativo foi o de Zumbi dos Palmares.

Não faltaram também brotos rebeldes contra a colonização ou mesmo propostas independentistas lideradas por uma já poderosa oligarquia local (Tiradentes).

A América Latina surgiu unida, mas deixou-se dividir pelos interesses das oligarquias exportadoras locais, da expansão britânica sobre o comércio da região e em função dos interesses dos Estados Unidos recém formados.

O conjunto dessas forças vai fortalecer as articulações regionais voltadas para o comércio e apoiadas no liberalismo econômico.

A região se dividiu assim entre duas grandes doutrinas. De um lado, o bolivarismo buscou preservar a unidade continental na busca da formação de uma grande nação, pelo menos Sul-americana.

Do outro lado, a doutrina Monroe buscou afastar a presença britânica e européia em geral sob a consigna de “a América para os americanos”.

De um lado, Bolívar foi derrotado, mas o bolivarianismo continuou a desenvolver-se como expressão desta história secular e multidimensional (hoje em dia as descobertas arqueológicas da cidade sagrada de Caral nos remetem a uma civilização altamente desenvolvida há cinco mil anos, cuja continuidade é realmente impressionante ao ser cultivada, ainda que secretamente, pelos seus descendentes indígenas atuais).

Do outro lado, os Estados Unidos não puderam ser fiéis à sua pretensão pan-americana. Cumprindo a previsão de Bolívar, segundo a qual os Estados Unidos estavam destinados a confrontar a América Latina, invadiu o México na metade do século XIX e se apropriou de metade de seu território; realizou várias intervenções militares na América Central e no Caribe (a participação dos Estados Unidos na guerra de independência de Porto Rico e Cuba deu origem à incorporação de Porto Rico como uma colônia e, ao fracassar a ocupação de Cuba, ao estabelecimento da base militar de Guantánamo, a maior de suas milhares de bases militares espalhadas pelo mundo).

O mesmo papel desempenhou a construção do canal do Panamá que separou esta região da Colômbia e tantas outras intervenções brutais na região que foram se deslocando inclusive para a América do Sul na medida que as ambições imperialistas de Estados Unidos foram se ampliando.

Foi assim como os Estados Unidos teve que renunciar na prática à sua doutrina panamericana tornando-se aquele monstro que Martí, Hostos, Mella e Sandino e tantos outros pensadores latino americanos identificaram.

Nossas oligarquias exportadoras ou aquelas ligadas ao capital internacional percebem os Estados Unidos como um aliado quase incondicional mas os povos da região se sentem muito mais identificados com a visão bolivariana.

Assim também se sentiram os novos empresários, sobretudo industriais, voltados para o mercado interno da região. Continuam atuando assim forças regionais que aspiram uma maior integração da mesma. Foram elas que, em 1947, se uniram em torno da idéia de formar nas Nações Unidas uma Comissão Econômica da América Latina (CEPAL), contra a qual se colocou inutilmente o governo norte-americano.

A CEPAL não somente serviu de base para mobilizações diplomáticas mas converteu-se no centro de um pensamento alternativo que se diferenciava teórica e doutrinariamente da Organização dos Estados Americanos (OEA), do FMI e do Banco Mundial.

Foi sob sua inspiração que se criou a ALALC em 1960. Iniciativa que os Estados Unidos responderam com a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a Aliança para o Progresso, a USAID e outras iniciativas diplomáticas e de segurança (anti insurreição)

A partir deste momento podemos contar uma história muito interessante da resistência mais ou menos radical latino-americana.

Vários estudos nos contam boa parte desta história ao levantar de maneira didática os antecedentes e as perspectivas de um esforço integracionista regional que avança a passos largos apesar da tentativa sistemática de um pensamento dependente e subordinado insistir em ignorar todos estes passos que formam uma interessantíssima acumulação de experiências que ganhou uma intensidade extremamente rica nestes últimos anos, consequência em parte da degradação da hegemonia dos Estados Unidos sobre a economia mundial.

É assim que assistimos, inclusive, uma presença constante de outras regiões antes totalmente ausentes de nossa história como a China que vem se convertendo no principal parceiro comercial e mesmo de investimentos de quase todos países da região.

A crescente incorporação do Brasil nesta frente latino americana, tão desprezada historicamente pela nossa oligarquia, é um fator decisivo para viabilizar este projeto histórico. Toda a região espera do Brasil que ele assuma uma liderança histórica a favor da integração regional.

Uma parte significativa da população brasileira já aderiu a esta idéia e o governo Lula conseguiu substanciar esta meta histórica ao criar a Unasul, ao apoiar o Banco do Sul e ao tomar posições políticas sempre favoráveis aos interesses regionais.

O governo Dilma vem dando continuidade a estas mudanças buscando dar-lhe maior eficiência e eficácia. A constituição brasileira já havia consagrado a nossa definição estratégica por uma relação privilegiada com a América Latina, seguida da África.

Caminhamos assim para uma política de Estado a favor da integração regional assim como fortalecemos nossa decisão histórica de exercer um papel unificador das duas bandas do Atlântico Sul.

O Ministério do Exterior do Brasil vem buscando definir com maior precisão o que chama de prioridades de nossa política de integração. Ele define a relação com a Argentina e, conseqüentemente, com o MERCOSUL como prioridade A.

Em seguida, como prioridade B, coloca a integração da América do Sul, que tem na UNASUL sua expressão máxima em pleno processo de institucionalização.

Assim também deveria priorizar o Banco do Sul mas vem sofrendo a oposição do capital financeiro nacional e até mesmo dos bancos públicos de investimento do país, que aspira financiar diretamente os investimentos sobretudo de infra-estrutura da região.

Em terceiro lugar, encontramos a integração latino americana no seu conjunto, incluindo o Caribe que encontra na CELAC sua expressão máxima e que pode dar passos significativos com o restabelecimento da hegemonia do PRI no

México, pois lhe será muito difícil abandonar, nesta conjuntura, a postura programática histórica deste partido a favor da unidade latino americana.

Deve-se tomar em consideração que os problemas emigratórios com os Estados Unidos e as dificuldades advindas das relações comerciais preferenciais com os Estados Unidos e, finalmente, as dificuldades advindas da demanda estadunidense das drogas e a ação esdrúxula da DIA no “combate” ao tráfico de drogas, tudo isto leva o PRI à necessidade de rever sua guinada de direita para o neoliberalismo que o tirou do poder.

Abre-se pois um contexto cada vez mais favorável para a integração regional. Falta, contudo, que as nossas Universidades e o nosso ensino em geral tomem a sério o seu papel na criação de uma consciência regional.

Da grande imprensa podemos esperar pouco. Ela é propriedade das mais retrógradas oligarquias regionais que se opõem radicalmente à integração regional e a um avanço da integração regional a qualquer custo.

A oligarquia tradicional e a oligarquia financeira que tem especial interesse na dispersão dos interesses regionais a favor dos centros de poder financeiro mundial, se parecem muito claramente às oligarquias regionais que, nas portas da independência da região, continuavam prisioneiras da submissão aos impérios ibéricos.

Estes setores econômicos estão cada vez mais ausentes das necessidades da população de seus países e tendem a perder liderança diante de um enfrentamento sério com eles

Está na hora das forças progressistas da região se unirem para promover um novo estilo de desenvolvimento sócio econômico, ecologicamente sustentável, com profundo sentido social e humano.

Para isto, além dos avanços políticos e econômicos, tem que criar e articular uma imprensa escrita, falada e virtual que cuide dos interesses da região e dos seus povos.

O exemplo da Telesur tem demonstrado a utilidade desta proposta apesar do pouco apoio que recebeu de governos como o brasileiro.

As tarefas são cada vez mais complexas, mas isto é uma consequência dos avanços que tivemos. Pois, enquanto avançamos moderadamente na integração das zonas de predomínio de políticas de altas concessões ao nosso passado colonial e à decadente ofensiva neoliberal, vemos a própria CEPALC reconhecer os resultados positivos alcançados pela ALBA.

A união dos países de orientação socialista na região, inspirados sobre tudo na cooperação e solidariedade, apresenta uma vantagem derivada da unidade política dos mesmos e do peso de suas políticas públicas em todos os campos.

Para espanto dos economicistas “realistas”, apoiados no individualismo possessivo do século XVIII, são os “idealistas” e românticos coletivistas os que apresentam melhores resultados.

Eles não aprenderam nada com a vitória do Socialismo sobre o Nazismo na Segunda Guerra Mundial que afetou tão intensamente as políticas econômicas do pós guerra e o Movimento de Libertação Nacional anticolonial e antiimperialista.

Voltaram nos anos 70 do século passado com sua carga reacionária a favor do “livre” mercado e do chamado “estado mínimo” e com o canto de sereia do “equilíbrio” dos fundamentos do mercado como o grande objetivo econômico.

Depois de reinarem por 30 anos entraram numa crise definitiva: o legado de suas políticas foi um estado devedor máximo, submergido numa crise fiscal colossal para defender a sobrevivência de uma esfera financeira especulativa que vive às custas da transferência de recursos públicos; nos entregaram um mundo de crises econômicas e de déficits comerciais, fiscais e anarquia monetária.

Se não deixarmos que nos tomem as reservas financeiras que acumulamos nos últimos anos e aplicarmos nossos recursos na criação de um poderoso mercado regional, sustentado por umas políticas industriais que reestruturem nossa participação na divisão internacional do trabalho, ao lado das zonas emergentes no mundo, estaremos prontos para dar um salto civilizatório que nos coloque na frente da articulação de uma nova economia mundial.

Esta afirmação teria que ser complementada com novos estudos sobre as mudanças civilizatórias que se impõem no mundo contemporâneo.

Eles criaram, portanto, as condições para estabelecer uma grande frente – similar a que se criou a partir de 1935 contra o fascismo e pela participação de um Estado de base popular na atenção das necessidades humanas.

As interações regionais são uma parte essencial desta mudança política ao espalhar por todo o mundo uma nova fase de desenvolvimento científico e tecnológico na qual as novas nações poderão exercer um papel cada vez mais ativo. A promessa dos BRICAS se converterem em pólos econômicos cada vez mais importantes se torna realidade a cada dia.

A crescente incorporação do Brasil nesta frente mundial e latino-americana, tão desprezada historicamente pela nossa oligarquia, é um fator decisivo para viabilizar este projeto histórico.

E uma América Latina unida poderá muitas vezes mais. Se as oligarquias não estão dispostas a cumprir este papel os setores populares não duvidarão um só instante em assumi-lo. Esta é a tarefa fundamental para transformar em realidade o sonho histórico de nossos antepassados.

*Este texto foi publicado em espanhol no número 480-481 da revista da Alai: América Latina em Movimento, Quito, novembro-diciembre 2012.

Theotonio dos Santos é professor emérito da Universidade Federal Fluminense e presidente da Cátedra Unesco sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável. Mais informações em theotoniodossantos.blogspot.com.br

Como é o sistema de inserção social na França. Por Mônica Cossalter, de Paris



<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/como-e-o-sistema-de-insercao-social-na-franca-por-monica-cossalter-de-paris/>

Postado em 30 Mar 2016

por : [Diario do Centro do Mundo](#)



A professora-doutora Mônica Cossalter em frente ao Louvre

A autora deste artigo, **Mônica Cossalter**, foi bolsista do PRO-UNI do Mackenzie, instituição assustada com as altas performances dos PROUNISTAS. Formou-se em Letras com a nota máxima e fez mestrado na mesma instituição. Hoje é professora-doutora em uma universidade francesa, tradutora e escritora.

O Brasil é um país de quase 200.000.000 de cidadãos, palavra que, segundo qualquer bom dicionário significa, “*indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um estado livre*”. Entre os direitos civis, estão contidos os direitos sociais.

Isso que dizer que o pobrezinho desdentado que não possui sapatos e que se venderia por um pão com mortadela é, sim, um cidadão brasileiro, mesmo que ele não esteja no gozo de seus direitos civis, sociais e humanos e que a enxurrada de agressões verbais estampadas nas redes sociais queira “coisificá-lo” aos olhos de todo um país e se possível do mundo. “Estes desdentados que se vendem por bolsa-família” (os seres humanos são compráveis, sabemos; mas enquanto alguns até podem se vender para ter o que comer, outros se vendem muito mais caro por motivos muito menos nobres). Deixo de digredir agora para entrar diretamente no assunto que me levou a fazer esta reportagem.

Eu vivo na França, onde imperam coisas chiques que nossa elite tanto estima. O brasileiro sente frissons ao ouvir o nome desse país que nos inspira. É como se aqui não houvesse pobre e todo mundo fosse absolutamente honesto e rico (o que é quase um oxímoro) e morasse ao lado da Torre Eiffel. Sim, a França é um país sofisticado! E o Brasil não sabe fazer nada direito, pois elegemos pessoas feias como Lula e Dilma! Não merecemos isso, afinal, somos um Brasil de Kardashians, não é verdade?

A direita brasileira tem se batido contra nossas importantes mas ainda modestas ajudas sociais, mostrando mais uma vez sua enorme ignorância. Por que será que não vemos nas ruas das cidades francesas uma enxurrada de cidadãos pedindo o que comer, o que vestir, ou uma moeda? Porque simplesmente, na falta da Providência Divina, o Governo provê. A França possui uma estrutura de proteção, acolhimento e inserção social que faz com que não vejamos ou vejamos poucas pessoas dormindo pelas ruas ou esmolando – como acontece no Brasil, para incômodo da consciência dos que a possuem e mero incômodo da minoria restante.

Qualquer cidadão francês (ou estrangeiro em situação regular) pode contar com uma ajuda financeira mensal, que se chama “RSA” (*Revenu de Solidarité Active*, ou Renda de Solidariedade Ativa), que é direcionada às pessoas em situação de necessidade temporária ou durável. Em março de 2016 as estatísticas mostraram que mais de 2,53 milhões de lares franceses contavam com esta ajuda em dinheiro. Ou, em pessoas, 4.000.000 de “vagabundos” que vivem de uma ajuda mínima de 514 € para uma pessoa sozinha, 925 € se esta pessoa tiver até dois filhos e 1.079 € para um casal com até dois filhos. Mas não é apenas isso. Cada cidade francesa possui estruturas de moradia de urgência direcionadas aos seguintes grupos sociais: famílias, idosos, jovens mães, homens sozinhos, mulheres agredidas, portadores de distúrbios psiquiátricos, adictos ou alcoólicos, pequenos delitos etc. Cada grande cidade gere um departamento e todos os serviços são integrados: a começar pela polícia civil, que presta orientação imediata ao receber uma pessoa por agressão domiciliar, por exemplo. O agredido é orientado a sair do local, e não tendo para onde ir, é imediatamente encaminhado ao Serviço de Alojamento de Urgência. Mas não é preciso passar pela polícia – qualquer pessoa pode se dirigir diretamente ao centro de sua região e pedir ajuda.

Na cidade de Nancy, por exemplo, existe o ARS (Acolhimento e Reinserção Social) com cujos responsáveis eu conversei e em cujas estruturas estive imersa.

Neste centro de acolhimento, o *Camille Mathis*, cada pessoa é recebida por um assistente social que acompanha seu percurso de reinserção. Lá, receberá toda a alimentação de que precisa, desde o café da manhã até o jantar. Comida de qualidade comum, em refeitório coletivo. Roupas e sapatos “de ocasião”, ou seja, de segunda mão. Cada morador é também inserido na agenda dos serviços participativos: limpeza, coleta de lixo ou a guarda de crianças para mães que precisem sair.

Neste centro, cada pessoa acolhida – sozinha, em casal ou em família – possui reuniões com seu assistente social para ser encaminhada a cada um dos seguintes serviços: médico, dentista, hospital, clínicas, psicólogo, polícia, advogado, centros de emprego e formação profissional. O tempo médio que cada pessoa permanece no centro pode variar segundo suas necessidades, normalmente entre 6 meses e um ano. Mas, se for preciso, ela ficará mais.

Certas pessoas podem passar por uma moradia de transição, sempre acompanhada por um assistente social. Se tudo correr bem, ela será

encaminhada ao organismo de moradias populares, os chamados “HLM”. E lá, ela terá uma casa ou apartamento simples mas correto, pelo qual pagará um aluguel baixo. Há ainda outras ajudas sociais para moradia, que podem variar segundo as necessidades: o FSL, ligado ao “Conseil Général”, mantém ajudas para acesso à moradia, como adiantamento do valor da caução, cobertura de uma porcentagem do valor mensal de aluguel e eletricidade, bilhete mensal de transporte público, entre outros benefícios. Também cuida de superendividamentos. Em alguns casos, a dívida chega a ser eliminada por questões humanas. Existe ainda a CMU, que é um sistema de saúde gratuito que atende aos cidadãos desmunidos.

Emmanuelle Garry, educadora especializada, desde 1999 ligada ao CHRS (Centro de Moradia e Reinserção Social) Camille Mathis muito gentilmente me respondeu algumas questões, que transcrevo abaixo.

“1 – Desde quando a França começou a colocar em pratica as ajudas sociais de ARS?”

Não tenho a data exata, mas tudo começou com o período pós-guerra. As pessoas tinham necessidades de serem acolhidas e não tinham onde morar nem o que comer ou vestir.

2 – Quais os objetivos da associação ARS?

A associação, que é financiada pelo Estado, tem por objetivo desenvolver e gerenciar toda ação inscrita nos campos das políticas sociais ou médico-sociais, permitindo contribuir para melhorar as condições de existência das pessoas confrontadas com dificuldades temporárias ou duráveis, no respeito da sua dignidade e com a vontade de valorizar as potencialidades de cada uma delas, para assim lhes permitir o acesso às condições de vida promocionais e de serem atores de seu futuro.

3 – Por que a França mantém esta estrutura de acolhimento e inserção social?

Está no texto da Lei. A base está lá e, mesmo que algumas mudanças possam ocorrer, não podemos voltar à idade da pedra. É por isso que a França a mantém.

4 – Quais são as etapas pelas quais uma pessoa passa até sua inserção completa? Quando termina o trabalho do ARS?

Tudo depende da situação da pessoa. Por exemplo, se ela estiver endividada ou tiver problemas de saúde, será preciso antes resolver este problema para que ela possa vislumbrar seu futuro. Consideramos que nosso trabalho termina

quando conseguimos que a pessoa esteja em seu próprio alojamento. Mas ela poderá sempre contar com nossa estrutura.

5 – Quais são os maiores benefícios dos resultados positivos desta estrutura para a sociedade francesa?

Nenhuma pessoa jamais está acabada. Se contar com uma ajuda adequada, ela poderá voltar a viver uma vida normal. Sem esta ajuda, no entanto, ela poderá estar acabada, sim. Depois, há toda uma fragilidade psicológica que faz com que ela, sozinha, entre em desespero. Sem ajuda, cairá na depressão, no alcoolismo e até no crime. É imperativo que ela beneficie destas ajudas o mais cedo e rapidamente possível. Quanto mais tempo se perder, maior será o prejuízo social e individual.

6 – Há uma lei que obriga ao cumprimento, ou o direito a estas ajudas sociais está garantido na Constituição Francesa, por exemplo?

Sim, tudo está previsto na Constituição. É Lei. Além disso, nós mantemos nossos valores. Se não tivermos mais os valores que nos orientam, vamos acabar na sombra do individualismo onde cada um só pensa em si. Isto não é viver em sociedade.

7 – No Brasil, sempre que um partido de orientação oposta ao seu antecessor assume um mandato, a tendência é acabar ou interromper os projetos implantados até então. A França também passou por mudanças de governantes de esquerda e de direita. Como se explica o fato de que a estrutura sobreviveu e não foi simplesmente fechada ou interrompida, como acontece no Brasil? Esta estrutura poderia vir a ser abolida por causa de opiniões políticas contrárias às despesas estatais?

Impossível. Nossas estruturas são de utilidade pública, então elas não podem ser fechadas. Eu acredito que nosso papel é fundamental e que ele permite o acesso às pessoas aos seus direitos também fundamentais, porque muitas vezes as pessoas não estão a par deles, ou não sabem como aceder a eles.

8 – A senhora teria uma mensagem de cunho social que gostaria de transmitir ao Brasil e aos brasileiros em geral?

Eu creio que todo ser humano possui o direito de ser respeitado como ser humano. Não é porque uma pessoa está em situação difícil que ela poderá ser criticada, rebaixada nem humilhada. Cada um de nós poderá se encontrar um dia nesta situação, devido à perda de alguém, ao desemprego etc. Daí a importância de não se fechar os olhos para o que se passa e de estender a mão àqueles que estão na necessidade. Em nossa formação, aprendemos a ética: ‘Toda pessoa sempre tem alguma coisa de bom’. Trabalhamos muito

com o potencial de cada um, mesmo que a própria pessoa o desconheça. Assim se reconstroem os seres humanos”.

No Brasil, as ajudas sociais que foram implantadas a partir do primeiro governo de esquerda legitimamente eleito suscitaram e suscitam a cada dia mais a ira da “direita injustiçada” que tem que “sustentar vagabundo”. O Bolsa Família foi um dos responsáveis pela redução do índice de miséria no Brasil, que caiu 27,7% entre 2002 e 2006.

O valor de 77 reais que é versado mensalmente aos “vagabundos que vivem às custas do bolsa família” provoca uma ira irracional. Irracional é exatamente o termo, pois designa aquele que é incapaz de raciocinar: qual vagabundo conseguiria viver com 77 reais ao mês? (gostaria de aproveitar e transmitir aos 4.000.000 de franceses que contam com as ajudas sociais do governo que a direita/elite brasileira os considera “vagabundos”. Afinal, não se trata de uma questão de nacionalidade, vagabundo é vagabundo em qualquer língua! E os vagabundos daqui, como os do Brasil, podem ser encontrados onde a elite brasileira vai e nem imagina que está sendo atendida por um).

A crueldade da direita elitista não tem limites! Cabe a nós, portanto, limitá-la. Proponho a criação de um dispositivo legal que (amplie e) obrigue a manutenção de uma estrutura social de acolhimento, proteção e inserção no Brasil, e que impeça sua suspensão, seja qual for a orientação política do governo, visto que até o momento, o Brasil é, sim, uma democracia (mesmo contra a vontade de uma minoria muito pouco chique) e como tal, democraticamente, não somos 2 ou 3 milhões que possuem direitos, mas duzentos milhões – na sua grande maioria feios, sem dentes ou sem dedos, sem botox, muito magros ou muito gordos, sem dinheiro pra comprar Louis Vuitton nem Moët & Chandon. Gente de verdade que tem fome, sede, frio, necessidades vitais e não vitais também. Junto com a ignorância, a ganância é a coisa menos elegante da elite brasileira.

A conclusão a que se pode chegar, após toda esta reflexão é que, apesar da rica direita brasileira julgar conhecer o que há de mais chique na França, a verdade é que ela permanece na mais obscura ignorância.

A coisa mais chique que a França possui é composta de uma estrutura de ferro, mas não é a Torre Eiffel. É sua estrutura de promoção da justiça social.

Isso sim é chique. E a direita, que idolatra e adora imitar a França, mais uma vez mostra que vai na direção errada.

A prova de que boas políticas sociais prescindem da Sorbonne e de curso de sociologia para fazer valer direitos em sua sociedade.





Em ordem:

1 e 2. Vista interior dos alojamentos sociais; 3. Fundos do Camille Mathis, em Nancy; 4. Refeitório coletivo Camille Mathis; 5. Sala de jogos para crianças; 6.

Emmanuelle Garry

(Acompanhe as publicações do DCM no Facebook. Curta [aqui](#)).



X - O Bolsa-família na Europa

[Marise Fetter](#) - 16 h · [Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil](#) · [FACEBOOK](#)

Por [Juremir Machado da Silva](#) -
Postado em 23 de março de 2010

Dizem que bolsa-família é coisa de país atrasado. Concordo. Todo país europeu desenvolvido e com algum senso de responsabilidade social tem bolsa-família. Sem esse nome, claro. A Alemanha tem. A França tem. Os países escandinavos tem. Até a Inglaterra tem. Os europeus são dinossauros.

Na França, o bolsa-família atende pelo nome de “aides sociales” (ajudas sociais). A França é totalmente insensível aos novos tempos. O seguro-desemprego francês pode durar até 36 meses. Depois disso, se a vida continua dura, o sujeito pode ter acesso ao RMI (renda mínima de inserção): 447 euros para uma pessoa só, 671 euros para quem tiver um filho. Quase 2 milhões 500 mil franceses recebem o RMI (nome válido até este ano). A partir dos 59 anos de idade, a pessoa pode receber o RMI sem sequer ter a obrigação de procurar trabalho. Não dá!

As famílias francesas recebem ajuda financeira conforme o número de filhos. O Estado ajuda a alugar apartamento e até a tirar férias. O sistema de saúde é universal e gratuito, inclusive os medicamentos. Que atraso! Um estudante estrangeiro em situação regular na França pode receber ajuda do Estado para ter onde morar. É muita mamata. Lembrete: o governo francês atual é, como eles dizem, de direita. Mas o Estado francês é republicano. A concepção de Estado dos europeus é muito esquisita: uma instituição para ajudar a todos e proteger os interesses da coletividade, devendo estimular a livre-iniciativa e dar condições de vida digna aos mais desfavorecidos. Agricultores recebem subsídios. Empresas ganham incentivos. A universidade é gratuita para todos os aprovados no BAC, o Enem deles. Há vagas para todos. Obviamente não há necessidade de cotas. Que loucura!

Existem instituições privadas de ensino, cujos salários dos professores são, em geral, pagos pelo Estado, pois se trata de um serviço de utilidade pública. Aí os nossos liberais adoram dizer: “E por isso que a França está quebrada”. Tive a impressão de que a crise mundial mostrou os Estados Unidos mais quebrados do que a França. Os mesmos liberais contradizem-se e afirmam: “A França é rica e pode se dar esse luxo...” É rica ou está quebrada? Quase 30% do PIB

francês é distribuído em ajudas sociais. O modelo francês enfurece os capitalistas tupiniquins, leitores de revistas como a Veja, cujas páginas pingam ideologia. Visto que dá mau exemplo de proteção social, o Estado francês é chamado de anacrônico, ultrapassado, assistencialista e outros termos do mesmo quilate usados na guerra midiática. Está certo. Moderno é ajudar a turma dos camarotes e mandar a plebe se virar. Acontece que a plebe do Primeiro Mundo não aceita esse tipo de modernidade tão avançada. É plebe rude. Se precisa, quebra tudo, mas não cede. Os ruralistas de lá são mestres em incendiar prefeituras quando falam em cortar-lhes os subsídios estatais. Nas cidades, a turma adora queimar uns carros para fazer valer seus direitos. Na Europa, pelo jeito, não se melhora o Estado piorando a sociedade. A França tem muito a aprender com o Brasil. Somos arcaicamente modernos. Numa pesquisa recente, a França tem a melhor qualidade de vida da Europa. Nada, claro, que possa nos superar.